

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS — UNICAMP

Instituto de Geociências – IG

Departamento de Geografia

***ESPAÇO ALIENADO E SOLIDARIEDADES GEOGRÁFICAS:
A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS***

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Geografia

Orientadora: Maria Adélia Aparecida de Souza

Aluna: Mariana Vercesi de Albuquerque

Campinas, julho de 2002.

TCC/UNICAMP
AL15e
1290004391/IG

Biblioteca
Instituto de Geociências
UNICAMP

201000395

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	
N.º CHAMADA	AL152
V. _____	EX. _____
TOMBO BC/ 4391	
TOMBO IG/ 007-	
PROC. 16-134-10	
C ☐	D ☒
PREÇO 2511,00	
DATA 11/01/10	
N.º CPD _____	

cad. tit. 769200

1. Território nacional
2. Geografia urbana - Campinas (SP)

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, sob a orientação da Professora Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS 4

INTRODUÇÃO..... 6

PARTE I. O CONCEITO DE REGIÃO E SEU SIGNIFICADO COMO RECORTE TERRITORIAL 8

 CAPÍTULO 1. O RECORTE REGIONAL DO TERRITÓRIO USADO: DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL..... 8

O Recorte Regional no Período Técnico Científico Informacional..... 10

A Ideologia de Uso e Organização do Território 12

 CAPÍTULO 2. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS 15

A Legislação e a Constituição 17

Os Objetivos..... 19

PARTE II. REDES E SOLIDARIEDADES GEOGRÁFICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS 22

 CAPÍTULO 3. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO..... 22

A Interdependência Regional..... 24

A Especialização Produtiva da Região Metropolitana de Campinas..... 26

Apêndice 34

O Aprofundamento da Especialização Produtiva da RMC como uma Extensão do Tecnopólo Campineiro 63

 CAPÍTULO 4. AS REDES GEOGRÁFICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS..... 84

A Fluidez Territorial..... 95

 CAPÍTULO 5. A SOLIDARIEDADE ORGANIZACIONAL 97

O Papel dos Fluxos 97

O Papel da Contigüidade 102

O Uso do Território..... 103

PARTE III. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NO CONTEXTO TERRITORIAL BRASILEIRO 105

 CAPÍTULO 6. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: TERRITÓRIO NORMADO E COMO NORMA..... 105

Guerra Fiscal no Território Brasileiro 106

Marketing Territorial 108

CONCLUSÃO..... 113

BIBLIOGRAFIA..... 115

ANEXOS 120

ÍNDICE DE TABELAS, MAPAS, FIGURAS, GRÁFICOS E ANEXOS

GRÁFICO 1 – Região Metropolitana de Campinas - RMC: Número de Empresas que Importam (nas cinco primeiras cidades da RMC em volume de importação)	81
GRÁFICO 2 – RMC: Volume Importado (em milhões de US\$)	82
GRÁFICO 3 – RMC: Número de Empresas que Exportam (nas cinco primeiras cidades da RMC em volume de exportação)	82
GRÁFICO 4 – RMC: Volume Exportado (em milhões US\$)	83
TABELA 1 – RMC: Sedes das 500 Maiores Empresas Privadas (em vendas)	32
TABELA 2 – Empreendimentos Notáveis no Município de Engenheiro Coelho	43
TABELA 3 – Empresas com Investimento em Itatiba – 1995/2000	50
TABELA 4 – Município de Paulínia: Principais investimentos no período de 1995-2001	55
TABELA 5 – Principais Investimentos Anunciados para o Município de Sumaré – 1995/2001	60
TABELA 6 – Financiamento à Pesquisa em R\$ durante os últimos anos – UNICAMP	65
TABELA 7 – Os Maiores Investimentos por Empresa do Setor Tecnológico no Estado de São Paulo – 1995 a julho de 2000 (em milhões de US\$)	72
MAPA 1 – RMC: População	16
MAPA 2 – Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo por Região Administrativa 1995-98	67
MAPA 3 – Investimentos Anunciados para a Região Metropolitana de Campinas 1995-2001	68
MAPA 4 – Região Administrativa de Campinas: Investimentos anunciados em Setores Intensivos de Alta Tecnologia 1995 a julho de 2000	70
MAPA 5 – RMC: Número de Estabelecimentos de Serviços – 1999	74
MAPA 6 – RMC: Crescimento Populacional 1996-2000	76
MAPA 7 – RMC: Número de Estabelecimentos Comerciais – 1999	78
MAPA 8 – RMC: Número de Estabelecimentos Industriais – 1999	80
MAPA 9 – RMC: Transportes – rodovias, ferrovias e aeroporto	88
MAPA 10 – Terminais Hidroviários	89
MAPA 11 – Gasoduto Brasil-Bolívia	90
MAPA 12 – RMC: Número de Terminais Telefônicos	92
MAPA 13 – Expansão da Fibra-ótica no Estado de São Paulo	94
MAPA 14 – RMC: Estudos de Fluxos para a Regionalização – 1980	99
MAPA 15 – RMC: Estudos de Fluxos para a Regionalização	100
FIGURA 1 – A Região de Campinas tem a maior Concentração de Telecomunicações do País	31
FIGURA 2 – Complexo Metropolitano	112
ANEXO 1 – RMC: Área Total e Relativa (Culturas Temporárias) – 1990	119
ANEXO 2 – RMC: Área Colhida dos Principais Produtos Agrícolas – 1990	119
ANEXO 3 – RMC: Área Total e Relativa (Culturas Permanentes) – 1990	119

Apresentação e Agradecimentos

Durante esses quatro anos e meio que estudei na UNICAMP, após ingressar na primeira turma do curso de Geografia, tive a oportunidade de entrar em contato com a obra de um dos maiores intelectuais contemporâneos deste país — o geógrafo Milton Santos, a partir dos ensinamentos de quem melhor a traduziu: a Professora Maria Adélia de Souza.

A importância da criação de um novo curso de Geografia na UNICAMP, é a de possibilitar o fortalecimento de uma Escola Geográfica renovadora, que aprofunde a importância da Geografia Brasileira para o entendimento do Brasil e do mundo.

A UNICAMP é uma das Universidades mais importantes desse país, é o lugar da inovação. Mas essa inovação é aquela tecnológica. A abertura desse curso de Geografia, que se propôs a ser inovador, é uma grande oportunidade para que a inovação se dê no campo teórico. É preciso que o Brasil pense sobre o Brasil, para realmente entendê-lo e transformá-lo. É preciso que esse pensamento seja esclarecido, para que esse entendimento não seja equivocado. O pensamento esclarecido é resultado de uma teoria esclarecida, profunda e eticamente séria.

Apesar de todas as dificuldades, de todas as barreiras e de todas as contradições existentes na Universidade, valeu a pena participar da construção do curso de Geografia, apostar e acreditar na Geografia Brasileira e desfrutar desse conhecimento sobre a *Geografia Nova*, proposta por Milton Santos, como meio para o conhecimento do *Brasil Profundo*, como ele mesmo denominou.

Agradecimentos

A meus pais e à minha família pelo amor e pela minha formação como pessoa.

Aos queridos amigos que fiz durante o curso: Carin Carrer Gomes, Tiago Macambira, Pablo Ibañez, Mario Lamas, Lise Mielnik, Marcel Esteves, Fábio Tozi, Heloísa Molina Lopes, Rafael Marcos Bochini, Virna Carvalho, João Paulo Amaral, Herbert Lopes, Samuel Frederico, Ricardo de Alencar, Júlio Alexandre Carvalho, Fábio

Maneta, Wagner Camargo, Rafael Pinto e Paulo Ricardo (Laboratório de Geomorfologia), e a intensa presença, mesmo que na lembrança, de Luciana Johan.

Ao Prof. Carlos Brandão do Instituto de Economia.

Ao exemplo de luta do Professor Carlos Lobão.

Aos grandes professores Ricardo Abid Castillo e Márcio Cataia.

À minha querida mestra Maria Adélia de Souza pela ética, sabedoria e emoção com que vive e ensina a viver.

INTRODUÇÃO

A instituição de Regiões Metropolitanas no Brasil reflete a forma de organização territorial do país e as ideologias de uso do território que servem como base para a realização das políticas de planejamento territorial.

A criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) está inserida nessa política do Estado brasileiro de organização e uso do território, e está vinculada aos processos de produção e reprodução capitalistas, no atual *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996).

Esse período é caracterizado pela rápida e generalizada difusão de objetos técnicos, dotados de ciência e informação, que se solidarizam técnica e funcionalmente na escala mundial, formando assim, um sistema técnico hegemônico que, apesar de se instalar pontualmente nos lugares, *“marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional”* (SANTOS, 1996:191).

A região, nesse contexto, muda de conteúdo como um recorte de análise do *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001). O território usado é a questão central para a análise geográfica, pois significa a realização, a efetivação, a existência de *um conjunto indissociável de objetos e ações* — que é a definição de espaço geográfico, dada por Milton Santos (1996).

Não são mais os limites regionais que importam, e sim, determinados processos regionais de uso do território, que criam uma solidariedade organizacional entre lugares contíguos no território, que por sua vez, passam a se organizar em torno desses usos. Então, a região é um subespaço funcional a determinados usos do território.

O objetivo deste trabalho foi buscar o significado da institucionalização da Região Metropolitana de Campinas como um recorte político ideológico do território usado brasileiro, através de uma análise dos processos regionais de uso do território que a estruturam como tal. A análise desses processos foi realizada sob a ótica da teoria geográfica elaborada por Milton Santos, como forma de afirmar a importância da elaboração de uma teoria geográfica brasileira renovada, para o avanço da compreensão do território usado brasileiro.

A Primeira Parte do trabalho traz uma breve discussão, no capítulo 1, sobre o significado do conceito de região como um recorte do território usado, no período técnico científico informacional. O capítulo 2, traz uma pequena descrição sobre a Região Metropolitana de Campinas — RMC, no que diz respeito à legislação que a instituiu, e aos objetivos de uso e organização do território brasileiro, idealizados pelo Estado.

Na Segunda Parte do trabalho, foi elaborado o método deste trabalho, segundo a lógica de uso e organização do território, priorizada pela ideologia política que instituiu a RMC. Para tanto, foi realizado um estudo sobre sua atual configuração territorial e sobre os principais processos de uso do território que seriam privilegiados pela forma como seu território se organiza. Dentre os fundamentos do método estão a reflexão sobre: a divisão territorial do trabalho, as redes geográficas que cortam essa região e a solidariedade organizacional, que configura o espaço regional atual, abordados nos capítulos 3, 4 e 5 respectivamente.

A Terceira Parte traz uma análise sobre o significado da Região Metropolitana de Campinas, no atual contexto territorial brasileiro, como um subespaço organizado para ser funcional à reprodução capitalista hegemônica, discutindo questões sobre como ela se insere na guerra fiscal no Brasil, e sobre o marketing territorial que é feito para essa região, como forma de enfatizar sua organização funcional ao capitalismo.

Esse estudo visa contribuir para o entendimento do significado da institucionalização da Região Metropolitana de Campinas para o território brasileiro, como uma unidade de gestão, planejamento e uso do território, no período técnico científico informacional, a partir de uma interpretação inovadora sobre o uso do território brasileiro e sobre a Região Metropolitana de Campinas, pautada na geografia nova elaborada por Milton Santos.

Parte I. O CONCEITO DE REGIÃO E SEU SIGNIFICADO COMO RECORTE TERRITORIAL

Capítulo 1. O RECORTE REGIONAL DO TERRITÓRIO USADO: Do Meio Natural ao Meio Técnico-Científico-Informacional

A região é definida a partir das características de um determinado meio geográfico, num determinado período.

Santos (1996), propõem uma história do meio geográfico, que *“pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional”*.

O meio natural seria aquele onde o homem escolhia seu lugar no mundo de acordo com condições naturais deste, que permitissem a sobrevivência de determinado grupo humano. Eram as *“condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo”* (SANTOS, 1996:187). As técnicas e o trabalho do homem estavam diretamente relacionados às condições materiais naturais do lugar em que ele habitava. Os sistemas técnicos eram característicos de cada lugar. *“Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites da sua utilização”* (SANTOS, 1996:188).

O meio técnico começa a ser constituído com a criação de objetos técnicos dotados de uma maior racionalidade e complexidade — as máquinas. É o início da constituição do espaço mecanizado. Os objetos naturais e culturais vão sendo substituídos pelos objetos técnicos, que trazem consigo *“uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos”* (SANTOS, 1996:189). Então, os objetos técnicos são aqueles que possibilitam à sociedade começar a superar as características naturais impostas pelo meio natural, e passar a planejar e organizar seu território de acordo com suas intencionalidades de sobrevivência. Superando as características naturais, o homem pôde transgredir os lugares, as distâncias e, até mesmo, o tempo natural, aquele dos fenômenos naturais, criando assim, um tempo social.

Os objetos técnicos são aqueles impregnados de racionalidade e intencionalidades humanas, são criados para servirem como ferramentas ou *próteses*

espaciais (SANTOS, 1996), que otimizam o uso do território de acordo com as necessidades da sociedade.

É com a constituição do meio técnico que a divisão territorial do trabalho passa a se complexizar e a aumentar exponencialmente. Isso ocorre à medida que esses objetos técnicos vão sendo difundidos pelo mundo, criando um sistema técnico que se instala em cada vez mais lugares. *“Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo nacionais, e a importância da troca na sobrevivência do grupo também cresce”* (SANTOS, 1996:189). Aumenta, então, a importância da fluidez no território, que começa a ser cortado por redes geográficas de circulação e comunicação, para que as trocas entre os lugares pudessem se dar.

No período técnico — referente à constituição do meio técnico —, o fenômeno de difusão dos objetos técnicos pelos lugares ainda era muito restrito. Eles ainda não constituíam sistemas técnicos planetários, mas sim, sistemas técnicos locais e regionais.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o meio técnico-científico-informacional começa a ser constituído, principalmente depois dos anos 70, quando o sistema técnico que o configura, chega aos países do terceiro mundo. Inicia-se, então, o período técnico-científico-informacional. Esse período é caracterizado pela *“profunda interação da ciência e da técnica”* (SANTOS, 1996) na constituição dos objetos técnicos, que passam a ser também informacionais. Isso significa que aumenta a racionalidade e a intencionalidade de produção e uso desses objetos. Esse período também é caracterizado pela rápida e generalizada difusão desses objetos pelo mundo, formando assim, um sistema técnico planetário, que apesar de se inserir pontualmente nos lugares, *“marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional”* (SANTOS, 1996:191).

Nesse período, segundo SANTOS (1996), passam a existir três unicidades: *da técnica, do tempo e do motor*. A unicidade técnica é dada pela integração funcional e padronização técnica dos sistemas técnicos, que se difundem por todo o mundo, interligando lugares, e formando um sistema técnico global hegemônico. Esse sistema possibilita o *alargamento dos contextos* (SANTOS, 1996), ou seja, o maior fluxo da produção, das pessoas, do dinheiro e, principalmente da informação no planeta. A unicidade do tempo, ou convergência dos momentos, é caracterizada pelas novas tecnologias que possibilitam a instantaneidade e a simultaneidade da circulação de informações pelo mundo, o que dá a possibilidade da percepção da simultaneidade e da

instantaneidade dos eventos nos lugares, e do mundo como uma totalidade empírica. A unicidade do motor é caracterizada pela mais-valia universal, pela competitividade entre empresas na escala global e pela maior divisão internacional do trabalho, e é possibilitada pelas unicidades técnica e do tempo, que permitiram o alargamento dos contextos.

A formação desse sistema técnico planetário aprofunda a divisão internacional do trabalho, os fluxos mundiais e o poder de uso dos territórios daqueles que podem utilizar amplamente das características desse sistema — os agentes hegemônicos.

O Recorte Regional no Período Técnico Científico Informacional

A região é um conceito geográfico que surgiu para delimitar subespaços contíguos cujos processos determinados de uso e organização do território e a existência de sistemas técnicos específicos, gerariam fluxos territoriais característicos de uma divisão territorial do trabalho delimitada nesses subespaços.

Com a passagem do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, a definição de limites regionais deixou de ser relevante para a análise geográfica do território usado. A região tornou-se um dado mutável que não se prende a seus limites, mas aos processos que nela se realizam.

A perda da relevância da definição de limites regionais ocorreu devido ao fato de que, no período técnico-científico-informacional, formou-se um sistema técnico planetário que possibilitou o alargamento dos contextos, ou seja, a conexão, a relação, a interdependência e os fluxos entre cada vez mais lugares no mundo.

Então, a definição e a delimitação de regiões geográficas, como recorte do território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2001), parecem ser cada vez mais impossíveis, pois os lugares — que são a base da definição de uma região — vão deixando de abrigar processos, organizações e usos do território que tenham origem e características estritamente locais e regionais. Os fluxos que eles abrigam também já não são resultado apenas das conexões que eles realizam com os lugares vizinhos ou próximos, já não são mais o resultado de uma divisão territorial do trabalho restrita e delimitada localmente ou regionalmente. Os fluxos atuais são o resultado de uma divisão internacional do trabalho complexa, das conexões que cada lugar realiza especificamente com outros, no

mundo. Segundo SOUZA (1993), a fluidez territorial do atual período não permite que o recorte regional seja uma categoria duradoura de análise do território usado.

“O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado” (SANTOS, 1999a:18).

O território usado é a questão central para a análise geográfica, pois significa a realização, a efetivação, a existência de *um conjunto indissociável de objetos e ações* — definição do conceito de espaço geográfico dada por Milton Santos (1996).

O conceito de espaço geográfico é abstrato, assim como o de território. Já a análise a partir do território usado, *“(...) defronta-nos com o território vivo, vivendo”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:247).

A região é definida a partir do território usado, a partir da existência de uma determinada solidariedade geográfica, por isso, Milton Santos (1985) vai defini-la como sendo *“o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”*.

A região, como um recorte do território usado, é definida por uma ideologia vinculada a determinada *solidariedade organizacional* (SANTOS, 1996), que se configura no território a partir de um determinado uso.

A região é, antes de tudo, uma *“porção do espaço terrestre”* (KAISER, 1968:1).

O conceito tradicional de região nos traz a idéia de plano, de contigüidade, de homogeneidade e de *solidariedade orgânica* (SANTOS, 1996). Essa solidariedade não teria conotação moral, seria a coesão geográfica dada pelo cotidiano vivido nos lugares. A solidariedade orgânica ocorre em subespaços e está baseada na contigüidade espacial, na divisão do trabalho e na co-presença. A solidariedade orgânica seria constituída pelas *horizontalidades* (SANTOS, 1996) existentes no território.

Neste período histórico, apenas a solidariedade orgânica não explica mais a existência da região, que passa a existir como um fundamento político ideológico baseado na solidariedade organizacional entre lugares no território. A solidariedade organizacional se sobrepõe à solidariedade orgânica nos lugares, pois se realiza a partir da existência de *verticalidades* (SANTOS, 1996), que se organizam num sistema técnico planetário e solidarizam lugares a partir de uma divisão territorial e internacional do trabalho. A solidariedade organizacional produz um acontecer hierarquizado, que está baseado na *“(...) tele-ação, na informação, impondo aos lugares interesses exóticos”* (CASTILLO et alli, 1997:78). A solidariedade organizacional independe da contigüidade espacial, mas sim da realização de *conexões geográficas* (SOUZA, 1995), ou seja, de lugares ligados entre si por redes geográficas de circulação

e, principalmente, de comunicação. *“Desse modo, as solidariedades estão sempre se refazendo a cada período histórico, resultando em especializações práticas correspondentes”*. (CASTILLO et alli, 1997:79).

A região é constituída de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são formadas pela continuidade de pontos agregados no território. As verticalidades são os eventos das modernizações que atingem pontos selecionados no território, e que são funcionais à produção capitalista global. As verticalidades e horizontalidades estão sobrepostas no território. As verticalidades criam interdependências entre lugares distantes, que passam a se relacionar através de uma solidariedade organizacional vinculada à uma racionalidade superior. As verticalidades geram uma integração funcional do território. *“A integração funcional resulta dos processos produtivos, cujos fluxos percorrem o espaço hierarquicamente”* (SANTOS, 1996:224). As horizontalidades são geradas pelo cotidiano nos lugares — solidariedade orgânica —, que revela tanto as finalidades impostas de fora, quanto as contrafinalidades geradas no próprio local.

A definição dada por Milton Santos (1991) sobre região é coerente com as relações espaciais que se estabelecem no atual período técnico-científico-informacional: *“Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje diante de nós são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços”*.

A funcionalidade da região não está presa ao seu limite, mas sim aos processos organizacionais, vinculados à racionalidade capitalista hegemônica de uso dos territórios, que nela se realizam. O discurso da região é local, mas sua prática e lógica de funcionalidade são globais. Dessa maneira, a região é um subespaço alienado, porque seu controle e organização se dão em função de interesses e projetos externos ao lugar.

A Ideologia de Uso e Organização do Território

A região é definida a partir da densidade e escassez de alguns elementos no território e pela forma como esses elementos estão organizados, ou seja, a partir de suas

interações funcionais para determinados usos do território. A regionalização é feita a partir de uma ideologia política, econômica ou social de uso e organização do território.

O critério utilizado para a delimitação de uma região é o de espaço homogêneo, polarizado e funcional. Mas homogêneo no sentido de igualização das condições materiais de produção, circulação, comunicação e de regulação do espaço, que seriam funcionais para a produção e reprodução do capital mundial no território. Essa igualização é dada pela especialização dos lugares como *forças produtivas* (LOJIKINE, 1995), ou seja, a especialização de suas materialidades (fixos) que possibilitam a efetivação de ações capitalistas cada vez mais especializadas, e fluxos cada vez maiores. A especialização produtiva dos lugares reflete a maneira como estão inseridos na solidariedade organizacional que se configura no mundo atualmente, como eles são organizados em função de determinados interesses capitalistas de uso dos territórios. Dessa forma, a região é um recorte territorial da solidariedade organizacional, que privilegia alguns interesses específicos de organização e uso do território.

Os tipos de regionalização que se dão ao longo da história são realizados em função da difusão e constituição dos sistemas técnicos, e das políticas territoriais de organização desses sistemas técnicos no território, de acordo com os usos que se quer priorizar. A delimitação de regiões, tal como a Região Metropolitana de Campinas, é realizada em função de uma ideologia política do Estado brasileiro, de recortar em seu território aqueles subespaços que são densamente tecnificados e racionalmente organizados para o uso do capital hegemônico. O subespaço regional seria delimitado a partir da abundância de certos elementos espaciais que favorecem a reprodução capitalista nos lugares.

A racionalidade capitalista tem sempre que utilizar determinados meios para atingir determinados fins. Esses meios podem ser dados pelas particularidades de cada lugar, tanto em função de sua configuração territorial (materialidades) — o *território como norma* (SANTOS, 1996) —, quanto em função das normas que regulam o uso desse território — o *território normado* (SANTOS, 1996). O território como norma é caracterizado pelas bases técnicas que ele abriga e pela maneira como elas estão dispostas no território, levando em conta as possibilidades que essa configuração representa para o uso do território. O território normado é caracterizado pelas normas nele vigentes, como, por exemplo, a Constituição Federal, que regulam os seus usos.

De acordo com LOJIKINE (1995), o capitalismo necessita de forças produtivas — materiais e humanas — para produzir e se reproduzir. As forças produtivas materiais

seriam as máquinas, as ferramentas técnicas que auxiliam e otimizam o trabalho humano na produção. As forças produtivas humanas são referentes aos próprios trabalhadores, à força de trabalho humano, que comanda as máquinas e utiliza as ferramentas da produção. Fazendo uma analogia, pode-se dizer que o espaço geográfico é uma força produtiva, já que é constituído por um sistema híbrido de materialidades e ações. Assim sendo, suas forças produtivas materiais seriam dadas pela existência dos objetos técnicos nos lugares, como por exemplo redes de circulação e comunicação, e as forças produtivas humanas seriam as ações de cada agente do espaço, que animam esses objetos, e as normas que regem essas ações de o uso do território. Então, cada lugar ou região representa uma série de possibilidades diferentes para a produção e reprodução do capital.

Essas possibilidades são dadas a partir do *desenvolvimento geograficamente desigual* (SMITH, 1988), ou seja, alguns territórios e lugares são densamente tecnificados e funcionais ao uso capitalista, enquanto outros, são menos. A sobrevivência do capitalismo depende da existência de desigualdades, da escassez e da abundância, pois é a partir daí que o lucro é gerado. *“Quando as leis do movimento do capital são fundamentadas na história e na geografia concretas do modo de produção capitalista (...), o papel constitutivo do desenvolvimento geograficamente desigual torna-se mais visível”* (SOJA, 1993:130).

Segundo SMITH (1988), a região seria um subespaço funcional à produção capitalista porque sua configuração se baseia na igualização das forças produtivas que criam uma solidariedade organizacional entre os lugares, enquanto o lugar seria funcional à reprodução capitalista, porque se caracteriza pela heterogeneidade, pela diferenciação dos elementos e dos eventos espaciais, pela solidariedade orgânica.

“Toda diferença é uma oportunidade” (NEGRI E HART, 2001:170). É das desigualdades e diferenciações sócio-espaciais que o capitalismo tira sua força de sobrevivência. Cada lugar representa um determinado valor em relação a um determinado uso do território que se quer realizar, dadas as suas características materiais e normativas, além de sua localização. Por isso, SMITH (1988) diz que o espaço geográfico é um meio de produção, que possui um valor relativo e um valor absoluto. O valor relativo é dado pela posição relativa do lugar dentro divisão territorial do trabalho, de acordo com os fixos, com a fluidez que ele representa e com sua organização espacial. O valor absoluto é dado pela localização geográfica desse lugar.

A Região Metropolitana de Campinas tem um valor relativo dentro da divisão internacional e territorial do trabalho, no que diz respeito a sua constituição como uma força produtiva. Esse valor faz com que ela se diferencie no território nacional, pela solidariedade organizacional que representa, a partir de um determinado uso do território. Essa solidariedade a estrutura como região. Mas, *“ao mesmo tempo, há uma tendência persistente para a crescente homogeneização e redução dessas diferenças geográficas. Essa tensão dialética entre diferenciação e igualização é a dinâmica subjacente do desenvolvimento geograficamente desigual”* (SOJA, 1993:133).

Dessa forma, a região passa a ser um conceito ideológico e mutante (de forma e de conteúdo), dadas as constantes mudanças no conteúdo dos territórios e no desenvolvimento e difusão dos sistemas técnicos, que geram uma nova organização, uma nova regulação, novos usos e novas intencionalidades e possibilidades de uso dos territórios, produzindo assim, novas solidariedades organizacionais. A essência da região muda conforme a ideologia de uso e organização do território que a cria, e também, conforme a solidariedade organizacional que a estrutura como tal. Portanto, a região se torna uma categoria frágil, não duradoura para a análise do território usado.

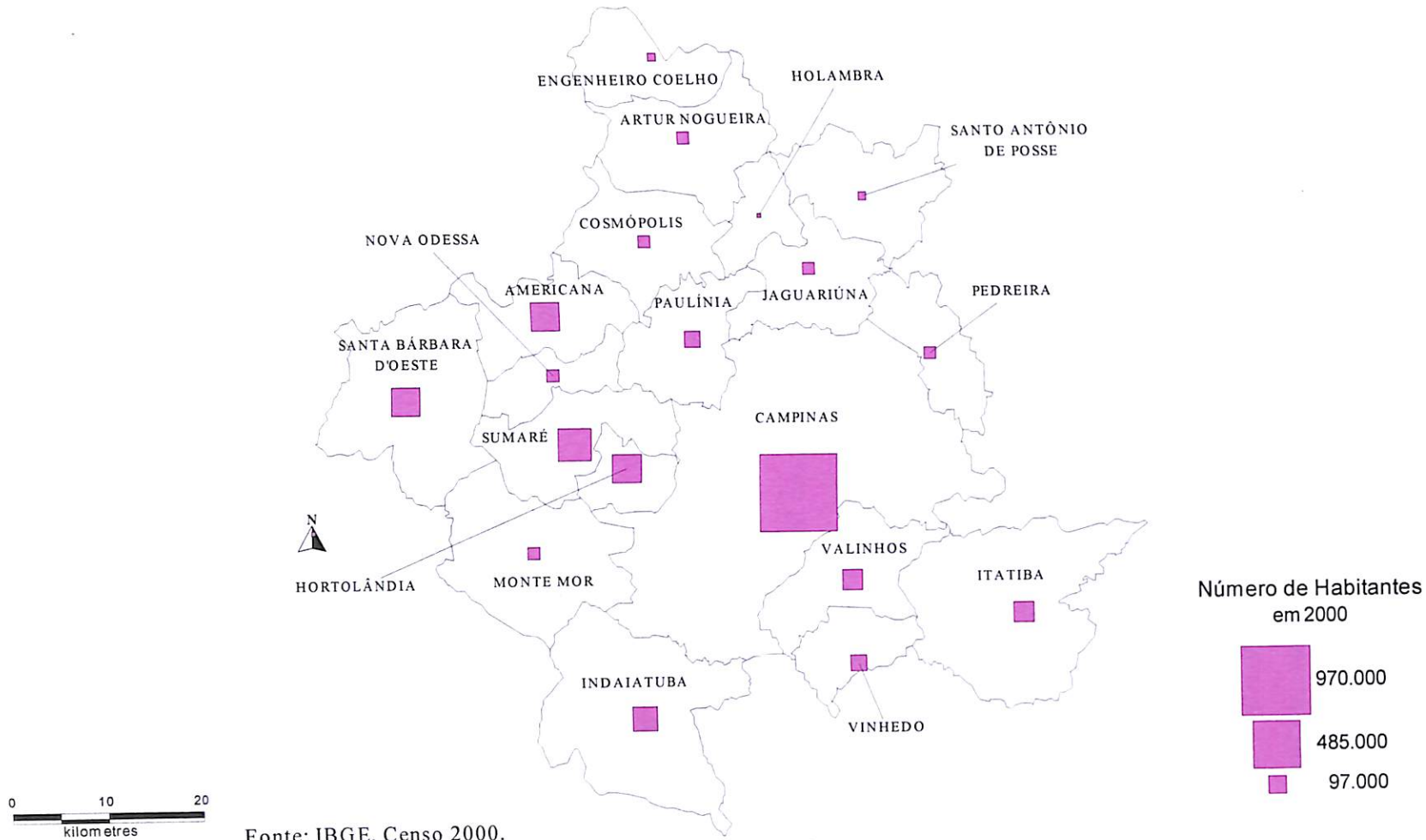
Capítulo 2. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi aprovada recentemente pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionada pelo ex-governador Mário Covas, através da Lei Complementar nº 870, em 19 de junho de 2000. A RMC é composta por dezenove municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Segundo dados oficiais do governo do Estado de São Paulo, a RMC abrange 3.673 km² e tem 2,3 milhões de habitantes (EMPLASA, 2001).

O Mapa 1 mostra a distribuição dessa população por município.

MAPA 1

Região Metropolitana de Campinas - 2000
População



A Legislação e a Constituição

A solidariedade geográfica institucional é dada pelo território normado, ou seja, os lugares estão submetidos a certas normas estabelecidas, como, por exemplo, pelas constituições federais, estaduais e municipais. A solidariedade institucional “(...) encontra suas bases numa coesão sócio-territorial dada pelo ordenamento jurídico e político-administrativo que tem vigência sobre um território circunscrito politicamente e que condiciona também a implantação e o arranjo de fixos e a distribuição de fluxos (materiais e imateriais) no território” (CASTILLO et alli, 1997:70).

A escala regional metropolitana é uma das possíveis solidariedades institucionais do território. A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas significa a existência de uma nova solidariedade institucional entre os municípios que a compõem, pois passam a fazer parte de uma unidade de organização territorial, que possui certas normas de funcionamento descritas na Constituição Federal.

A Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, da Constituição Federal, estabelece normas para a criação de regiões metropolitana no país. A Lei Complementar nº 870, em 19 de junho de 2000, estabelece as normas para o funcionamento da Região Metropolitana de Campinas. Dentre essas normas, estão a criação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento, das Câmaras Temáticas e das Agências de Desenvolvimento, que serão os mecanismos de representação das ações integradas metropolitanas de planejamento territorial. A Constituição, no entanto, não determina a existência de um governo.

O Conselho de Desenvolvimento metropolitano tem caráter deliberativo e normativo e é composto por um representante de cada município que integra a região metropolitana, e por representantes do Estado. No total serão 50% de representantes do Estado e 50% de representantes dos municípios da região. O Conselho deve criar um Conselho Consultivo da Região Metropolitana, que deverá ser composto por representantes do legislativo dos municípios da região e por representantes da sociedade civil. Segundo o Artigo 8º da Lei Complementar nº 870, “O Conselho de Desenvolvimento compatibilizará suas deliberações com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento da Região”. Esse artigo enfatiza o quanto a formação de uma região metropolitana está ligada a interesses diretos dos governos federal e estadual, de organização de áreas específicas dos seus territórios, para a promoção de determinados usos.

O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas é o outro órgão a ser criado, que tem por finalidade *“dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os municípios integrantes da Região”* (Lei Complementar nº 870, Artigo 14). Segundo o Artigo 17, da Lei Complementar que criou a Região Metropolitana de Campinas, *“Constituirão recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas:*

I - recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;

II - transferências da União, destinadas à execução de planos e programas de interesse comum entre a Região Metropolitana de Campinas e a União;

III - empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

IV - retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos;

V - produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - resultado de aplicações de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a alçada do Conselho de Desenvolvimento;

VII - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum; e

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais”.

Os mecanismos de representação têm poder apenas para elaborar, aprovar e encaminhar aos municípios, os projetos de planejamento territorial favoráveis à região como um todo. Tais projetos têm como objetivo sanear os problemas de âmbito regional e organizar melhor seu território de forma a favorecer determinados usos.

A Constituição Federal determina ainda que cada município tem uma certa autonomia política e administrativa para executar determinados projetos de planejamento municipal.

Os Objetivos

A articulação de um conjunto de territórios, no caso de municípios, com um objetivo político (federal, estadual e municipal) comum de organização e uso desses territórios, possibilita a criação de uma região metropolitana. Segundo o Prof. Wilson Cano¹, a Região Metropolitana de Campinas foi instituída devido a interesses políticos de favorecer ou facilitar a implementação de projetos no território, vinculados a interesses do governo federal. Este já deixou claro, após oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, que seu principal interesse é de modernizar o território brasileiro para atrair cada vez mais investimentos de capital externo. Dessa maneira, o território brasileiro se moderniza e recebe investimentos seletivos nos lugares modernizados.

Esses lugares tornam-se áreas que se organizam segundo uma racionalidade capitalista mundial e não mais local, e essa organização resulta no favorecimento de uso do território pelo capital mundial e, conseqüentemente, no processo que SANTOS (2001) denomina de alienação e privatização do território brasileiro. *“À medida que o território se torna fluido, as atividades econômicas modernas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe (...). Os sistemas de engenharia que permitem esse relacionamento constituem recursos públicos, cujo uso privatista autoriza dizer que um novo processo ganha corpo — o da privatização do território”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:291).

Ao longo da história, a sociedade desenvolve técnicas e sistemas técnicos que auxiliam em sua reprodução e sobrevivência. *“Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:20). A organização territorial vinculada à racionalidade capitalista hegemônica, aprofunda o acontecer hierárquico, a solidariedade organizacional entre os lugares

“A região não está ausente das preocupações do Estado, ao contrário: ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra... o mapa, mas não o território, que deve permanecer essa cera, prestes a receber todos os selos conforme a necessidade do poder central”. (RAFFESTIN, 1993:182).

¹ Em entrevista concedida à autora, em Campinas, em 24/11/01. Wilson Cano é professor do Instituto de Economia da UNICAMP e é um dos coordenadores do trabalho *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas* (2001).

As regiões-chave, como denomina RAFFESTIN (1993), dão a possibilidade do exercício do poder porque fornecem energia e informação, de diversas formas, que maximizam a produção, a circulação e a comunicação. *“Essas regiões-chave são, portanto, zonas de desenvolvimento multidimensionais, a partir das quais foi possível exercer um ou mais poderes”*. (RAFFESTIN, 1993:198).

A Região Metropolitana de Campinas seria, em função da solidariedade organizacional que nela se configura, uma dessas regiões-chave no território brasileiro, representando possibilidades de modernização territorial e de atração de investimentos externos especializados.

Segundo ISNARD (1982), os elementos constitutivos do espaço geográfico — definido por SANTOS (1996), como um *sistema indissociável de objetos e ações* — se interagem através de uma lógica de organização do território, que promove as relações espaciais. Essa lógica de funcionamento é resultado da organização espacial. *“Todas as civilizações têm em comum a intenção de organizar seu espaço com o fim de assegurar a sua sobrevivência”* (ISNARD, 1982:112); em outras palavras, toda sociedade tem a intenção de organizar seu território a fim de possibilitar determinados usos desse território para sua sobrevivência. O conceito de sobrevivência citado pelo autor é referente à condição da existência humana vinculada às condições de produção, circulação, exploração de recursos no território.

No atual período, a lógica de organização do território brasileiro está baseada na lógica de uso do território segundo o modo de produção capitalista hegemônico. As empresas têm mais poder político frente à elaboração das políticas territoriais do Estado, do que os próprios cidadãos. A atual ideologia de organização e uso do território, difundida pelo capital hegemônico prega a fluidez territorial, a especialização dos lugares como forças produtivas ao capital e a densificação das densidades técnicas e informacionais nos lugares.

O projeto que a sociedade destina ao território dá a ele uma estrutura (objetos e normas), e uma organização dessa estrutura — a racionalidade do espaço; o território normado e como norma — e uma ideologia de uso do território como objetivo final desse projeto. A organização significa a existência de uma ordem e de um poder de uso do território.

“Nas civilizações ocidentais, o desenvolvimento suscitado pela economia capitalista relegou para segundo plano todo um outro imperativo que não seja a rentabilidade do espaço” (ISNARD, 1982:114). O território deve ser organizado de

modo a permitir seu uso mais rentável e lucrativo para a produção e reprodução do capital, segundo o modo de produção hegemônico. Essa organização vinculada à interesses externos ao lugar, à uma racionalidade hegemônica, causa uma alienação do lugar, por que sua sociedade perde o poder de regular e organizar seu território segundo sua própria racionalidade de sobrevivência. A alienação do espaço significa acabar com as bases de sobrevivência da sociedade. A criação da Região Metropolitana de Campinas revela uma organização do território que prioriza a sobrevivência do capital hegemônico em primeiro lugar e posteriormente da sociedade que ela representa.

Parte II. REDES E SOLIDARIEDADES GEOGRÁFICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Capítulo 3. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A divisão do trabalho está baseada na distribuição dos recursos pelo território. Esses recursos podem ser materiais ou informacionais, artificiais ou naturais e possibilitam o uso do território pelos indivíduos, empresas e instituições.

A distribuição dos recursos pelo mundo, é heterogênea. A heterogeneidade da distribuição diferencia os lugares segundo a escassez ou a abundância de recursos que eles oferecem. É dessa diferenciação que o capital tira sua força de sobrevivência, já que o lucro também está baseado nas vantagens que cada lugar oferece à produção. Assim, a divisão territorial do trabalho está baseada na diferenciação e na interdependência entre os lugares no território, que se especializam como espaços cada vez mais funcionais à reprodução capitalista hegemônica.

A divisão territorial do trabalho articula o território, mas de forma hierárquica e seletiva. A inserção de um território dentro dessa divisão está diretamente relacionada com as suas características como território normado (regulação) e como norma (materialidades e sua configuração), a cada momento. Essas características revelam o território como um recurso para ser usado pelo capital hegemônico.

Cada lugar se especializa de uma forma, de acordo com as densidades técnicas, informacionais e comunicacionais (SANTOS, 1996) que abriga e como elas se organizam no território. As densidades técnicas seriam os objetos técnicos dotados de informação, ciência, norma e intencionalidade e que “(...) são dispostos para atender prontamente às intenções dos que o conceberam e produziram (...)” (SANTOS e SILVEIRA, 2001:205). As densidades informacionais seriam a quantidade e a qualidade de informações e normas que esses objetos trazem consigo, em função das ações que os animam, dadas as intencionalidades e racionalidades de uso do território. Os lugares são constituídos ainda, pelas densidades comunicacionais. “Os lugares, pois, se definem

pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue” (SANTOS e SILVEIRA, 2001:205). A densidade comunicacional seria o tempo das ações humanas, *“esse tempo plural do cotidiano partilhado é o tempo conflitual da co-presença”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:205). Ela é caracterizada pela solidariedade orgânica nos lugares, por suas horizontalidades.

Mas, são as densidades técnicas e informacionais dos lugares que condicionam e revelam a localização dos agentes hegemônicos no território, já que as ações destes, dependem, cada vez mais, da existência e da concentração espacial dessas densidades. As ações são o trabalho vivo, enquanto as densidades são o trabalho morto, já consolidado no território. *“Por isso, a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:20).

A difusão dos sistemas técnicos planetários e das ações do capital hegemônico nos lugares possibilita, a cada momento histórico, uma nova divisão territorial do trabalho. *“A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:21).

A existência das densidades técnicas e informacionais impõe ao lugar sua inserção no modo de produção capitalista hegemônico e, portanto, sua inserção na divisão internacional do trabalho. A partir daí, cada lugar busca realizar suas conexões geográficas específicas com outros lugares no mundo, segundo hierarquias relativas, em função de sua especialização funcional dentro da divisão internacional do trabalho. Assim, aprofunda-se a solidariedade organizacional entre os lugares.

Com a complexização da divisão territorial do trabalho, os lugares passam a ser muito mais valorizados pelo capital. Essa valorização advém das possibilidades de uso do território que eles oferecem, dados os recursos que abrigam e suas organizações e regulações espaciais. Com a especialização funcional, os lugares se diferenciam e se tornam cada vez mais interdependentes entre si, o que favorece a reprodução do capitalismo hegemônico no mundo.

A Interdependência Regional

Antes do desenvolvimento técnico das redes de circulação e comunicação, característico do período técnico-científico-informacional, as regiões eram definidas a partir da contigüidade entre alguns lugares e da centralidade que um determinado lugar exercia sobre as atividades nessa região, agindo como uma força centrípeta. A divisão do trabalho no território e no mundo era diferente — menos aprofundada e complexa. No atual período técnico-científico-informacional, a existência das unicidades técnica, do motor e do tempo, e a difusão do capital hegemônico pelo território, modificam as dinâmicas de centripetismo e centrifugismo das atividades produtivas no território. Essas novas dinâmicas resultam numa nova divisão territorial e internacional do trabalho, modificando, portanto, a relação hierárquica de interdependência entre os lugares, a organização e o uso do território. Então hoje, o recorte regional está baseado nessa nova configuração da divisão territorial do trabalho, que por sua vez está baseada na nova configuração da organização territorial.

Segundo Kaiser (1968), *“uma região se organiza em torno de um centro”*. No atual período, esse centro regional, exerce forças centrífugas e centrípetas. Atualmente, as forças centrífugas seriam aquelas de dispersão das atividades produtivas pelo território, as forças centrípetas seriam aquelas de concentração das atividades de controle e regulação da produção no território. Essas duas forças se aprofundam cada vez mais no território e no mundo, dada a complexidade da divisão territorial do trabalho.

A nova divisão territorial do trabalho, dinamizada e aprofundada pelos novos processos produtivos do capitalismo contemporâneo, gera uma nova dinâmica de hierarquização dos lugares no território. *“Essa divisão do trabalho mais estendida no território consagra, pois, certo centrifugismo. A essa tendência junta-se, porém, a necessidade de uma cooperação também territorialmente espalhada, mas que reclama informação especializada, localizada na Região Concentrada, em especial no Sudeste e mormente em São Paulo”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:253). Assim, em contrapartida ao centrifugismo da produção aprofunda-se o centripetismo dos centros geradores de informação e dos centros de decisão sobre a produção. A nova divisão territorial do trabalho acelera a difusão do capital pelo território, mas concentra seu poder de decisão e regulação em determinados lugares.

Essa dinâmica territorial pode ser verificada na Região Metropolitana de Campinas. O Tecnopólo campineiro está estendendo sua produção para os outros municípios da região, que passaram a receber indústrias modernas de alta tecnologia, mas os centros geradores de informação se concentram em Campinas. Dentro dessa nova dinâmica de centripetismo e centrifugismo no território nacional, a cidade de São Paulo se constitui como uma Metrópole Informacional e Corporativa (SANTOS e SILVEIRA, 2001). A cidade concentra a maior parte dos centros de pesquisas e produtores de informações, como as grandes firmas de consultoria, existentes no território brasileiro (BERNARDES, 2001). Por isso é considerada a Metrópole Informacional. Ao mesmo tempo, a cidade concentra a maior parte das sedes das grandes empresas capitalistas instaladas no território brasileiro (BERNARDES, 2001 e CATAIA, 2001). Essas sedes se concentram em São Paulo, justamente por causa dessa sua alta densidade técnica e informacional. A concentração dessas sedes faz de São Paulo a Metrópole Corporativa do Brasil, pois ela concentra os pontos de tomadas de decisão e regulação da produção capitalista hegemônica, e da distribuição dessa produção, em todo o território nacional. *“A cidade de São Paulo assume, portanto, um papel estratégico, pois é o lugar sede da produção e controle da nova vaga de modernizações que reorganiza o território nacional”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:429).

Os municípios da Região Metropolitana de Campinas, que estão recebendo a produção moderna em seus territórios, se beneficiam da proximidade com Campinas, em função da mão-de-obra especializada que a cidade forma todos os anos, em sua universidade e em seus centros de pesquisas de alta tecnologia. Esses municípios, assim como Campinas, se beneficiam também da proximidade com São Paulo, que é um grande mercado consumidor e o lugar de maior emissão de mão-de-obra especializada e de empresas modernas e especializadas. A proximidade com a metrópole de São Paulo é mais um dos argumentos para a atração de investimentos externos no setor intensivo de alta tecnologia para a região.

A interdependência é dada pela divisão territorial do trabalho e pela solidariedade organizacional existente entre os lugares. A interdependência pode ser verificada conforme a quantidade e a qualidade dos fluxos gerados no território. Quanto maior for a divisão territorial do trabalho e a difusão do capital pelo território, maior será a interdependência entre os lugares e, portanto, maiores serão as conexões geográficas entre eles. *“As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à*

distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial" (SANTOS, 1996:192). A interdependência entre os lugares é seletiva e hierarquizada conforme as conexões que eles realizam.

Além da interdependência dada pela divisão territorial e internacional do trabalho, na Região Metropolitana de Campinas, ela também é dada pelo projeto comum, de seus municípios, de organização do território regional. Essa organização pretende aprofundar a especialização funcional da região segundo a racionalidade de uso do território do capital hegemônico. Então, a RMC deveria contemplar municípios com uma determinada organização interna das atividades econômicas, e uma certa organização em conjunto com relação às densidades técnicas e informacionais, principalmente no que diz respeito às redes de circulação e comunicação. Além disso, os municípios deveriam estar inseridos num processo de especialização produtiva comum, objetivando organizar seus territórios de forma a aprofundar essa especialização — no caso a produção de alta tecnologia.

O novo papel da região como recorte de uso do território é o de "unir" determinados lugares selecionados que são contíguos e que, podem através de um projeto comum de uso e organização do território, aprofundar a solidariedade organizacional existente entre eles. Esse é o fator mais forte de união e interdependência entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas e fundamenta a sua constituição legal.

A Especialização Produtiva da Região Metropolitana de Campinas

Na década de 1970, os setores mais dinâmicos da região metropolitana, eram o industrial e o agro-industrial, em função da "interiorização" da industrialização no Estado de São Paulo e das novas tecnologias agrícolas que estavam sendo desenvolvidas e importadas pelo Brasil. Nessa época, a produção agropecuária na Região Administrativa de Campinas passa por um processo de modernização e especialização nas culturas exportáveis ligadas à agroindústria. A cana-de-açúcar e a laranja se tornam os principais produtos agrícolas. O sistema viário favoreceu o desenvolvimento da agroindústria na região, em função das possibilidades de conexões com áreas produtoras de matérias primas, além dos grandes mercados consumidores e os terminais de exportação.

Desde 1960, Campinas já era um importante centro industrial — setor que cresceu até a década de 80. Durante a década de 1980, apesar da estagnação econômica no país, Campinas e alguns dos municípios da região metropolitana continuaram seu crescimento industrial e agrícolas voltados para a exportação. O processo de industrialização gerou uma urbanização mais acentuada e demandou novos fixos e fluxos na região, propiciando uma nova dinâmica e desenvolvimento do setor terciário nos municípios e a ampliação e modernização das redes de circulação e comunicação. O setor terciário tornou-se mais desenvolvido e especializado em Campinas, que constituía o principal nó de articulação da capital com o interior do Estado.

O município de Campinas se tornou assim, um importante centro terciário do interior do Estado. Esse fato deve-se a alguns fatores decorrentes de sua história de formação e desenvolvimento: *“Em primeiro lugar, as funções que a cidade exerceu durante os processos de estruturação do complexo cafeeiro, e de ocupação territorial do Estado, passando pela industrialização restringida dos anos 30-50, transformaram-na numa espécie de ‘porta de entrada’ para o interior, seu mais importante nó de transportes e comunicações”* (SEMEGHINI, 1992:61). Dessa maneira, Campinas começou a se tornar uma metrópole, a partir dos anos 70, em função do alto grau de expansão, diversificação e especialização de seu setor terciário. A cidade passou a apresentar um grau avançado de diversificação e modernização de sua base produtiva (agrícola, industrial, comercial e de serviços), *“(...) gerando assim uma estrutura diferenciada e integrada da divisão social do trabalho, um processo mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção, e relações inter-setoriais e inter-regionais mais dinâmicas”* (SEMEGHINI, 1992:16). Começava a se formar o pólo tecnológico de Campinas. O desenvolvimento intenso da cidade estimulou a economia e a modernização territorial dos municípios ao seu redor, assim como o aprofundamento da divisão territorial do trabalho entre eles.

A partir da década de 1980, é que alguns municípios da Região Administrativa de Campinas começam a se organizar em função do emergente pólo tecnológico campineiro. Mas é na década de 1990, que alguns municípios, hoje constituintes da região metropolitana, começam a se consolidar como extensões do tecnopólo. Dentre eles estão: Jaguariúna, Americana, Hortolândia, Indaiatuba, Santa Bárbara D’Oeste e Sumaré. Esses municípios passaram a receber novos e importantes investimentos nos setores de alta tecnologia, abrigando novos fixos e gerando novos fluxos no território.

Atualmente, a Fundação SEADE classificou alguns municípios do Estado de São Paulo como pólos de desenvolvimento, em função de alguns critérios como infraestrutura, mercado consumidor e possibilidades de atração de investimentos. Dentre os municípios da RMC, são considerados pólos de desenvolvimento: Campinas, Americana, Hortolândia, Indaiatuba, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré. As características que eles possuem em comum para serem considerados pólos de desenvolvimento são:

- A modernização do sistema logístico e multimodal de transportes — estão na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná e do Porto de Santos, possuem ferrovias e rodovias importantes e Campinas abriga o Aeroporto Internacional de Viracopos.
- Uma oferta abundante de gás natural (Por alguns deles passa o Gasoduto Brasil-Bolívia) e de energia elétrica.
- A proximidade de centros universitários de excelência (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ – de Piracicaba)
- Fazem parte de *“um mercado consumidor de aproximadamente 5 milhões de habitantes (população da Região Administrativa de Campinas) indica amplas possibilidades de atração de novos negócios, principalmente em setores que requerem economicidade e rapidez no escoamento de mercadorias, insumos e matérias-primas, alta tecnologia, mão-de-obra qualificada e grande escala de produção”* (site Fundação SEADE).
- São territórios competitivos na atração de investimentos de grandes empresas.

A partir da década de 1990, os municípios da RMC começaram a deixar de lado o ramo industrial tradicional e se modernizarem para abrigar novas atividades mais modernas vinculadas à produção de alta tecnologia e ao oferecimento de serviços mais especializados, caracterizando o processo de centrifugismo das atividades do Tecnopólo de Campinas, pelo território regional metropolitano.

A Região Metropolitana de Campinas tem uma especialização produtiva em setores vinculados à alta tecnologia, como telecomunicações, equipamentos eletrônicos e de informática, química e petroquímica, alimentos, agropecuária modernizada, mecânica e automobilístico. A região abriga diversas verticalidades vinculadas a essas

especializações. Essas verticalidades são os fixos que veiculam as ações capitalistas hegemônicas no território. Os fixos são os objetos técnicos existentes nos lugares, que representam densidades técnicas e informacionais e que possibilitam determinadas ações no território. Os fixos existentes em cada lugar, revelam sua especialização funcional e o grau de sua inserção no sistema técnico mundial. Os fixos podem ser, por exemplo, tanto as empresas e instituições, como os nós das redes geográficas de circulação e comunicação.

Por um lado, as verticalidades existentes na Região Metropolitana de Campinas, que estruturam sua especialização produtiva, são empresas, indústrias e instituições ligadas à produção moderna de alta tecnologia, ao fornecimento de serviços diversificados e especializados, segundo as demandas dessa produção e consumo modernos, e à produção de normas, de informações, que regulam a logística de produção e distribuição desta, segundo a racionalidade de uso do território desses setores. Por outro lado, essas verticalidades são também as redes geográficas da região metropolitana, que são vitais para essa especialização regional².

Essas verticalidades se organizam conforme a configuração e a normatização do território no qual elas se instalam, mas também produzem uma organização do espaço, porque trazem consigo uma intencionalidade de uso do território, vinculada a uma racionalidade externa ao lugar, uma racionalidade capitalista hegemônica de uso e organização do território, que articula essas verticalidades numa solidariedade técnica e organizacional.

Quanto maior for a especialização produtiva dos lugares, maior será a concentração e a especialização das verticalidades e, portanto, maior será a demanda por uma organização do espaço que privilegie a logística capitalista hegemônica de uso e organização do território.

A lógica de organização do território na Região Metropolitana de Campinas se caracteriza pela difusão e concentração das modernizações e das verticalidades, ligadas aos setores tecnológicos, e pelo aprofundamento da diversificação e da especialização produtiva de seus municípios.

Essa lógica é, por um lado includente e, por outro, excludente, na medida em que as modernizações não chegam a todos os lugares da região, nem no mesmo tempo. O processo de uso e organização do território, segundo o modo-de-produção capitalista hegemônico do período técnico-científico-informacional, produz espaços luminosos

com a mesma intensidade que produz espaços opacos. *“Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumularam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos”*. (SANTOS e SILVEIRA, 2001:264).

É a produção de espaços luminosos, especializados na produção de alta tecnologia, o grande processo estruturador da Região Metropolitana de Campinas.

Os espaços luminosos, são constituídos pelas verticalidades³ ligadas aos setores de alta tecnologia da região — telecomunicações, equipamentos eletrônicos e de informática, química e petroquímica, alimentos, agropecuária modernizada, mecânica e automobilístico.

Com relação à produção industrial, a região abriga diversas e importantes empresas dos setores acima mencionados. Cada município se especializa de acordo com a diversidade e a quantidade de empresas que abriga.

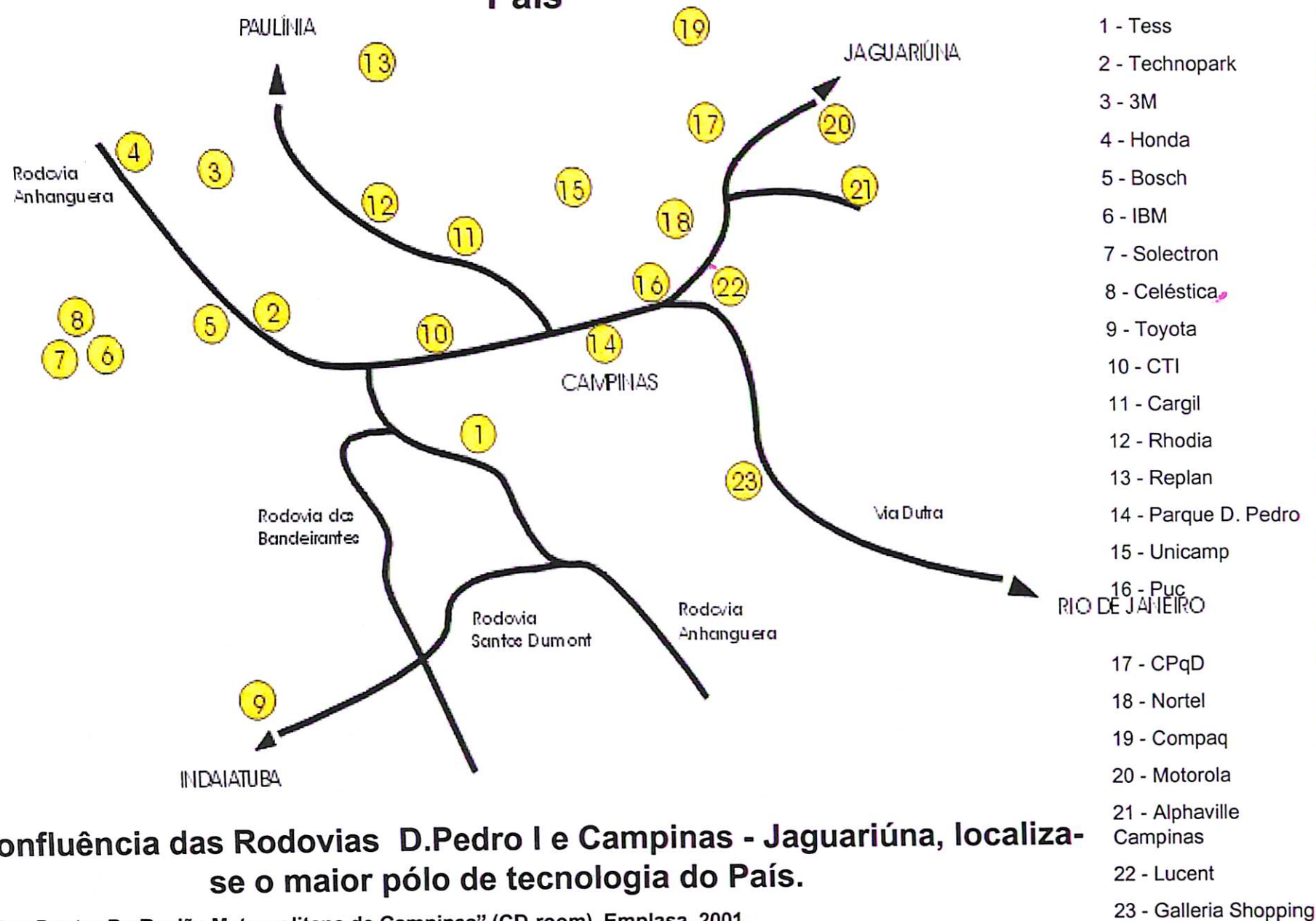
A região é especializada tanto na produção industrial de alta tecnologia, como na produção agropecuária que utiliza tecnologias modernas.

A Figura I localiza algumas das mais importantes empresas dos setores de produção de alta tecnologia, na região metropolitana, evidenciando a concentração no município de Campinas e em alguns dos municípios vizinhos a ele. Outro dado importante, é a concentração em Campinas, dos principais centros de pesquisa tecnológica da região, como por exemplo a UNICAMP, o CPqD — Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações; CIT — Fundação Centro Tecnológico para Informática. Além disso, pode-se perceber que as grandes empresas de alta tecnologia estão localizadas, principalmente, e torno das redes de circulação mais importantes da região metropolitana, e próximas à Campinas, pelo fato do município concentrar esses centros de pesquisas de tecnologia de ponta, que formam mão-de-obra especializada e realizam estudos importantes para essas empresas.

² As redes geográficas, na Região Metropolitana de Campinas, serão tratadas no capítulo 4.

³ A discussão sobre as redes geográficas que a região abriga, será feita no capítulo 4.

A Região de Campinas tem a maior concentração de telecomunicações do País



Na confluência das Rodovias D. Pedro I e Campinas - Jaguariúna, localiza-se o maior pólo de tecnologia do País.

Fonte: "Por Dentro Da Região Metropolitana de Campinas" (CD-room), Emplasa, 2001.

A concentração dessas verticalidades em determinadas áreas do território, acaba por demandar uma organização desses espaços, tornando-os cada vez mais densamente tecnificados, articulados e racionalizados.

A Tabela I traz dados sobre a importância das empresas instaladas na região, evidenciando a concentração de suas sedes no município de Campinas.

Tabela I

SEDES DAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS (EM VENDAS)
LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Empresa	Setor	Sede	Vendas (em US\$ milhões)
Motorola	Eletrônico	Jaguariúna	1000,0
Bosch	Automotivo	Campinas	586,9
3M	Químico e petroquímico	Sumaré	459,7
GE-DAKO	Eletrônico	Campinas	222,5
FMC	Químico e petroquímico	Campinas	219,6
Grupo ORSA	Papel e celulose	Paulínia	185,0
Hewlett-Packard Computadores	Tecnologia e computação	Campinas	183,9
Rigesa	Papel e celulose	Valinhos	178,8
Fibra Dupont	Confecções e têxteis	Americana	171,9
Fibra	Confecções e têxteis	Americana	162,8
Gevisa	Automotivo	Campinas	132,7

Fonte: Exame, *Maiores e Melhores*, jun. 2000.

A chegada das empresas modernas dos setores de alta tecnologia, incentivou o crescimento e o desenvolvimento do setor terciário nos municípios da região metropolitana. A demanda por determinados serviços e comércio por parte dessas indústrias, permitiu o desenvolvimento desses setores em cidades que antes dependiam quase que totalmente de Campinas e Americana. Apesar disso, Campinas continua

concentrando a maior parte do setor terciário, principalmente as atividades mais especializadas, em relação à região metropolitana.

Com relação à produção agropecuária, a região se especializou na produção de produtos de exportação e que são vendidos para as agroindústrias instaladas no território paulista. Especializou-se também na produção de cana-de-açúcar, em função do programa de produção de álcool para combustível, o PROÁLCOOL, instituído na década de 1970. Os principais produtos são a laranja e a cana, mas também têm uma produção significativa de milho, arroz, café e uva (algumas propriedades de médio porte, produzem frutas de clima temperado, com a utilização de alta tecnologia), como podemos verificar nos Anexos 1, 2 e 3 sobre a produção agrícola na região metropolitana (EMPLASA, 1994).

No período de 1970/90, a chegada de agroindústrias e a difusão das novas tecnologias agrícolas no Estado de São Paulo, gerou um aumento, em toda a RMC, da produção de matérias-primas voltadas, em sua maioria, para a exportação e para as agroindústrias. *“Intensificou-se sobremaneira a concentração da pauta de proteção em culturas exportáveis, sobressaindo a laranja e a produção de suco, ou naquelas de maior retorno para o mercado interno, como a cana (decorrência da maturação do PROÁLCOOL, na primeira metade da década), a soja, o trigo e o milho (...); ou ainda em alguns alimentos como o arroz, a cebola, a batata ou o tomate, onde foram conseguidos substanciais incrementos de produtividade (...)”*. (SEMEGHINI:1992:27).

Além disso, existem grandes áreas de reflorestamento comercial na região, ligadas a grandes empresas de papel e celulose, como por exemplo, a RIGESA.

Na produção agropecuária regional, destaca-se: a avicultura, a criação de gado e a criação de suínos, que são produtos exportáveis e cuja produção está baseada na utilização de tecnologias modernas.

Todos esses dados enfatizam a constituição da Região Metropolitana de Campinas como um espaço luminoso no território brasileiro e que, cada vez mais, se insere nos processos de reprodução do capitalismo hegemônico corporativo.

Apêndice

Aqui será realizada uma breve descrição sobre a principal especialização produtiva de cada um dos municípios da Região Metropolitana de Campinas. Não se trata aqui no entanto, de fazer uma monografia regional, mas de enfatizar e complementar a análise feita anteriormente sobre especialização produtiva da região, à partir de cada um dos municípios.

CAMPINAS

Campinas é um Tecnopólo Brasileiro porque concentra uma enorme quantidade de empresas e institutos de pesquisas vinculados à produção de alta tecnologia. O município possui, inclusive, uma instituição (a CIATEC) que busca alternativas para o desenvolvimento e o aprimoramento do Tecnopólo campineiro, buscando atrair investimentos cada vez mais especializados na produção de tecnologia de ponta. A CIATEC — Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas — *“é uma empresa (sociedade anônima) municipal e tem a responsabilidade do planejamento e execução da política de ciência e tecnologia de Campinas. Coordena a implantação de empresas e organizações de pesquisa científica e tecnológica”* (www.ciatec.org.br), tendo como objetivo atrair investimentos nesse setor, procurando viabilizar junto ao governo municipal diretrizes para a implantação das empresas de alta tecnologia, para a captação de recursos (políticas de incentivos fiscais), garantir mão-de-obra especializada, tornando-se assim, o canal de intermediação entre empresas, institutos de pesquisas e universidades.

Campinas abriga duas importantes universidades brasileiras: a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP; e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas — PUCCAMP. Abriga também a maior concentração de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do interior do país, dentre os mais importantes estão: CPqD — Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações; CIT — Fundação Centro Tecnológico para Informática; LNLS — Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; IAC — Instituto Agrônomo de Campinas; CATI — Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de SP); EMBRAPA — Centro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; ITAL —

Instituto de Tecnologia de Alimentos; SOFTEX — Programa Nacional de Software para Exportação; entre outros institutos de pesquisa aplicadas em alta tecnologia (informática, telecomunicações, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, desenvolvimento de equipamentos, instrumentos e produtos na área de medicina, biologia, bioengenharia, química fina, genética agropecuária, etc.). Todos esses centros de pesquisa são competitivos, ou pretendem ser fruto do mercado mundial.

Com relação à industrialização, Campinas abriga um setor industrial diversificado e que está se modernizando com a chegada a partir da década de 1990, de grandes indústrias transnacionais, principalmente do ramo de informática e telecomunicações. Segundo dados da Fundação SEADE, a cidade tem mais de 4.500 estabelecimentos industriais em que operam 50 das maiores empresas do mundo.

Entre as principais empresas⁴ localizadas em Campinas destacam-se:

- no setor automotivo – Robert Bosch, Pirelli Pneus, Mercedes- Benz, Valeo Systems, Eaton Corporation e Benteler Automotive, Gevisa;
- no setor de telecomunicações – Lucent Technologies, Northern Telecom, Tess S.A. e Vesper;
- no setor de informática e material eletrônico – HP, SCI Systems, Hewlett-Packard Computadores e Xtal;
- no setor de máquinas e equipamentos – G.E.Dako, Singer do Brasil, Schlumberger do Brasil;
- no setor alimentício – Grupo Carrefour, Tostines , Minasa Óleos e Alimentos e Biscoitos Triunfo;
- no setor químico e petroquímico — Rhodia e FMC.

“A existência das instituições de ensino e pesquisa de excelência foi fundamental para a justificar a presença na região de grande número de empresas de alta tecnologia, que atuam principalmente nos setores de informática, eletrônica, microeletrônica, telecomunicações, química fina e metal-mecânica” (site Fundação SEADE).

Com relação à produção agrícola, Campinas ao longo dos anos 1980/90, foi introduzindo em seu território, a partir da instalação de diversas agroindústrias no interior do Estado de São Paulo, as novas tecnologias agrícolas que iam surgindo no mercado mundial, conseguindo, assim, modernizar sua produção e manter seu

crescimento nesse setor. Nesse mesmo período, aumentou, em toda a RMC, a área de produção de matérias-primas voltadas, em sua maioria, para a exportação e para as agroindústrias paulistas.

Campinas possui uma central de abastecimento agrícola, a CEASA, que abastece não só a RMC, como também boa parte do interior do estado de SP, abrangendo inclusive outros estados. A CEASA está localizada na Rodovia D. Pedro I, tendo proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos e estando na chamada *área de influência* da Hidrovia Tietê-Paraná. Todos os municípios da RMC vendem parte de sua produção agrícola na CEASA de Campinas e muitos se abastecem quase exclusivamente nessa central.

No que diz respeito ao setor terciário (comércio e serviços), sua ampliação ocorreu a partir da década de 1970, com grandes modificações qualitativas. A crescente industrialização e a instalação de centros de pesquisas tecnológicas como o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações) e a UNICAMP, geraram uma crescente demanda por um setor terciário mais especializado e diversificado em Campinas. Nas décadas de 80 e 90, a instalação de grandes empresas transnacionais do setor de informática e telecomunicações gerou novamente uma demanda por um setor terciário ainda mais diversificado e mais especializado, não apenas no município de Campinas, mas em todos os outros nos quais essas empresas se instalaram. É claro que Campinas, em relação à região metropolitana, é a cidade que abriga os serviços mais importantes e especializados.

Alguns dados⁵ sobre o setor terciário campineiro:

- Campinas possui dois centros de convenções de grande porte passam a atender a demanda de Campinas no setor, o The Royal Palm Plaza, já inaugurado, e o Dom Pedro, ambos situados em locais estratégicos, Rodovia Santos Dumont e Rodovia Pedro. Existem, ainda, quatro hotéis classificados como confortáveis, seis como de médio conforto e seis simples. A maioria está equipada com salas de convenções. Há, também, quatro flats de médio conforto e um simples.
- Aumentou o número, na década de 1990, de escritórios de consultoria, engenharia, marketing, processamento de dados, treinamento e agenciamento de mão-de-obra, serviços de profissionais liberais, entre outros.

⁴ Dados obtidos no site da Fundação SEADE, na Revista *Exame* de junho de 2000.

⁵ Dados obtidos da Fundação SEADE, da EMLASA (1993) e do trabalho de Oliveira (1995).

- Possui diversas empresas ligadas aos serviços distributivos da produção (armazenagem e transporte).
- A cidade possui cinco shopping centers, 2 de grande porte e especializados, por onde circulam, mensalmente, 5 milhões de pessoas, com exceção dos meses de dezembro e janeiro. E atualmente foi inaugurado o Shopping Parque D. Pedro — o maior da América Latina —, na rodovia D. Pedro I, que pretende atrair um grande número de consumidores de toda a região metropolitana e fora dela: a expectativa é de atrair 3 milhões de consumidores por mês, 27 milhões de consumidores por ano, provenientes de 25 municípios do interior de São Paulo. Possui 8000 vagas de estacionamento. A expectativa de faturamento é de 500 milhões de reais por ano (agência DPZ – Propaganda e Marketing).
- Abriga uma extensa rede de hipermercados: Carrefour, Extra, Pão de Açúcar, Big, Enxuto, Makro. Muitos deles estão localizados nas saídas de Campinas, para facilitar o acesso da população dos outros municípios. O Carrefour de Campinas está dentre os primeiros que mais faturam em relação a todas as unidades do hipermercado no Brasil.
- A cidade possui também uma vasta rede de supermercados.
- Campinas possui diversos loteamentos para moradias de alto nível, como o condomínio de luxo Alphaville.
- A cidade conta com diversos clubes recreativos, incluindo golfe, pólo, equitação, entre outros. No mês de janeiro de 1998, foi inaugurado um dos maiores centros esportivos da América Latina, o Careca Sport Center. A cidade abriga também a Associação Atlética Ponte Preta, mais antigo time de futebol do Brasil (1900) e o Guarany F.C..
- Seu potencial turístico é grande na área do turismo de negócios.
- O município possui dois hospitais universitários de reconhecimento científico nacional e internacional e uma rede de 26 hospitais públicos e particulares onde atuam mais de 4.500 médicos.

- A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) está capacitada para proporcionar atendimento de alto nível e complexidade em diversas áreas médicas, como o Núcleo de Informática Biomédica, que possui um dos quatro hospitais virtuais existentes no mundo, acessível via Internet. A UNICAMP possui, ainda, o Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (CAISM), considerado uma referência nacional no atendimento da saúde da mulher. O Gastrocentro mantém pesquisa sobre o câncer do aparelho digestivo e outras área afins, em convênio com o governo japonês. O Hemocentro é uma das principais unidades de coleta, preparo e distribuição de sangue no Estado de São Paulo. O Hospital da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Pucamp) é também conhecido como um excelente centro de formação de profissionais para toda a área de Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, etc.). Em Campinas está o Centro Boldrini, referência mundial na área de pesquisa e tratamento de câncer infantil. Campinas tem o melhor serviço de atendimento médico de urgência da América Latina, título obtido em 1996, durante congresso internacional sobre essa área de prestação de serviço.
- A UNICAMP é a segunda mais importante universidade pública do estado. Em seu campus estão espalhados diversos centros de ensino que, entre faculdades, departamentos e institutos, totalizando 19 unidades. Mais duas outras unidades estão localizadas fora de Campinas (Limeira e Piracicaba). Tem cursos de graduação e pós-graduação em praticamente todas as áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades.
- A cidade conta com também duas grandes universidades particulares, a PUCCAMP – que oferece cursos nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades, distribuídos em 22 unidades, sendo oito na sede principal e as demais espalhadas pela cidade e na Rodovia D. Pedro I – e a Universidade Paulista (UNIP). A Universidade São Francisco (USF) adquiriu uma área de 1 milhão de metros quadrados e já está construindo um novo campus em Campinas.

- A cidade dispõe, ainda, de 450 escolas de 1º e 2º graus, 13 escolas técnicas – cinco públicas e 8 privadas —, e duas escolas internacionais, uma alemã e outra americana.
- A cidade tem acesso a 29 provedores de Internet. De acordo com o Guia Bancário do Brasil, edição 1998, há em Campinas, 129 agências bancárias de 41 bancos. Para cada grupo de 100 habitantes há 34,62 terminais telefônicos e a cidade conta com serviços de telefonia celular móvel.

“Em termos de movimento bancário, Campinas é a terceira praça no país, importância reforçada pelo fluxo de exportações e importações. Isso introduziu a instalação de inúmeros escritórios especializados em operações [financeiras] externas e instalação de Bancos estrangeiros em Campinas” (OLIVEIRA, 1995:19).

Dessa maneira, Campinas se consolida como um importante pólo terciário do interior de São Paulo, e como um Tecnopólo brasileiro especializado no setor de telecomunicações.

AMERICANA

O município é considerado o segundo pólo da RMC devido ao desenvolvimento, qualidade e diversificação de suas atividades comerciais e de serviços (EMPLASA, 1993). Desde a década de 1970, vem apresentando um crescimento significativo do setor terciário. Mas, sua vocação ainda é industrial (EMPLASA, 1993).

Apesar de não possuir equipamentos urbanos de porte regional, Americana possui um setor de comércio e serviços bem desenvolvido, que atende a boa parte da população de outros municípios próximos como Sta. Bárbara e Nova Odessa. Na área de equipamentos de saúde, o município é o segundo pólo de internação na RMC, após Campinas. Com relação à educação, possui uma ótima faculdade técnica, a FATEC — Faculdade de Tecnologia de São Paulo. Americana possui ainda, vários equipamentos de lazer, cultura, esporte e turismo com grande potencial de desenvolvimento. As redes Carrefour, Extra e Sé já tem projetos aprovados na cidade (Fundação SEADE).

Atualmente o processo de industrialização em Americana é caracterizado pela diversificação e modernização industrial, e não mais apenas pela especialização no setor têxtil, como ocorreu a partir de 1970. Existem dois distritos industriais (um deles privado), que operam com cerca de 80 unidades. As principais empresas localizadas no

município são: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda., Fibra S/A, Fibra Du Point Sudamérica S/A, Alpargatas Santista Têxtil S/A e Polyenka S/A, White Martins.

O município localiza-se na área de influência do Porto de Santos, do Aeroporto Internacional de Viracopos e da Hidrovia Tietê-Paraná, que atualmente representa grande possibilidade de fluidez territorial.

Americana é considerada, pela Fundação SEADE, um pólo de desenvolvimento, em função das atividades econômicas e das infra-estruturas que já abriga e, por isso mesmo, da capacidade de atração de novos investimentos. A cidade foi uma das que mais recebeu investimentos no setor intensivo de tecnologia, em relação aos outros municípios da região metropolitana (vide Mapa 5).

Alguns dados da Fundação SEADE sobre o setor terciário de Americana:

- Americana possui 2 Shopping Centers, o Wellcome e o Via Direta que tem mais de 180 lojas.
- Operam na cidade, dentre outros, o Hotel Atlanta, o Americana Hotel, o Florence Palace Hotel, o Cidade de Americana, o Hotel Cacique, o Hotel Nacional, o Hotel Rio Branco e o Hotel Porto Fino, a maioria com salões para eventos e convenções.
- Os principais eventos culturais e comerciais do município são: Festa do Peão, em junho; Exposição Nacional de Carros Antigos, em agosto; Exposição Nacional de Orquídeas, em outubro; Festa das Nações e Feira Industrial, em novembro e Feira Directo, de tecidos e confecções, realizada às vésperas do Dia dos Pais, Dia das Mães e Dia das Crianças. As principais atrações turísticas são o Parque Ecológico, Museu Salto Grande, Praia dos Namorados e Praia Azul.
- Os sete hospitais do município (Hospital Municipal, Clínica São Lucas, Irmandade Misericórdia de Americana, Hospital Infantil André Luiz, Hospital da Samam, Sanatório de Assistência e Recuperação e Hospital Unimed) prestam serviços básicos e de especialização usuais.
- Americana conta com o Centro Universitário Salesianos, que oferece cursos de Administração, Pedagogia, Serviço Social, Engenharia Elétrica, Turismo, Publicidade, Ciências Contábeis e Análise de Sistemas.
- A cidade possui 21 agências bancárias.

- O município tem acesso, por ligação local, ou pelo serviço 0800 da TELESP, a 29 provedores de Internet, conta com 16,4 terminais telefônicos para cada grupo de 100 habitantes e serviço móvel de telefonia celular.

ARTUR NOGUEIRA

A atividade econômica predominante no município era a agropecuária, realizada em pequenas e médias propriedades, até a década de 1990 (EMPLASA, 1993). Os principais produtos são: laranja, algodão, cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho, soja, feijão, pecuária e suinocultura. Como podemos verificar nas Tabelas da EMPLASA (1994, em anexo) sobre a produção agrícola na região metropolitana, o município, na década de 1990, era o principal produtor de laranja, o segundo maior produtor de milho e o principal produtor de arroz da RMC. A laranja, o milho, a pecuária e a suinocultura e a cana-de-açúcar são produtos agropecuários de grande importância na região, em função das agroindústrias e usinas de cana instaladas no estado de São Paulo (Tabelas da EMPLASA 1994, em anexo).

A partir da década de 1990, segundo BESSA (2001a), o setor industrial se torna a Segunda base econômica do município. Algumas das grandes empresas que se instalaram no município são: TEKA (têxtil) e Mecânica Oriente.

O setor terciário ainda é pouco desenvolvido, mas atrai a população de Engenheiro Coelho (município recentemente criado em 1991 a partir do desmembramento de Arthur Nogueira). A população da cidade busca o comércio e serviços em Campinas, em primeiro lugar, ou em Limeira. A mão-de-obra especializada que trabalha no município é proveniente de municípios vizinhos, principalmente de Campinas e Limeira.

COSMÓPOLIS

O município tem tradição na produção de cana-de-açúcar, laranja e hortifrutigranjeiros. Segundo dados da EMPLASA (1993), 91,4% da área municipal é destinada à agricultura, sendo 50% de propriedade da Sociedade Agrícola Tabajara, que utiliza as terras para produzir cana que é vendida para a Usina Ester, localizada no próprio município. Os outros 50% são formados por pequenas e médias propriedades que produzem laranja e hortifrutigranjeiros. Toda essa produção é vendida no CEASA Campinas.

Desde a década de 1990, a indústria vem aumentando sua participação na economia de Cosmópolis. As indústrias predominantes são as químicas, como por exemplo: ELANCO, SANOFI, RUSH do Brasil, Coca-Cola, entre outras. O aumento da participação industrial vem ocorrendo em função da Lei de Incentivos Fiscais (IPTU, ISS) e da Lei de Zonas Industriais⁶ que o município criou na década, com o objetivo de atrair novos e diversificados investimentos industriais. Esses incentivos atraíram não apenas outras atividades industriais, mas também empresas prestadoras de serviços, principalmente vinculados aos transportes coletivos e de cargas.

O setor terciário ainda não é muito desenvolvido em Cosmópolis, obrigando sua população a buscar os serviços e comércio especializados em Campinas. Com relação aos serviços de educação, a população vai buscar em Americana, Campinas e Limeira. Os equipamentos de cultura, lazer e turismo são poucos e de âmbito local.

Cosmópolis é caracterizada por ser uma “cidade dormitório”, principalmente de Paulínia (para os trabalhadores da REPLAN). Grande parte da população trabalha, estuda e busca serviços em outros municípios da região, utilizando a cidade como moradia. Em função do acentuado crescimento do setor de serviços, a cidade pode estar perdendo essa característica de “cidade dormitório”.

ENGENHEIRO COELHO

O município foi criado em 1991 a partir do desmembramento de Arthur Nogueira.

Sua base econômica é agrícola e caracterizada por grandes propriedades produzindo cana e laranja e pequenas propriedades produzindo alguns cereais para consumo interno. A produção de cana é vendida para as usinas Tabajara em Limeira, São João em Araras e Ester, em Cosmópolis, além de duas destilarias no próprio município. A produção de laranja é vendida para as agroindústrias Cutrale, Citrosuco, Frutopia e Cargil, e outra parte vai para a CEASA de Campinas e a CEAGESP de São Paulo.

O município representa um território atrativo para grandes empresas, já que é cortado pela rodovia SP332 (Campinas- Paulínia), e suas terras apresentam um baixo preço em relação aos outros municípios da RMC.

⁶ Todos os municípios da RMC vêm criando áreas exclusivas para implantação industrial pautados na Lei nº 1644 de 04 de abril de 1990.

“Segundo a Fundação SEADE (2001), existiam 15 indústrias instaladas no município em 1999, indicando que este número dobrou em apenas 4 anos, pois, em 1995, havia apenas 8 indústrias. Entretanto, pode-se dizer que estas são pequenos negócios de serralharia, marcenarias e produtos de limpeza (...)” (FERNANDES E VENTURA, 2001:15).

Tabela 2 . Empreendimento Notáveis no Município de Engenheiro Coelho

Nome da Empresa	Fundação	Ramo de Atividade	Nº de Funcionários
TRW Automotive South América	1990	Fabricação de freios e rodas automotivas	200
Citrus Kiki Ltda	1994	Moagem e industrialização de suco de laranja	350

Fonte: PMEC, 2001c. (in: FERNANDES E VENTURA, 2001:15)

As duas únicas grandes empresas do município se instalaram a partir da década de 1990, quando o governo brasileiro promove políticas de abertura econômica.

Com relação ao setor terciário, existem poucos equipamentos e a população do município recorre principalmente à Limeira, distante apenas 20 Km. *“O município de Eng. Coelho tem uma relação mais intensa com Limeira do que com Campinas”* (EMPLASA, 1993:97). *“Entre os estabelecimentos presentes, destacam-se 2 lojas de materiais de construção e 6 lojas de vestuário, 4 farmácias e 3 supermercados, segundo informações fornecidas pela prefeitura (PMEC, 2001c). Merece registro a presença, segundo cadastro de atividades econômicas da PMEC (2000), de 515 estabelecimentos de serviços e comércio, entre os quais duas agências bancárias (Banco do Brasil e Bradesco).”* (FERNANDES E VENTURA, 2001:15)

Ao longo da última década, o setor terciário tem se desenvolvido bastante e aumentado significativamente sua participação na economia municipal. Esse fato decorre da implementação de novas indústrias na cidade, que atraem um maior contingente populacional e demandam novos serviços e comércio.

HOLAMBRA

O município foi criado em 1991 a partir do desmembramento de Arthur Nogueira, Jaguariúna, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse.

A agropecuária é a base de sua economia e é caracterizada pela produção intensiva e pela utilização de alta tecnologia. *“Atualmente Holambra responde por aproximadamente 70% do mercado de flores do país”* (BRAGA, 2001:04). Boa parte da produção é exportada.

Ao longo da década de 1990 os produtores agropecuários do município procuram diversificar sua produção, passando a industrializar alguns de seus produtos, como por exemplo a produção de rações e de frango. Boa parte da produção de laranja (40%) é vendida para agroindústrias localizadas na região e no interior do estado de São Paulo. A produção de suínos é destinada para frigoríficos da região (principalmente em Vinhedo), e outra parte é industrializada na própria Cooperativa de Holambra. Campinas é o mercado mais forte dos produtos de Holambra. Grande parte da produção agropecuária vai para o CEASA Campinas e para o CEAGESP em São Paulo.

O setor terciário de Holambra vem se desenvolvendo muito, principalmente com relação às atividades de serviços ligadas ao turismo e ao lazer, e as atividades comerciais ligadas à produção agropecuária. *“Com sua vasta área verde e cultura típica holandesa, é a cidade com mais forte vocação turística da RMC, atraindo visitantes de diversos locais de São Paulo e do Brasil”* (BRAGA, 2001:04). Além disso, o município promove diversas feiras de equipamentos agrícolas de alta tecnologia, o que acaba favorecendo o setor de turismo de negócios.

Com relação atividades comerciais ligadas à produção agropecuária, o atual sistema de comercialização das flores se chama *Veiling*, que realiza uma espécie de leilão virtual de flores. *“O Veiling é hoje o maior ponto de venda e distribuição de flores e plantas do Brasil. A ele está acoplado um sistema de empresas de transportes que presta serviços para o setor”* (BRAGA, 2001:13).

Apesar do desenvolvimento do setor terciário, a população do município ainda precisa procurar alguns serviços e um comércio mais especializado em Campinas.

Com relação ao setor industrial, aquele de produtos mecânicos e de frigoríficos são os mais significativos, apesar de serem constituídos por empresas de pequeno porte.

HORTOLÂNDIA

O município foi criado em 1991 a partir do desmembramento de Sumaré.

Situa-se na área industrial mais desenvolvida da região metropolitana, com Paulínia, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Sta. Bárbara D'Oeste e Monte Mor.

Existem várias empresas de médio e grande porte instaladas no município. As principais atividades são nas áreas de tecnologia de ponta (empresas de médio e pequeno porte) e de química e siderurgia (empresas de grande porte). Quase 100% da receita municipal vem da atividade industrial (75% de ICMS). Os maiores contribuintes de ICMS são: SCI Systems; IBM do Brasil; Indústria de Máquinas e Serviços Ltda; Allied Automotive Bendix Ltda; Rockwell Braseixos S.A.; Cobrasma S.A.; Westfália Separator do Brasil Ltda; entre outras. (EMPLASA 1993).

A cidade é servida pela SP-101 e, em breve, pelo prolongamento da rodovia dos Bandeirantes, que será estendida até Limeira. A proximidade do aeroporto internacional de Viracapos, o maior aeroporto de cargas do País, e a moderna infra-estrutura viária formada pelo complexo Anhangüera/Bandeirantes, que liga, num sentido, a cidade à capital e, e em outro às mais importantes cidades do interior do Estado, Sul de Minas e Goiás, pela rodovia Pedro I, que possibilita a ligação do município às cidades do Vale do Paraíba e ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro, e pela rodovia Santos Dumont, que une Campinas a Sorocaba – fazem de Hortolândia um importante pólo de atração de investimentos no Estado de São Paulo. O município beneficia-se também da sua proximidade com a cidade Campinas.

“Estão localizadas no município grandes empresas na área de informática, como a IBM e a Group Technologies que produz placas para computadores para a IBM e para a HP. A BS-Continental, importante fabricante mundial de eletrodomésticos, investiu no município US\$ 70 milhões na construção de uma fábrica de freezers e refrigeradores. Também localizam-se no município a Dow Corning, indústria química multinacional, que produz e comercializa silicone e seus derivados, a Magneti Marelli, que faz painéis eletrônicos de bordo e autopeças e muitas outras empresas nas mais diversas áreas (autopeças, mecânica, mobiliário, cerâmica, plástico, farmacêutico, materiais de segurança, transformadores, etc.), como Bemaf, Cerâmica Sumaré, Cozinhas Oli, Giovanni Passarela, Ind. Paulista, Nature's, Plus, Polmec, Safiline, Tornomatic e Trafo” (site Fundação SEADE).

Sua atividade agrícola é praticamente insignificante, e boa parte da terra municipal não é urbanizada, servindo para especulação imobiliária à espera de novos investimentos empresariais. A FEPASA, cuja ferrovia corta o município, é dona de 10% da área não ocupada.

Com relação ao setor terciário, a população de Hortolândia busca serviços e o comércio em Campinas, principalmente. Mas o setor vem crescendo bastante desde a década de 1990.

Alguns dados da Fundação SEADE sobre o setor terciário em Hortolândia:

- A cidade oferece, na área de saúde, um pronto-socorro e um hospital maternidade, em fase de construção, além evidentemente, de contar com todo o serviço de saúde da cidade de Campinas, um dos mais avançados e completos de todo o País.
- Quanto ao ensino, Hortolândia possui uma faculdade de administração de empresas (Faculdade Paulista de Administração de Empresas); e três escolas técnicas de segundo grau, com cursos técnicos de processamento de dados e agrícola.
- Na área de lazer, existe o projeto de construção de um clube aquático na cidade. Além disso, há na região uma grande oferta de turismo rural (hotéis-fazenda, ecoturismo, etc.).

INDAIATUBA

A principal atividade econômica é a industrial — metalurgia e mecânica predominam (EMPLASA, 1993). O município foi muito favorecido com a duplicação da Rodovia Santos Dumont até Sorocaba, o que facilitou o acesso à Rodovia Castelo Branco e à Grande São Paulo. Sua localização também é privilegiada por estar próximo ao Aeroporto de Viracopos, cuja ampliação já está prevista. Além disso, o município está localizado na proximidade de grandes centros consumidores. Por esses motivos, Indaiatuba recebeu importantes investimentos industriais durante a década de 1990. Alguns exemplos são: “a instalação da Ogura Cluth fabricante de embreagens de ar condicionado para veículo, com investimento de US\$ 6 milhões; da Plastek, empresa do setor produtor de plástico e borracha, com investimento de US\$ 25 milhões; e a Toyota, já citada acima, com investimentos de US\$ 300 milhões. Vale ainda citar que a Ericsson inaugurou em 2001 um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Software para Telecomunicações, com investimento de US\$ 47 milhões” (ALVES, 2001a:12). Os

investimentos realizados enfatizam a consolidação de Indaiatuba como uma extensão do tecnopólo campineiro.

Indaiatuba se apresenta atualmente como um território competitivo na atração de investimentos industriais, sendo considerada um dos pólos de desenvolvimento do Estado (Fundação SEADE). *“Em 1997, instalaram-se no município 49 indústrias Sua privilegiada localização, boa infra-estrutura e bons indicadores de qualidade de vida contribuíram para que a cidade atraísse mais de R\$ 500 milhões de investimentos, desde 1995. Apenas a Toyota investiu US\$ 150 milhões na fábrica que começou a funcionar em 1998. Mais US\$ 850 milhões de investimentos estão previstos pela empresa, nos próximos oito anos, para a ampliação das instalações e do número de modelos fabricados”* (site da Fundação SEADE).

Os principais setores industriais são: metalúrgico, mecânico, químico e têxtil.

As principais empresas localizadas no município são: Yanmar do Brasil, Têxtil Jidith S/A, Cerâmica Indaiatuba, Singer do Brasil, Cobreq, Gessy Lever, Crovel, Filtros Mann, Metal Leve, Labormax, Indafarma, Labogen, Gro-Tem Confeccões, Indaiá Jeans, Melika Jeans, Ravage Confeccões, Jeans Paragata, Indústria Metalúrgica Puriar, Fundituba, Toyota, Ogura Cluth, Plastek, Hermer-Collare e os campos de provas da General Motors e da Honda (Fundação SEADE).

O setor terciário de Indaiatuba é desenvolvido e vem se especializando, mas alguns serviços como de saúde e de educação ainda apresentam déficits, o que faz a população procurar esses serviços em Campinas, principalmente.

“O adensamento demográfico ocorrido nos últimos anos pode ter possibilitado este crescimento, no entanto, estas atividades ainda se apresentam bastante restritas, devido à polarização exercida por Campinas, que oferta uma gama de atividades mais diversificadas” (ALVES, 2001a:14).

O município possui alguns equipamentos de grande porte, de serviços e comércio como: Shopping Jaraguá Indaiatuba, Center Jeans Indaiatuba, Lojas Líder, Casas Bahia, Magazine Luiza, Supermercados Sé.

Outro ramo que vem se desenvolvendo é o de turismo — rural, ecológico e, principalmente, de negócios. *“Já o turismo de negócios, que tem se expandido rapidamente devido ao crescimento industrial, também pode representar uma oportunidade importante para a cidade, especialmente com a ampliação do Aeroporto de Viracopos, que poderá estimular reuniões e encontros de negócios relacionados a toda a RMC. Atualmente alguns importantes empreendimentos hoteleiros estão em*

andamento, como a implantação de um hotel da rede IBIS e outro da MN Porto hotéis”
(ALVES, 2001a:15).

Alguns dados da Fundação SEADE e de ALVES (2001a) sobre o setor terciário em Indaiatuba:

- Em 1997, instalaram-se no município 49 indústrias, 364 casas comerciais, 701 empresas de prestação de serviços, com investimento total estimado em R\$ 50 milhões.
- Um levantamento, feito pela empresa de consultoria Simonsen Associados para a revista *Exame* indicou Indaiatuba como a primeira colocada entre as cidades emergentes brasileiras (tanto no setor industrial como de comércio e serviços).
- Indaiatuba possui três hospitais: Hospital Augusto de Oliveira Camargo, com 106 leitos; Hospital Samil, com 32 leitos; a Clínica de Repouso Indaiá, com 234 leitos.
- Indaiatuba tem oito condomínios de alto padrão e três para a classe média.
- Existem dois Shoppings Centers em Indaiatuba: Shopping Jaraguá Indaiatuba, com 43 lojas e Center Jeans Indaiatuba, com 18 lojas.
- Tem bons hotéis dentre os quais pode-se citar : Hotel Fazenda 4 Estações, Hotel Santa Rita, Hotel Paçaledo e Hotel Alvorada.
- Já existem algumas lojas de rede regional e nacional como Lojas Lider, Casas Bahia, Magazine Luiza e Supermercados Sé.
- Existem 4 jornais (um bisemanal e três semanais) e uma emissora de TV.
- A população do município tem a disposição 16 agências bancárias.
- A cidade tem acesso por ligação local, ou pelo serviço 0800 da TELESP a 29 provedores de Internet. Possui 10,92 terminais telefônicos para cada grupo de 100 habitantes e serviço de telefonia celular móvel.

A produção agrícola do município é inexpressiva. A principal produção é de cana-de-açúcar, que é vendida para indústrias da região.

ITATIBA

O setor industrial é o mais relevante para a economia municipal. Os principais setores são o de produtos e artefatos de madeira, produtos químicos, material elétrico e comunicações, papel e papelão, produtos mecânicos, material de transporte e produtos têxteis. *“Segundo o Departamento de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Itatiba, há em curso articulações visando revitalizar o pólo moveleiro, com a formação de um distrito especializado a ser instalado no eixo da Itatiba-Jundiá. O objetivo do Pólo não seria a atração de indústrias ligadas ao móvel colonial, mas a formação de um grupo sinergizado de produtores de móveis em grande escala, através das especializações e da formação de consórcios de fornecimentos para encomendas de porte, muito comuns no setor hoteleiro e de grandes corporações. A disponibilidade de mão-de-obra treinada e especializada, a presença de escolas profissionalizantes (SENAI, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza) e a viabilização em curso de um Centro de Tecnologia do Móvel, entre outras vantagens, são citadas como condições favoráveis para esses empreendimentos”* (BESSA, 2001b:11). Esses dados revelam a busca de modernização e especialização do município na produção de móveis. A Prefeitura Municipal tem o objetivo de tornar o município um *“‘Centro de Tecnologia do Móvel’”* (BESSA, 2001b:11).

As duas maiores empresas instaladas no município são a Nicem do Brasil e a O.P.P. Petroquímica. A Tabela 3 a seguir indica os principais investimentos industriais realizados em Itatiba, por grandes e médias empresas.

Tabela 3 – Empresas com investimentos em Itatiba – 1995/2000

EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	ORIGEM	TIPO	VALOR em US\$ milhões)
Aeolus Ind.Com.	Fab. de Máquinas e Equip.	Brasil	Expansão	1,50
Agrati do Brasil	Fab. de Máquinas e Equip.	Itália	Implantação	5,00
Arosa Prod.Aliment.	Fab. de Produtos Alimentícios e Bebidas	Brasil	Expansão	1,00
Assemblagio	Fab. de Produtos de Metal – Exclusive Máq. e	Brasil	Expansão	0,40
Assumere	Atividades Imobiliárias	Brasil	Implantação	5,12
AZ Armaturen	Fab. de Máquinas e Equip.	Alemanha	Expansão	5,00
Bobst Brasil	Fab. de Máquinas e Equip.	Brasil	Implantação	2,50
Condupar	Fab. de Máquinas para Escritório e Equip. de	Brasil	Expansão	0,60
Erfurt/Mahnke	Fab. de Máquinas e Equip.	Alemanha/Brasil	Implantação	10,00
Ertex	Fab. de Produtos Químicos	Brasil / Itália	Modernização	2,00
JR Ind.Com.Máq.	Fab. de Máquinas e Equip.	Brasil	Implantação	0,30
Manchester	Fab. de Produtos Químicos	Brasil	Implantação	0,50
Martron	Fab. de Máquinas para Escritório e Equip. de	Brasil	Expansão	0,40
Metalúrgica Manguemar	Fab. e Montagem de Veículos Automotores,	Brasil	Expansão	6,00
Nicem do Brasil	Fab. de Máquinas e Equip.	Itália	Implantação	50,00
OPP Petroquímica	Fab. Coque, Alc., Ref. Petr., Elab. Comb. Nucl.	Brasil	Implantação	24,00
PressMat Ind.Com.	Fab. de Máquinas, Aparelhos e Materiais	Brasil	Expansão	0,80
Sevi Com.Ind.Emb.	Fab. de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Brasil	Expansão	0,50
Stil Porta	Outras Atividades	Brasil	Expansão	0,40
Supermercados Covabra	Com. Varejista e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,41
Tasselli & Neto	Fab. de Material Eletrônico e de Aparelhos e	Brasil	Implantação	1,50
Texpro	Fab. de Produtos Têxteis	Brasil	Implantação	0,50
Unibanco – Itatiba	Intermediação Financeira, Exclusive Seguros e	Brasil	Implantação	0,14
US Iluminação	Fab. de Material Eletrônico e de aparelhos e	Brasil	Expansão	0,30

Fonte: Fundação SEADE; Guia de Investimentos – 2000 (BESSA, 2001:15).

Segundo Bessa (2001b), o setor agropecuário é caracterizado por grandes propriedades que produzem pecuária de corte e leite, avicultura, café, milho, eucalipto e olericultura. Além disso, essas propriedades também são responsáveis por grandes áreas de reflorestamento comercial. Já as propriedades de médio porte, produzem frutas de clima temperado, com a utilização de alta tecnologia.

O setor terciário vem se desenvolvendo bastante no município. Com relação a serviços mais especializados, a cidade oferece: dois shopping centers (um deles especializado em móveis), um cinema, seis clubes de recreação, um hotel, quatro hotéis-fazenda, um spa, quatro áreas de lazer/resorts e um parque ecológico (BESSA, 2001b). *“Na área de serviços, o município mostra potencial turístico e, na área educacional, a existência de uma Universidade (Universidade São Francisco) e centros de formação técnica constitui elemento dinâmico para a gravitação constante de estudantes de cidades próximas”* (BESSA, 2001b:32). Itatiba vem se consolidando seu comércio no setor têxtil e moveleiro.

JAGUARIÚNA

O setor industrial é o mais desenvolvido no município. *“A partir da década de 80 se assistiu à aceleração do processo de expansão industrial, com a implantação de importantes empresas como a Johnson⁷ em 1981, a Engraplast em 1986, a Pena Branca em 1987 e a Antarctica em 1989. Na década de 90 o processo teve continuidade, consolidando o município como importante alternativa locacional para novos investimentos, recebendo empresas de segmentos modernos da indústria como a Metalcabo em 1990 a Metalsix em 1992, a Delphi Packard Electric Systems em 1994, a Compaq em 1994, a IBR-Indústria Brasileira de Rodas em 1995 e a Motorola em 1996”* (ALVES, 2001b:08).

Dentre os ramos que mais aumentaram sua participação foram: material elétrico e de comunicações, a indústria produtora de bebidas (instalação da Antártica em 1991), o de frigorífico e a metalúrgica, os produtores de material plástico e minerais não metálicos. Dessa forma, o município se caracteriza como uma importante extensão do pólo tecnológico campineiro, principalmente por atrair grandes investimentos em indústrias de alta tecnologia, como as do setor de comunicações.

⁷ A Johnson encerrou as suas atividades no município em 1994.

Com relação à produção agrícola destaca-se: a cana-de-açúcar, o milho, o tomate, a laranja, a manga, o limão e a goiaba. Na produção agropecuária destaca-se: a avicultura, a criação de gado e a criação de suínos.

No setor de comércio e serviços, verifica-se que comércio tem crescido pouco nos últimos anos. Já o setor de serviços apresentou um crescimento significativo na década de 1990, apresentando uma maior diversificação e especialização.

Toda essa dinâmica industrial fez crescer também o setor terciário em Jaguariúna. Segundo ALVES (2001b), Jaguariúna aposta no desenvolvimento de atividades turísticas. A cidade já possui algumas infra-estruturas para o turismo ecológico e rural, como por exemplo o Hotel Fazenda Três Marias e o Ringos Camping, e já realiza eventos de âmbito regional: o “Jaguariúna Rodeio Festival”. A prefeitura do município criou em 2001, a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, com o objetivo de promover o desenvolvimento dessas atividades turísticas.

MONTE MOR

O município tem uma forte tradição agrícola, principalmente de batata e tomate, *“cuja produção equivale a cerca de 10% da RMC.”* (CAIADO, 2001a:06). Atualmente, sua base econômica está assentada na produção industrial e na produção agropecuária.

Além do cultivo de batata e tomate, a cana-de-açúcar vem ganhando peso na área cultivada do município. Outra produção que está crescendo é a de ovos e leite.

Com a descentralização industrial e populacional de Campinas, o município passou *“por um processo de transformação, assumindo características de Município industrial e periférico da Região de Campinas”* (EMPLASA, 1993:147).

Os setores industriais mais importantes são: metalurgia, produtos químicos e produtos mecânicos. Monte Mor possui apenas duas grandes indústrias que são a Tetra-Pak e a Magal.

O setor terciário é o que mais vem crescendo no município, desde 1995, segundo dados da Fundação SEADE. Mas a cidade ainda não oferece muitos serviços e um comércio especializados. O crescimento do comércio e dos serviços vem *“revelando o dinamismo do setor terciário, que deriva em grande parte do desempenho das atividades agropecuárias e industriais que o irradiam para o comércio, transporte e finanças”* (CAIADO, 2001a).

NOVA ODESSA

Sua base econômica é industrial. Os principais ramos são a tecelagem e a fiação. O município forma um grande pólo industrial com Americana, Paulínia e Sta. Bárbara. O município dispõe de muitas áreas para instalações industriais, com infra-estruturas e preços baixos, o que atrai investimentos industriais. *“Localizado no principal eixo de localização industrial da RMC, constitui juntamente com Americana, um dos principais pólos têxteis do interior do Estado de São Paulo. Nos anos 90 avança certa diversificação produtiva, com a instalação de empresas no ramo de Material de Transporte, Metalurgia (fundição), Plástico, Indústria Química, Laboratórios”* (CAIADO, 2001:09).

O setor agrícola não é muito significativo. A produção maior é de cana-de-açúcar.

O setor terciário não é muito desenvolvido. A população busca esse setor principalmente em Americana.

PAULÍNIA

A cidade concentra um dos mais importantes pólos petroquímicos do país.

No setor industrial as principais empresas são: REPLAN (Refinaria do Planalto) da Petrobrás, Esso, Shell, Texaco, Rhodia-Ster e Amoco, ICI, Cargill, Du Pont do Brasil, Extrafértil, Bann, Eucatex Mineral Ltda, Exxon, Zeneca do Brasil Ltda, Hercules, Asga Microeletrônica, Pena Branca Avicultura, Arneg Refrigeração, Yakult, Purina, Nutriara Alimentos.

A REPLAN foi instalada na cidade na década de 1970. *“Durante a década de 1970 e início da seguinte, a economia paulista passou por dinâmico processo de interiorização do desenvolvimento e complexificação urbana, com desconcentração industrial, modernização agrícola e sofisticação terciária. Paulínia recebeu importantes estímulos desse processo e foi beneficiada por macrodecisões políticas, como o Proálcool (expandindo a cultura da cana-de-açúcar) e os investimentos da Petrobrás (consolidando importante pólo químico), fortalecendo sua indústria e diferenciando sua economia urbana”* (BRANDÃO, 2001:09).

Paulínia também é grande redistribuidora de derivados de petróleo, dada a sua localização estratégica, que possibilita o acesso às importantes redes de circulação e a importantes centros consumidores. Os principais distribuidores são: Cooperativas de

Produtores de Cana do Estado de São Paulo; Asfalto Vitória Ltda; Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda; Ipiranga Asfaltos S.A.; Cia. Ultragás S.A.; Copagas S.A.; Minasgás S.A.; Onogás S.A.; Petrogás - Distribuidora de Gás S.A.; Supergasbrás - Distribuidora de Gás Ltda.; Norte Gás Butano S.A.; Companhia Atlantic de Petróleo; Exxon Química; Shell Brasil S.A.; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga; Companhia São Paulo Distribuição de Derivados de Petróleo; Esso Brasileira de Petróleo Ltda.; Hudson Brasileira de Petróleo Ltda.; Ipiranga Comercial Química S.A. Petrobrás Distribuidora S.A.; Texaco do Brasil S.A. (BRANDÃO, 2001).

Desde os anos 70, a cidade atraiu grandes indústrias químicas. Atualmente, tem sofrido uma diversificação das atividades industriais. Paulínia mantém uma *“estrutura produtiva altamente concentrada no complexo químico, embora mais recentemente os produtos têxteis (Du Pont/Lycra), bebidas (Brahma), dentre outros, vêm ganhando expressão”* (BRANDÃO, 2001:09).

A Tabela 4 abaixo mostra a importância dos setores químico e petroquímico na cidade de Paulínia.

Tabela 4 - Município de Paulínia
Principais Investimentos no período 1995-2001.

Período	Valor (US\$ milhões)	Subsetor (***)	Empresa
1995-98	6,00	Com. e Rep. Automotores e Varejo de Combust.	Petroforte
1995-98	57,55	Alimentos e Bebidas	Brahma
1995-98	60,00	Automobilística	Degussa
1995-98	19,00	Borracha e Plástico	Plastipak Packaging
1995-98	236,00	Produtos Químicos	Rhodia
1995-98	25,00	Produtos Químicos	Exxon
1995-98	90,00	Refino de Petróleo e Alcool	Shell do Brasil
1995-98	120,00	Têxtil	Du Pont/Lycra
1999	60,00	Automobilística	Degussa Hüls
1999	365,00	Eletricidade, Gás e Água Quente	Termelétrica do Planalto Paulista
1999	0,59	Madeira	Eucatex
1999	30,60	Produtos Químicos	Air Liquide
1999	107,00	Produtos Químicos	Du Pont
1999	2,65	Alojamento e Alimentação	Hotel Ibis/Accor
1999	15,00	Atividades de Informática	Katoen Natie
2000	300,00	Eletricidade, Gás e Água Quente	DSG Mineração
2000	90,00	Eletricidade, Gás e Água Quente	Rhodia – Paulínia
2000	9,66	Extração de Petróleo	Replan
2000	0,06	Produtos de Metal (exclusive máquinas e equipam.)	Lomaq Industrial
2000	18,85	Produtos Químicos	Rhodia – Paulínia
2000	0,30	Produtos Químicos	Du Pont – LARDC
2000	3,39	Produtos Químicos	Rhodia – Paulínia
2000	180,00	Refino de Petróleo e Alcool	CPP-Companhia Petroquímica Paulista
2000	65,00	Ativ. Aux. Transportes e Ag. Viagens	Katoen Natie
2000	1,11	Educação	Universidade São Marcos
2001	20,00	Agropecuária e Pesca	Coomar

FONTE: Fundação SEADE (Guia de Investimentos); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento (BRANDÃO, 2001:13).

Paulínia se torna importante atualmente por ser um nó de distribuição do gás natural proveniente do Gasoduto Brasil-Bolívia.

O setor terciário foi o que mais cresceu durante a década de 1990. Este fato está diretamente ligado ao comércio e as serviços relacionados com as atividades industriais petroquímicas e outras atuais mais diversificadas, assim como, com o aumento da demanda em função do crescimento populacional. Paulínia tem investido na formação de profissionais capacitados para atuarem nos ramos industriais da cidade. A cidade possui o Centro Municipal de Ensino Profissionalizante – CEMEP, a Escola Técnica de

Paulínia – ETEP, uma escola do SENAI, um campus da Universidade São Marcos, que oferece cursos de administração, pedagogia e sistemas de informação, um centro de pesquisas da UNICAMP, o CPQBA (Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas), que também oferece cursos de extensão. *“Quanto ao ensino superior, a Prefeitura Municipal de Paulínia oferece ainda bolsas de estudo e transporte para estudantes que freqüentam cursos superiores em outras cidades”* (BRANDÃO, 2001:23).

PEDREIRA

Até meados da década de 1990, a principal atividade econômica da cidade era a da indústria cerâmica, que atingia os mercados nacional e internacional. Com a abertura econômica, essas indústrias foram perdendo a concorrência no mercado, e a cidade perdeu algumas delas de maior importância, como a Nadyr Figueiredo. As indústrias que se destacam hoje no município atuam nos seguintes setores: Metalúrgico, Produtos Alimentícios, Vestuário, Calçados, Plástico, Alumínio, Máquinas Agrícolas, Marcenaria e Decorações (EMPLASA, 1993).

“Nos últimos anos da década de 1990 a produção de isoladores vem se reestruturando (técnica e administrativamente), buscando novas alternativas de inserção, conforme informações do meio empresarial: entre outros, a empresa Isoladores Santana anunciou investimentos de US\$ 1,66 milhão para 2000, além do anunciado de US\$ 1,5 milhão (para implantação), pela Hidratel. Vale ainda registrar a relativa ascensão regional do setor Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, face à implantação da indústria VALCLUB do Grupo Valisère, o maior investimento empresarial (US\$ 3,5 milhões) realizado em Pedreira na década de 1990” (AZEVEDO, 2001:10).

No mesmo período, o setor de serviços foi o que mais se desenvolveu, sendo atualmente o setor mais dinâmico do município. Com menor intensidade, o comércio também apresentou um crescimento significativo. A cidade está apostando no desenvolvimento de atividades turísticas, como o *turismo de um dia* (AZEVEDO, 2001), para atrair novos investimentos no setor e ajudar a desenvolver seus serviços e comércio. *“Devido às suas possibilidades turísticas, recebeu o Selo de Potencial Turístico da Embratur, credenciando-se a benefícios de futuras políticas de incentivo ao setor”* (AZEVEDO, 2001:10).

SANTA BÁRBARA D'OESTE

A base econômica municipal é a indústria. “O município tem nove distritos industriais em funcionamento, com infra-estrutura completa e 609 indústrias já instaladas” (Fundação SEADE). Está prevista a instalação de mais dois distritos, com infra-estrutura completa (água, luz, esgoto, coleta de lixo, etc.). Santa Bárbara é considerada pela Fundação SEADE um dos pólos de desenvolvimento do Estado de São Paulo. Em 2001, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal (PMSBO), possui 627 indústrias localizadas em seu território (CAIADO, 2001c).

A cidade começou a diversificar seu setor industrial a partir da década de 1970, com novos segmentos da química, de material de transportes e perfumaria, sabões e velas.

As principais empresas são: Indústrias Romi, W Sita, Têxtil Canatiba, JTS Equipamentos Hidráulicos, Mazak Sulamericana, Sabará Produtos de Limpeza e Saneamento, Meplastic Brinquedos, Cermatex Tecidos, Bionata Produtos Alimentícios, Helifab Bombas Helicoidais, Covolan Indústria Têxtil, Suzigan Indústrias Têxtil, Tecelagem Wiesel S/A, Tecelagem Campo Belo, Cotonificio Beltramo, Koller do Brasil, A. J. Cozinhas Industriais e Refrigerantes Esportivo (Fundação SEADE).

O setor terciário do município é desenvolvido e vem se diversificando e se especializando. Alguns dados da Fundação SEADE sobre o setor terciário em Sta. Bárbara D'Oeste:

- Está prevista, ainda, a construção de um condomínio residencial fechado, com área de 530 mil metros quadrados e 200 lotes com área mínima de 819 metros quadrados e frente mínima de 18 metros. Há um condomínio de alto padrão – a Vila Romi, que pertence às Indústrias Romi.

- No setor de turismo, a prefeitura lançou, em 1997, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município, o qual obteve o selo de município com potencial turístico da Embratur.

- Há um shopping center de grande porte – o Shopping Tivoli –, com 29 mil metros quadrados de área construída, 135 lojas (a âncora é o Sé Supermercado), dois restaurantes, 13 fastfoods, três cinemas e 1.600 vagas em quatro estacionamentos.

- Santa Bárbara tem dois clubes recreativos.

- Em Santa Bárbara há clínicas especializadas em Cardiologia e Oftalmologia. A cidade também conta com um serviço de Radiologia e Tomografia, três

serviços de ultrasonografia particulares e um público e um serviço de UTI mantido pela prefeitura no Hospital Santa Bárbara/Santa Casa.

- Santa Bárbara tem uma universidade privada de bom nível, a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) que oferece cursos de mestrado em Engenharia de Produção, Engenharia Industrial - Mecânica, Engenharia de Produção - Mecânica, Química Industrial, Tecnologia Mecânica - Manutenção de Máquinas e Equipamentos, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Química. O município dispõe, também, de um Centro Técnico Pedagógico de Apoio (CTPA), de Formação de Formadores do Senai (Serviço Nacional das Indústrias), que é considerado o mais avançado centro de aperfeiçoamento e formação de professores de matérias técnicas da América Latina. Os cursos de aperfeiçoamento abrangem as seguintes áreas: Robótica – CNC, CAD-CAM, Microprocessadores –CLP e Informática em Geral. Os cursos de aperfeiçoamento pedagógico abrangem as seguintes áreas: Planejamento e Ensino, Tecnologia Educacional, Psicologia da Educação, Construção do Conhecimento, Aperfeiçoamento na Área Comportamental Relacional, Trabalho em Equipe, Programas de Qualidade, Qualidade Ambiental. Santa Bárbara tem, ainda, a Escola de Comércio de Santa Bárbara e, futuramente, contará com a Escola Municipal de Ensino Profissionalizante, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, vinculado à UNESP (Universidade Estadual Paulista), que deverá entrar em funcionamento em 1999.

- Dentre os diversos hotéis da cidade destacamos o Hotel Jóia, o Gaucho's Hotel e o Hotel Central.

- Existem 29 provedores de Internet, 11 agências bancárias — Nossa Caixa/Nosso Banco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banespa, Bradesco, Real, Unibanco, Itaú, HSBC Bamerindus, Banco Mercantil de São Paulo e BBV-Banco Bilbao Viscaia.

- Existem 8,77 terminais telefônicos para cada grupo de 100 habitantes, serviço de telefonia móvel e celular.

O setor terciário é diversificado e razoavelmente especializado.

No setor agrícola, *“a análise sobre a evolução da utilização dessa área permite observar o crescimento constante da área dedicada à lavoura, em particular à lavoura temporária. Segundo o Censo agropecuário 95/96, aproximadamente 83,59% do total*

da área utilizada para a agricultura era destinada às lavouras permanentes e temporárias, outros 9,8% às pastagens naturais e artificiais” (CAIADO, 2001c:11). A produção principal é de cana e laranja (Tabelas da EMPLASA, em anexo). “Segundo o censo de 95/96 a área da cana reduz-se em 30,8% em relação a 1970 e a da laranja em 81,9%, no mesmo período” (CAIADO, 2001c:11). Com a difusão da modernização agrícola há um agravamento da concentração fundiária no município.

“Apesar de sua tradicional base industrial, tem apresentado nos últimos anos características de município dormitório da RMC. Acolhe em seu território urbano contingentes populacionais originários principalmente de Americana, que cumpre o papel de segundo centro da RMC” (CAIADO, 2001c:25).

SANTO ANTÔNIO DE POSSE

A base econômica do município é a atividade agropecuária. A produção principal é de laranja, cana-de-açúcar e algodão, além de grão (soja e milho) e hortaliças (Tabelas da EMPLASA, em anexo). “Segundo a Casa da Agricultura, nos últimos anos foi reduzida a área destinada ao cultivo do café e da cana-de-açúcar, e elevou-se a área cultivada destinada ao cultivo de grãos, principalmente milho e soja, e aos cítricos, principalmente laranja, limão e morgote” (CAIADO, 2001b:10).

A industrialização ainda é incipiente, sendo o principal setor o de produtos alimentícios.

O setor de serviços municipal foi o que cresceu, no período de 1995-99, em relação aos outros municípios da região metropolitana — 141%, segundo dados da Fundação SEADE. Mas, a população municipal ainda recorre a outras cidades como Campinas e Jaguariúna, na busca de um setor terciário mais desenvolvido e especializado.

Santo Antônio de Posse é considerada como “cidade dormitório”.

SUMARÉ

O município faz parte da área mais industrializada da região metropolitana. Seu setor industrial é um dos mais dinâmicos da região e vem se diversificando desde a década de 1990. “Embora sua estrutura industrial conte com grandes empresas de ramos mais dinâmicos, seus efeitos positivos e seus reflexos urbanos tendem a ser

drenados, para Campinas, onde reside a mão-de-obra especializada e os escalões superiores das empresas” (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2001:35).

Algumas das principais empresas industriais em Sumaré, são: 3M do Brasil; Scheneider (antigo Sigla); Teka; Buckmam Laboratórios; Assef Maluf & Filhos, Pastificio Selmi (fabricante de massas alimentícias), Honda Motors do Brasil, Fortilit, Termotécnica (Fundação SEADE). “Desde 1997, o município vive um novo ciclo industrial, com a implantação de empresas como a Honda Motors do Brasil, Fortilit, Termotécnica, entre outras, que estão gerando aproximadamente 4 mil empregos. Os novos investimentos estão estimados em R\$ 700 mil” (site Fundação SEADE).

Tabela 5- Principais Investimentos anunciados para o Município – 1995/2001.

Período	Subsetor (***)	Empresa
		Pastificio Selmi
1995-98	5,00 Alimentos e Bebidas	Injecta
1995-98	2,00 Automobilística	Koping
1995-98	70,00 Automobilística	Honda
1995-98	350,00 Automobilística	Termotécnica
1995-98	10,00 Borracha e Plástico	Fortilit
1995-98	175,00 Borracha e Plástico	Transitions Optical
1995-98	10,00 Equip. Médicos, Ópticos, de Automação e Precisão	Villares Metals
1995-98	93,60 Metalurgia Básica	Alfamolde
1995-98	10,00 Produtos de Metal (exclusive máq. e equip.)	Villares/Aços
1995-98	46,10 Produtos de Metal (exclusive máq. e equip.)	PPG Tintas
1995-98	80,00 Produtos Químicos	Lion
1995-98	20,00 Outras Atividades	S.V.J.
1999	200,00 Borracha e Plástico	Transitions Optical
1999	10,00 Equip. Médicos, Ópticos, de Automação e Precisão	Villares Metals
1999	30,00 Metalurgia Básica	3M
1999	31,00 Produtos Químicos	Inteiro Ambiente/Rossi
1999	36,28 Atividades Imobiliárias	Plastificio Selmi
2000	19,47 Alimentos e Bebidas	Honda
2000	10,00 Automobilística	3M
2000	5,83 Produtos Químicos	Horizon Cablevision
2000	4,56 Telecomunicações	Honda
2001	16,00 Automobilística	3M
2001	2,00 Produtos Químicos	Pirelli
2001	4,73 Pneus	Horizon Cablevision
2001	12,38 Telecomunicações	

Fonte: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo. (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2001:12).

Essa nova dinâmica industrial gerou o crescimento e a diversificação do setor terciário de Sumaré a partir da década de 1990.

Alguns dados da Fundação SEADE sobre o setor terciário de Sumaré:

- O comércio tem atraído investimentos. Até 1997, a cidade já contava com 2.475 estabelecimentos comerciais.
- O comércio também está em expansão. Já estão instalados no município empreendimentos do porte de Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Líder, etc.
- Existe um projeto para a construção de um shopping center de médio porte, em andamento.
- Possui um hotel três estrelas.
- Há dois clubes recreativos.
- Além de dispor da excelente infra-estrutura e dos serviços médicos da vizinha Campinas, existe no município um hospital local, com 90 leitos; um em construção, com capacidade para 200 leitos; 13 postos municipais de saúde e diversas clínicas particulares.
- Não existem condomínios de alto padrão no município, mas existem 4 condomínios de padrão médio.
- Há uma faculdade privada, que oferece cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas. Há quatro cursos municipais de 2º grau técnico profissionalizante: Segurança do Trabalho, Contabilidade, Administração de Empresas, Magistério.
- Há 29 provedores de Internet, nove agências bancárias, 7,05 terminais telefônicos para cada grupo de 100 habitantes e serviço de telefonia celular móvel.
- *"Na área de serviços, registram-se investimentos sendo realizados no ramo da hotelaria, com dois empreendimentos em construção, um deles do grupo Sol Meliá" (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2001).*

Apesar do desenvolvimento do setor terciário, a população ainda recorre intensivamente à Campinas na busca de comércio e serviços mais especializados.

O setor agrícola é o de menor importância para o município. A produção mais importante é de frutas, como uva e morango, tomate, além de batata e cana-de-açúcar.

VALINHOS

As bases econômicas do município são a indústria e a agricultura.

Sua vocação industrial vem crescendo desde a década de 1990. Algumas das maiores empresas que se instalaram no município são: Equipamentos Clark e RIGESA Papel e Celulose.

No setor agrícola, a principal produção é de frutas. Essa produção é vendida na CEASA de Campinas, mas já há um projeto para a criação da CEASA de Valinhos (EMPLASA, 1993).

O setor terciário não é muito desenvolvido, e a população busca serviços e comércio especializados em Campinas. Apesar disso, é um setor que vem crescendo no município. A cidade possui: uma escola privada de alto padrão – Visconde de Porto Seguro; hotéis fazendas de abrangência regional – Fonte Sônia e Fonte Santa Tereza; um observatório da USP; um parque municipal de Feiras e Exposições e um parque ecológico municipal (EMPLASA, 1993).

VINHEDO

Sua economia está baseada na atividade industrial. Algumas principais indústrias instaladas no município são: Gessy Lever, GTE do Brasil, Bom Bife Ind. e Com. de carnes, Fasson Produtos Adesivos.

O setor agrícola também é importante para o município, que tem sua produção especializada em uva rosada e atividades hortifrutigranjeiras. Todo ano é realizada a “Festa da Uva” em Vinhedo.

Possui um condomínio de alto padrão para lazer de fim de semana. As atividades na área de lazer são as que mais crescem, com a expansão dos condomínios de luxo e a instalação de grandes parques temáticos próximos ao município, como o *Hopi Hari* e o *Went and Wild*, em Itupeva. Vinhedo pretende se transformar num pólo de lazer de alta renda (EMPLASA, 1993). Possui uma infra-estrutura de saúde importante, atendendo inclusive uma parte da população de Louveira e Jundiaí. A cidade possui ainda, escolas técnicas como SENAI e SESI.

O Aprofundamento da Especialização Produtiva da RMC como uma Extensão do Tecnopólo Campineiro

“Quanto maior for o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, mais o espaço geográfico é lançado na economia mundial como um meio de produção” (SMITH, 1988:133).

Quanto mais nós das redes geográficas, constituintes do sistema técnico global, os lugares abrigarem, maior será sua inserção na divisão internacional do trabalho e maior será a possibilidade de intervenção do mundo no lugar.

O território brasileiro vem se inserindo na divisão internacional do trabalho de forma fragmentada e acelerada. A Região Metropolitana de Campinas é um desses fragmentos que está se inserindo de forma acelerada na divisão internacional do trabalho, o que faz dela um espaço privilegiado para a reprodução capitalista, pois se torna cada vez mais especializada e funcional a ela.

A partir da década de 1990, o governo brasileiro adotou uma política de abertura econômica com o objetivo de inserir o país na chamada globalização. O Brasil teria que aumentar sua participação no mercado internacional e atrair grandes investimentos em setores mais modernos da economia, como por exemplo, o setor de produção de alta tecnologia (produtos de alto valor agregado). Para atrair esses investimentos, o país necessitava modernizar seu território, por exemplo, suas redes de circulação e comunicação, a fim de equipá-lo para que as grandes empresas pudessem usá-lo de acordo com seus ideais de produção e circulação de seus produtos. Com a modernização de suas infra-estruturas e densidades técnicas e informacionais, o território brasileiro se tornaria competitivo mundialmente na atração de novos investimentos.

Ao mesmo tempo, o país também precisaria passar por uma reforma fiscal para melhorar a administração de sua dívida interna. Essa política adotada pelo governo brasileiro estava de acordo com as regras internacionais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, que deveriam ser adotadas como políticas básicas para o desenvolvimento dos países. A reforma fiscal incluía a diminuição de gastos do governo e propunha a privatização de alguns setores, como o de telecomunicações e de energia.

Então, o território brasileiro precisava ser modernizado, mas o governo não poderia realizar grandes investimentos, porque eram considerados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) como gastos, e esses gastos tinham que ser contidos. A saída

foi iniciar as privatizações. Um dos setores mais estratégicos que precisaria ser modernizado era o de telecomunicações.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-98), o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, elaborou e iniciou o processo de privatização do setor. Seu objetivo era atrair investimentos de grandes empresas mundiais, para expandir as redes de telecomunicações pelo território, assim como trazer as novas tecnologias no setor que estavam sendo difundidas pelo mundo. Dessa forma, o território brasileiro aumentaria sua integração eletrônica interna, ainda que fosse muito seletiva e fragmentada, e sua integração eletrônica com o mundo. Essa política territorial intensificou o processo de difusão das unicidades técnicas e informacionais pelo Brasil, intensificando, conseqüentemente, a inserção do país no modo de produção capitalista hegemônico característico do atual período técnico-científico-informacional. A grande conseqüência desse fato foi a da intensificação do uso corporativo do território brasileiro (SANTOS e SILVEIRA, 2001), dado que sua organização passou a ser voltada para o uso das grandes empresas transnacionais, em detrimento de uma política de organização territorial voltada prioritariamente para seus cidadãos.

Nesse contexto, o município de Campinas se constituía como um território bem equipado e promissor dentro dos processos de modernização e atração de investimentos, em função das densidades técnicas e informacionais que abrigava, de sua fluidez e de sua proximidade a grandes centros consumidores e desenvolvidos, como São Paulo.

Campinas passou a atrair diversos investimentos no setor intensivo em alta tecnologia, principalmente em telecomunicações, informática, química fina e equipamentos eletrônicos, pois já possuía uma infra-estrutura favorável a essa produção — uma importante rede viária, institutos de pesquisa em alta tecnologia e informática, como por exemplo, o CPqD, e uma das universidades mais importantes do país, a UNICAMP, cuja produção científica está voltada, principalmente, para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. “Os temas de pesquisa que, ao longo dos anos, assumiram um caráter estratégico na UNICAMP⁸ são, entre outros, os seguintes:

- *Biologia Molecular e Engenharia Genética*
- *Estudos da População*
- *Estudos Agrícolas e Ambientais*
- *Linguística, Literatura Contemporânea*

⁸ www.UNICAMP.br

- *Ciência e Tecnologia de Alimentos*
- *Bioinformática e Ciência da Computação*
- *Biomassa e outras Energias Renováveis*
- *Matemática Aplicada*
- *Globalização e Mundo do Trabalho*
- *Telecomunicações*
- *Física da Matéria Condensada, Fotônica.*”

Os dados sobre os financiamentos às pesquisas e suas fontes, também indicam a importância desta universidade para a formação do Tecnopólo campineiro.

Tabela 6

Financiamento à pesquisa em R\$ durante os últimos anos — UNICAMP

Fonte de Financiamento	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
FAEP/UNICAMP	1.108.865	1.284.518	1.488.882	1.234.503	1.239.336	1.416.743	3.645.673
FAPESP	23.670.321	42.142.191	44.514.444	57.382.485	77.378.840	67.978.501	67.383.697
CNPq	33.835.000	31.526.000	26.991.000	22.076.000	19.746.000	21.610.608	18.899.320
CAPES	(não disponível)	(não disponível)	15.923.559	13.915.007	14.200.048	14.724.101	14.304.858
Empresas Públicas	9.158.379	13.164.071	15.362.235	16.102.851	9.567.414	8.186.829	1.557.311
Empresas Privadas	3.190.821	3.788.443	4.943.875	6.109.852	8.403.793	13.140.157	13.832.936
FINEP/PRONEX	2.547.906	2.822.471	4.028.214	3.766.333	2.422.058	4.669.025	11.680.099
Instituições Internacionais	320.567	206.354	665.341	828.198	801.768	876.241	1.663.035
TOTAIS	--	--	113.917.550	121.415.229	133.759.257	132.602.205	132.966.929

Fonte: www.unicamp.br.

Campinas, ao longo da década de 1990 vai se consolidando como um Tecnopólo especializado em telecomunicações. “O investimento do governo federal no setor de informática — especialmente a partir da implantação do CPqD (Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), um braço da antiga Telebrás, em 76 — fez com que Campinas virasse pólo de pesquisa na área” (Folha de São Paulo, set. 2000, p.8).

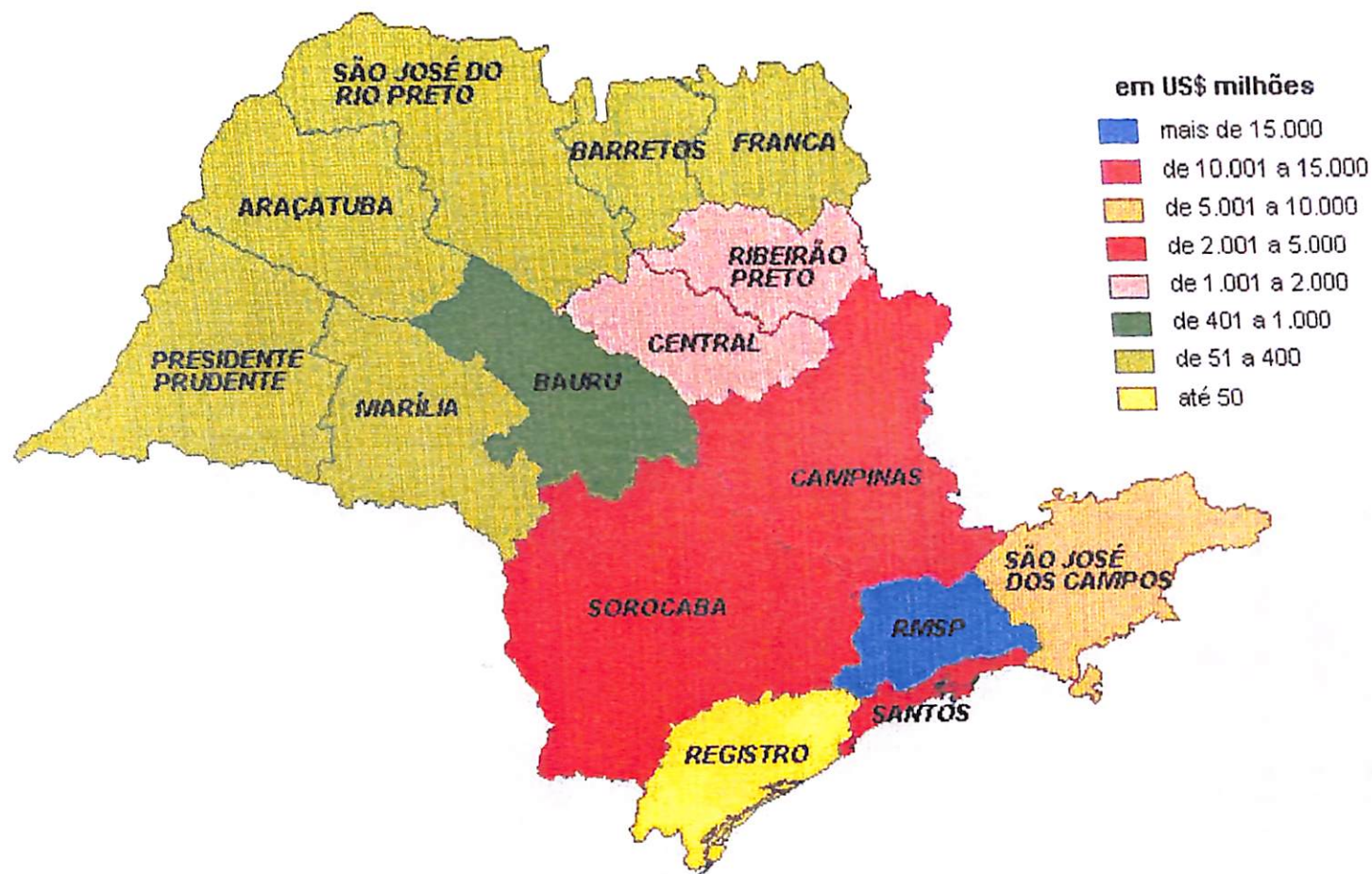
Alguns dos municípios se aproveitaram das políticas de modernização do território, da atração de investimentos no setor de produção de alta tecnologia e da proximidade com Campinas, passando a atrair também, investimentos nesse setor e a se constituírem como uma espécie de extensão do Tecnopólo campineiro em desenvolvimento.

Os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas vêm sofrendo grandes transformações econômicas desde a última década. A atração de investimentos de grandes empresas, principalmente aquelas ligadas à produção de alta tecnologia, está mudando a especialização funcional desses territórios, dentro da divisão territorial do trabalho.

O Mapa 2 indica a importância dos investimentos realizados no Estado de São Paulo e na Região Administrativa de Campinas.

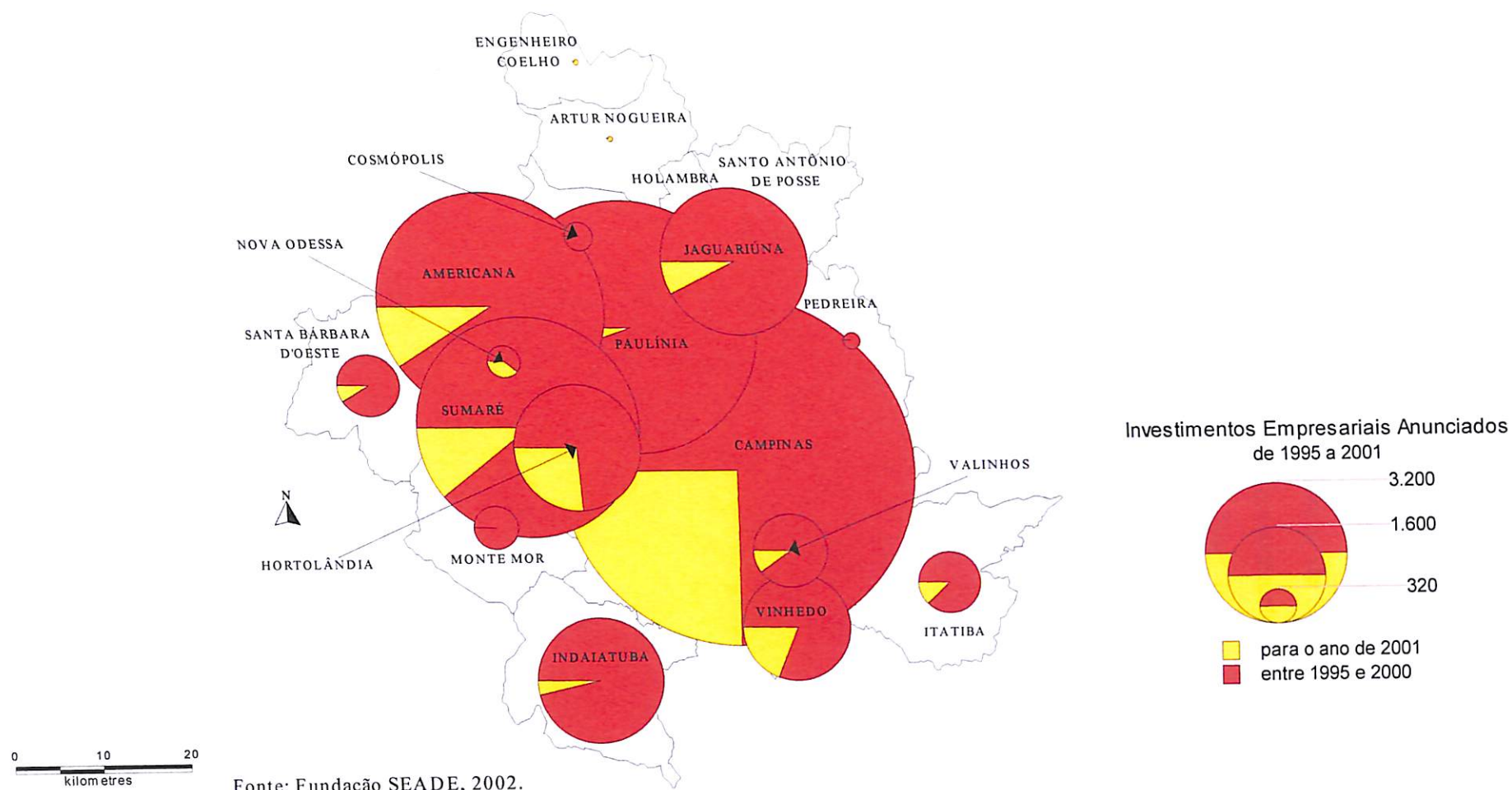
O Mapa 3 indica os investimentos anunciados para a Região Metropolitana de Campinas.

Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo por Região Administrativa 1995-98



FONTE: Fundação Seade / Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

Região Metropolitana de Campinas - 2000 Investimentos Anunciados

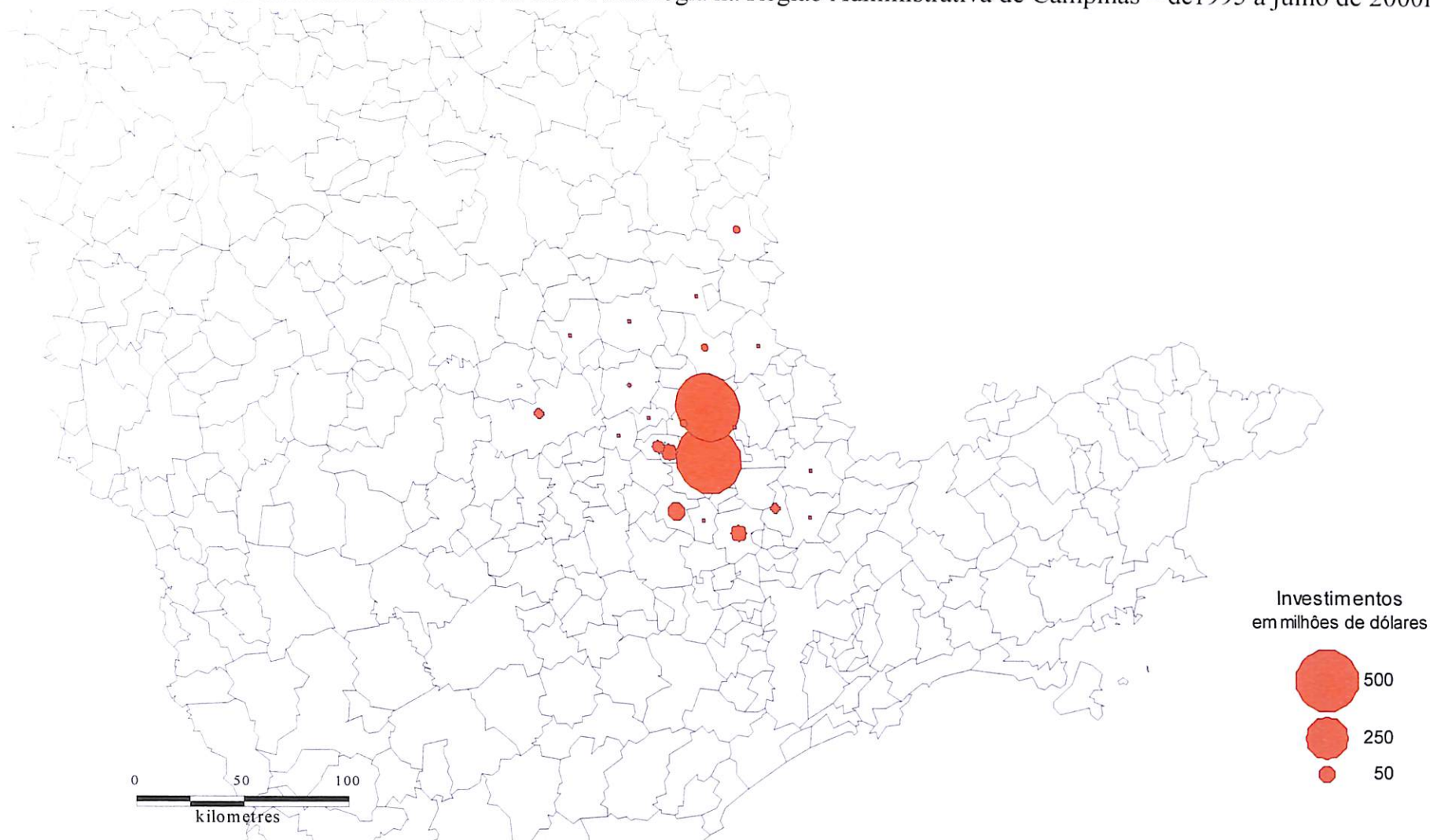


O Mapa 4 indica a importância dos investimentos nos setores intensivos de tecnologia, realizados na Região Administrativa de Campinas.

A Região Administrativa de Campinas recebeu 19,4% do total de investimentos no setor tecnológico, por região administrativa, no Estado de São Paulo. Esse dado demonstra a importância dessa região na atração de investimentos e no processo de modernização do território brasileiro. Desses 19,4%, investidos na Região Administrativa de Campinas, 89,8% foram investidos apenas em alguns dos seus municípios, hoje pertencentes à Região Metropolitana de Campinas.

Dos 19 municípios da RMC, 10 estão entre os municípios da Região Administrativa de Campinas que mais receberam investimentos em setores intensivos em produção de alta tecnologia.

MAPA 4 – Investimentos em Setores Intensivos de Alta Tecnologia na Região Administrativa de Campinas – de 1995 a julho de 2000 Fonte:



Fundação SEADE, 2002. *Os setores considerados são de equipamentos médicos, óticos, de automação e precisão de máquinas para escritório e equipamentos de informática; de material eletrônico e equipamentos de comunicações; de atividades de informática e de telecomunicações. ** (Fonte: Fundação SEADE).

Esses dados evidenciam a importância da RMC para a atração de grandes investimentos em alta tecnologia, para a consolidação e extensão do Tecnopólo campineiro e para o processo de modernização do território.

A cidade de Campinas é um dos quatro Tecnopólos existentes no Estado de São Paulo. Os outros três são: São Paulo, São José dos Campos e São Carlos. A diferença entre eles é a especialização em um determinado tipo de tecnologia, por exemplo: Campinas – Telecomunicações e Informática; São José – Aeroespacial; São Carlos – Engenharia Metal-mecânica. *“Em comum, os municípios possuem uma infra-estrutura básica satisfatória, acessos fáceis para rodovias e universidades e institutos que podem auxiliar no preparo de mão-de-obra adequada e especializada”* (Folha de São Paulo, set. 2000, p.8).

A Tabela 7 demonstra a importância dos investimentos no setor tecnológico no Estado de São Paulo.

Tabela 7
OS MAIORES INVESTIMENTOS POR EMPRESA DO SETOR
TECNOLÓGICO NO ESTADO DE SÃO PAULO — 1995 A JULHO DE 2000 *
(Em milhões de US\$)

Telefônica	7.108,29	Lucent	190,00	Visanet	57,45
Telecom	1.866,56	Solectron	145,00	Alcatel	52,10
Tess	1.360,63	LG Eletrônicos	130,00	Toshiba	50,00
Megatel/Vésper	1.000,00	Compaq	110,71	Mapra/Andrews	48,60
BPC	600,00	Mastec Inepar	110,00	Alusa Cavan	46,18
Telecomunicações					
ITC Net	470,00	Promon IP	109,45	Atento Brasil	44,41
Metrophone	400,00	Impsat	100,00	NEC do Brasil	42,00
Motorola	371,50	Tectelcom/ Tecsats	100,00	Xerox	40,00
Globocabo	350,00	Flextronics	90,00	Avex	40,00
Ericsson	348,11	Horizon	88,57	Matrix Internet	38,00
Nextel	329,36	Hewlett Packard	82,70	Siemens	37,00
CTBC	318,55	Nortel	66,95	Furukawa	35,00
Multicanal	310,73	Ceterp	66,63	Sharp	30,00
Philips	275,00	Netstream	65,36	Latin Stoks	30,00
Net São Paulo	265,62	Telesp Celular	59,30	Pegasus	29,46
Barramar	200,00	Rockwell Automation	58,70	Globalstar	28,87
Mercantil					
MetroRED	200,00	Epson	57,64		

Fonte: Folha de São Paulo Setembro de 2000, Caderno Especial *Tecnologia*.

* (Fonte: Fundação SEADE).

Muitas dessas empresas, como por exemplo, a Motorola, a Lucent e a Horizon, se encontram na Região Metropolitana de Campinas. Além dessas, existem outras de pequeno e médio porte que também contribuem com a produção de alta tecnologia no Estado de São Paulo. Destas, 53,7% estão na capital, 16,9% em Campinas, 12% em São Carlos e 8,8% em São José dos Campos.

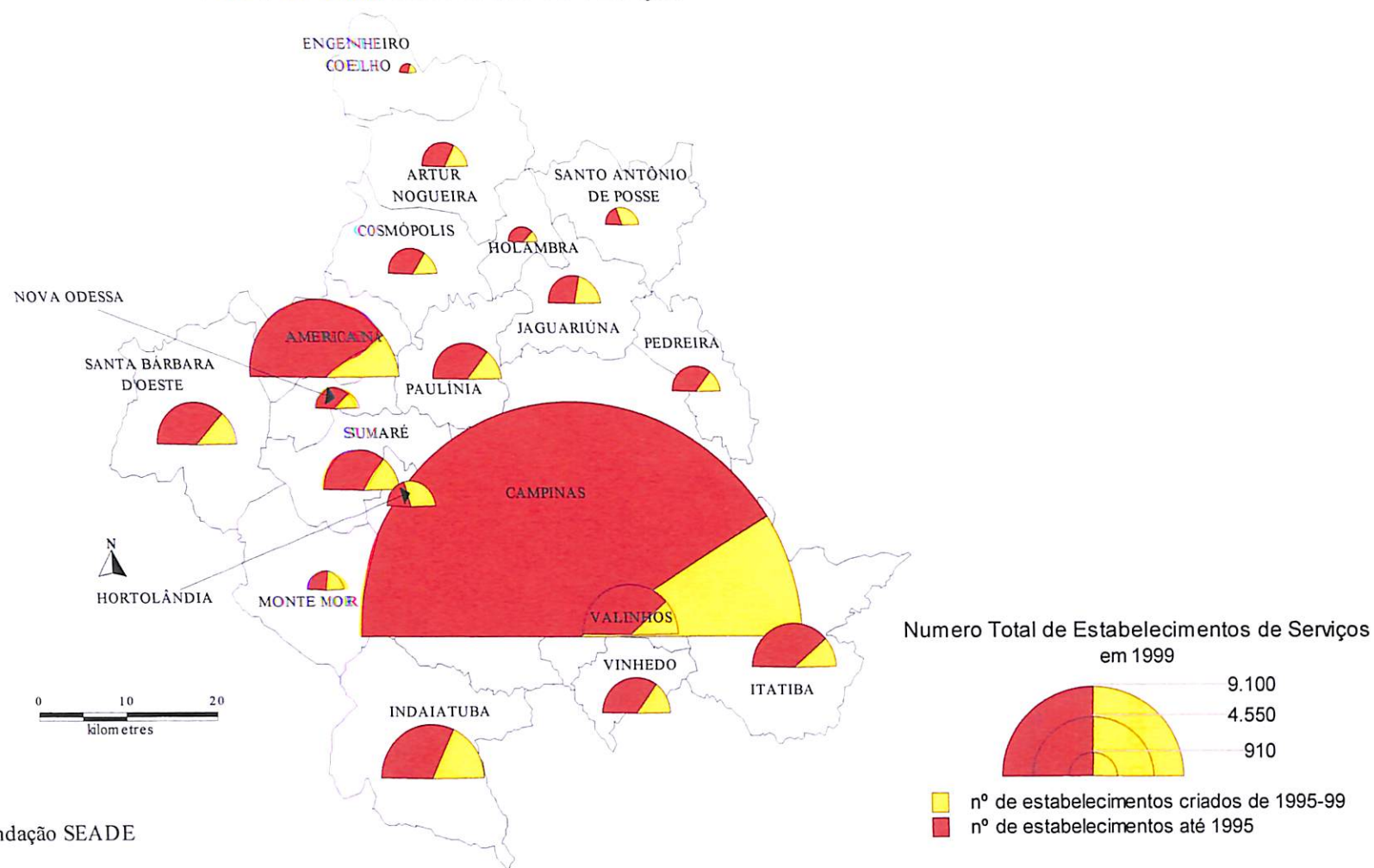
Depois da privatização do setor de telecomunicações, diversas grandes empresas de se instalaram na Região Metropolitana de Campinas, como por exemplo, a Lucent e a Tess em Campinas e a Motorola e a Compaq em Jaguariúna.

“De acordo com a pesquisa do SEADE, das dez empresas de subsetores de tecnologia que mais aplicaram no Estado, sete pertencem ao ramo das telecomunicações. As outras três são da área de materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação” (Folha de São Paulo, set. 2000, p.03).

Essas empresas, além de produzirem equipamentos sofisticados, demandam serviços terceirizados sofisticados e uma infra-estrutura moderna, principalmente de comunicação e circulação.

A Região Metropolitana de Campinas possui esta infra-estrutura moderna e especializada, e seu setor de serviços foi o que mais cresceu, em porcentagem, de 1995 até 1999 — 964% (Fundação SEADE). O setor industrial foi o que apresentou menor crescimento (292%) em relação aos setores de comércio (596,2%) e serviços (964%) da região metropolitana. Esse fato indica uma mudança na dinâmica econômica dos municípios da região, que passam a abrigar novas especializações, mais ligadas às empresas de alta tecnologia e aos serviços terciários e quaternários. O Mapa 5 evidencia a nova dinâmica de uso do território, com a expansão do setor terciário nos municípios, a partir de 1995.

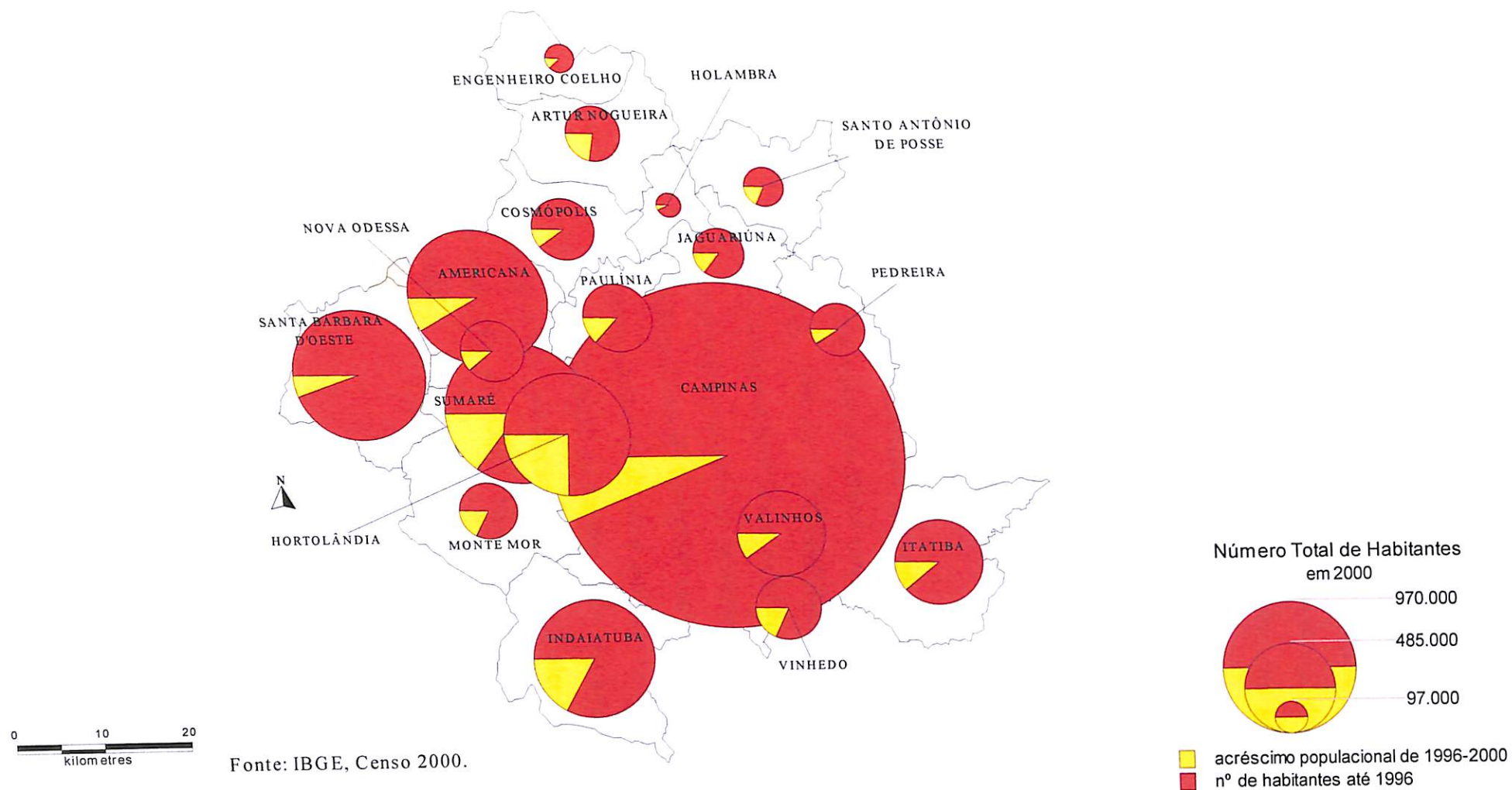
Região Metropolitana de Campinas - 2000
Número de Estabelecimentos de Serviços



Os dois municípios que apresentaram o menor crescimento, em porcentagem, com relação ao número de estabelecimentos foram aqueles que já possuíam um setor terciário mais desenvolvido — Campinas e Americana (considerada o segundo pólo terciário da região metropolitana).

Em praticamente todos os municípios da RMC o crescimento do setor de serviços foi maior do que o de comércio. Esse dado evidencia o quanto esses municípios vem se especializando para atender às novas demandas de uso do território por parte das grandes empresas modernas, que necessitam cada vez mais de serviços terceirizados, e também por parte da população, que vem crescendo (Mapa 6).

Região Metropolitana de Campinas - 2000 Crescimento Populacional

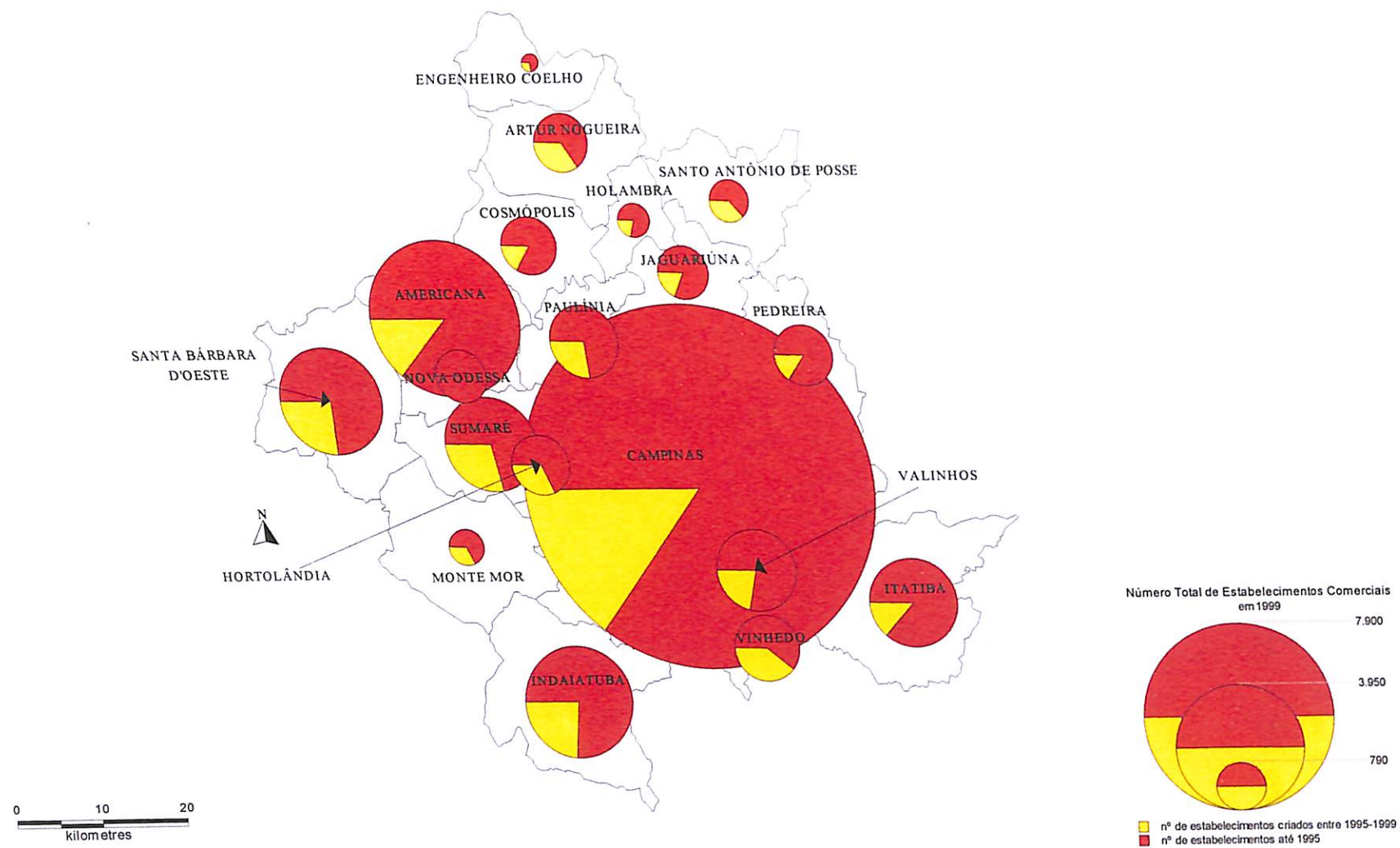


Em alguns municípios da região estão surgindo alguns serviços pontuais, especializados em determinadas atividades modernas, tecnológicas, muitas vezes, em função de demandas específicas por parte das grandes empresas que neles se instalam. Um exemplo disso, foi o surgimento do *Velig*, em Holambra, que é o serviço de leilão eletrônico da produção de flores. Outro exemplo, é o crescimento dos serviços vinculados ao turismo de negócios, como é o caso de Indaiatuba e Campinas, que receberam grandes investimentos de grupos hoteleiros internacionais. *"Há uma década, a região não estava preparada para atender o Turismo de Negócios, mas neste período houve uma construção rápida de hotéis executivos, apart-hotéis e hotéis com estrutura específica para esta nova e exigente clientela. Até mesmo hotéis já existentes, voltados para o turismo, adaptaram-se para atender a essa nova fatia do mercado"* (Gazeta Mercantil, 02/04/02).

Dentre os cinco municípios que tiveram o maior crescimento no número de estabelecimentos de serviços, estão três dos cinco primeiros que tiveram os maiores investimentos do setor de alta tecnologia de 1995 até 2000: Hortolândia, Jaguariúna e Indaiatuba (Mapa 3), o que confirma a demanda por parte das grandes empresas.

Com relação ao setor comercial, em geral, o número de estabelecimentos cresceu bastante, em porcentagem, na Região Metropolitana de Campinas como um todo. Esse crescimento faz parte do processo de desenvolvimento do setor terciário na década de 1990, dadas as novas dinâmicas de uso do território na região, como por exemplo, o aumento da industrialização moderna e da população. O Mapa 7 demonstra o crescimento das atividades comerciais, por município, na região, e o número de estabelecimentos comerciais, atualmente.

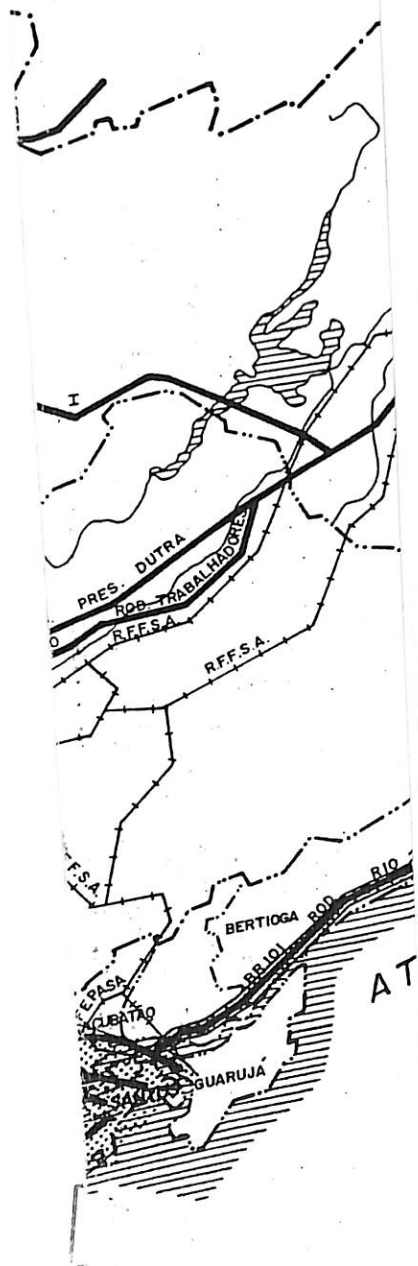
MAPA 7 – Região Metropolitana de Campinas – Número de Estabelecimentos Comerciais



Fonte: Fundação SEADE, 2002.

estabelecimentos industriais, o crescimento, em
 ES DE METROPOLIZA sar do grande investimento no setor. O Mapa 8
 INAS E BAIXADA SA estabelecimentos atuais. O crescimento foi maior
 DO DE FLUXOS COM ram menos industrializados até 1995, como por
 IONALIZAÇÃO Mogueira e Monte Mor, o que evidencia um

MINAS GERAIS

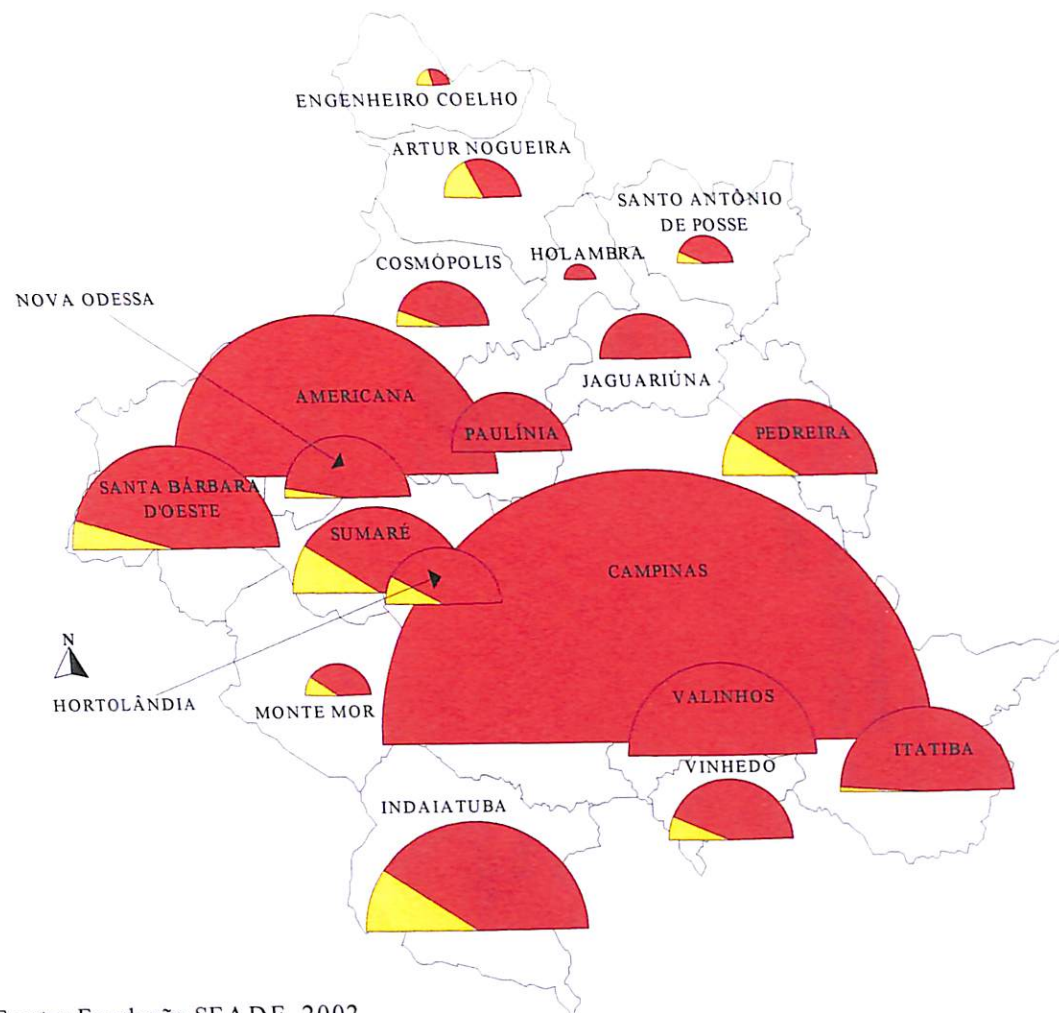


EGAMENTO VOLUN

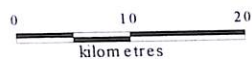
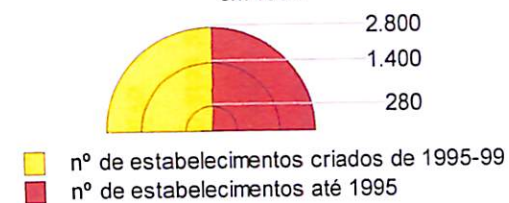
Com relação ao número de estabelecimentos industriais, o crescimento, em porcentagem, não foi tão acentuado, apesar do grande investimento no setor. O Mapa 8 indica esse crescimento e o número de estabelecimentos atuais. O crescimento foi maior em grande parte dos os municípios que eram menos industrializados até 1995, como por exemplo, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Monte Mor, o que evidencia um processo de expansão industrial.

Região Metropolitana de Campinas - 2000

Número de Estabelecimentos Industriais



Número Total de Estabelecimentos Industriais em 1999



Fonte: Fundação SEADE, 2002.

Engenheiro Coelho e Artur Nogueira, que tiveram o maior crescimento do número de estabelecimentos industriais da Região Metropolitana de Campinas (88% e 61%, respectivamente), apresentando um crescimento próximo a esse, no que diz respeito ao número de estabelecimentos de serviços (53,3% e 49,5%, respectivamente) e comerciais (52,5% e 40,0%, respectivamente). Esses municípios estão entre os sete que tiveram maior crescimento de estabelecimentos de serviços, e entre os seis que tiveram maior crescimento no setor comercial. Todas essas comparações evidenciam a importância da industrialização moderna como incentivadora do desenvolvimento do setor terciário no território, tanto em função da demanda da própria indústria, quanto em função da população que ela atrai para o lugar.

Outro dado importante sobre a dinâmica industrial na região, é o volume de dinheiro que as empresas movimentam com importações e exportações.

Gráfico 1

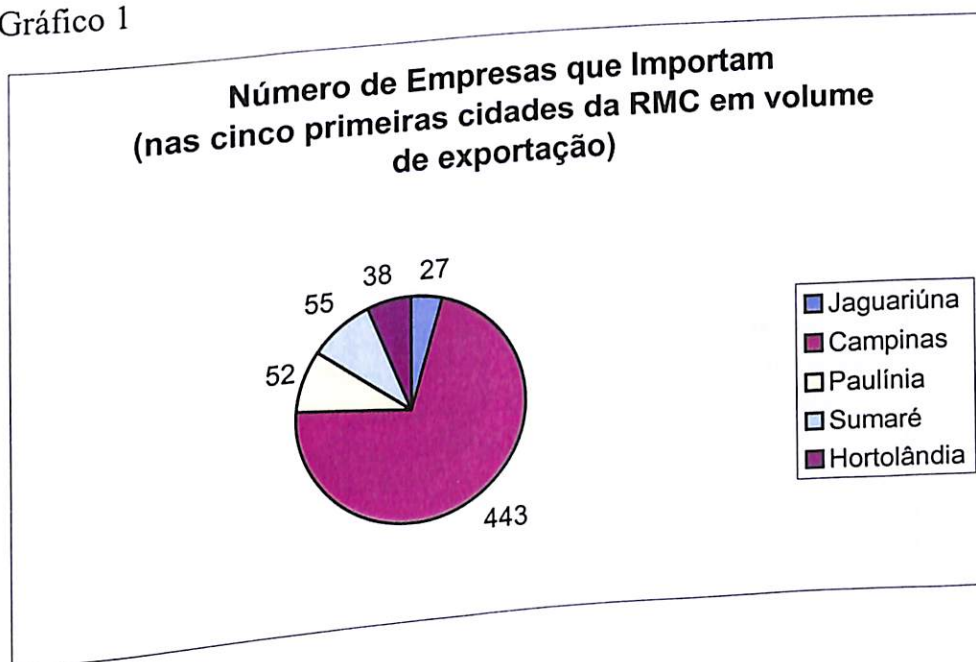


Gráfico 2

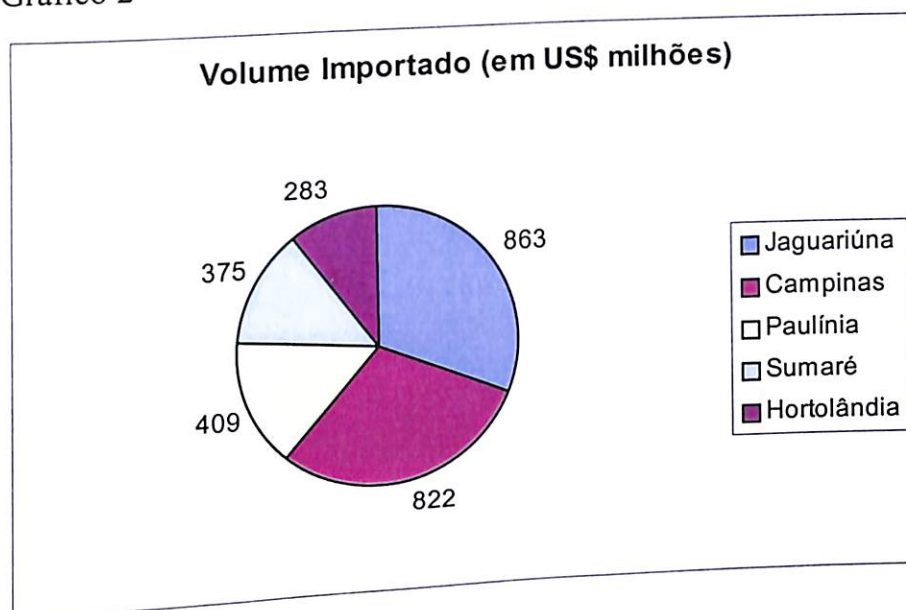


Gráfico 3

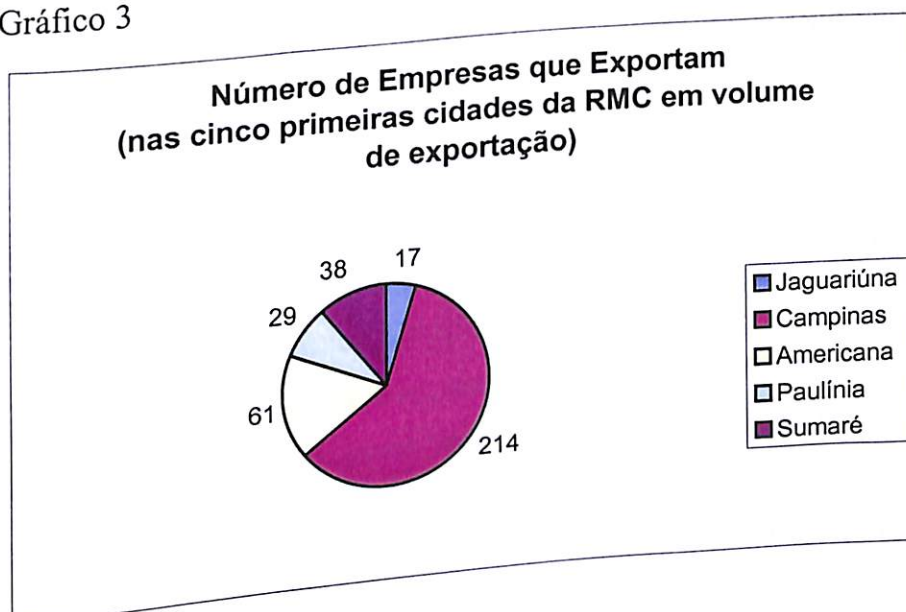
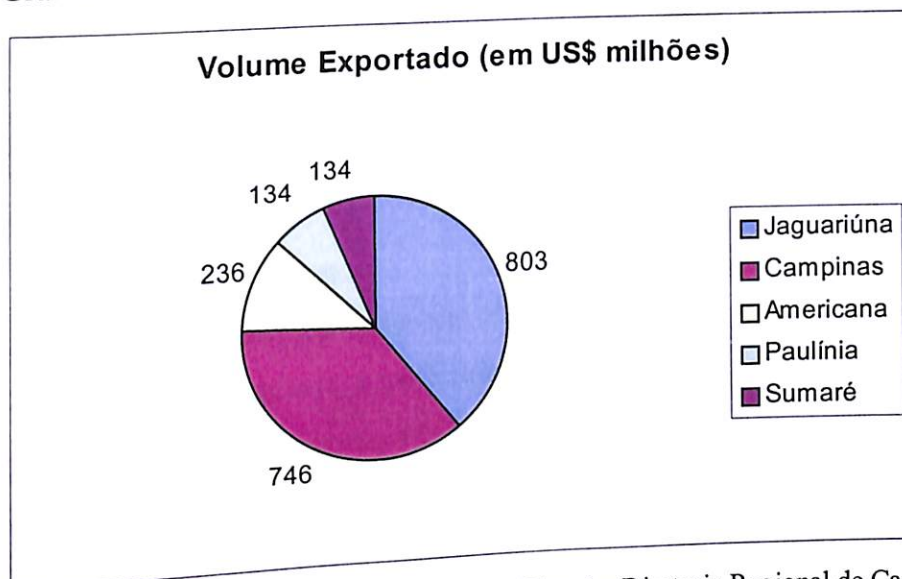


Gráfico 4



Fonte: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) – Diretoria Regional de Campinas (Correio Popular, Abril de 2002).

Jaguariúna e Campinas são os dois municípios que mais receberam investimentos em setores de alta tecnologia (Mapa 3). Jaguariúna, com apenas 17 empresas, apresentou um volume de exportação superior ao de Campinas, que abriga 214 empresas exportadoras. Esses dados evidenciam a complexização das conexões geográficas e dos fluxos gerados pelas grandes empresas hegemônicas instaladas na região. Todos os seis municípios destacados nos gráficos anteriores, estão entre aqueles que mais receberam investimentos em setores tecnológicos de 95 até 2000 (Mapa 5).

Esse fato evidencia a importância das conexões geográficas para as grandes empresas, e quão densas são as relações que elas estabelecem nos territórios e no mundo, em função da quantidade e da qualidade de conexões que elas realizam. *“A área de abrangência dos objetos atuais e das ações associadas é mais ampla. Isso não impede que tanto objetos como ações modernas tendam a concentrar-se em certos pontos e áreas do país”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:140).

A Região Metropolitana de Campinas vem se caracterizando pelo aprofundamento da especialização funcional em produção de alta tecnologia, que produz espaços luminosos cada vez mais inseridos dentro da divisão territorial e internacional do trabalho. Esse fato confirma o processo de centrifugismo (SANTOS e SILVEIRA, 2001) da produção e do capital pelo território brasileiro, já discutido anteriormente, e a expansão das atividades econômicas ligadas ao Tecnopólo campineiro, pela Região Metropolitana de Campinas.

Capítulo 4. AS REDES GEOGRÁFICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

As redes geográficas são objetos técnicos, infra-estruturas que possibilitam a circulação pelo território, ou seja, a mobilidade.

Mais do que infra-estruturas, as redes são também densidades técnicas, que cada vez mais se tornam especializadas e solidárias tecnicamente, no nível mundial, constituindo o sistema técnico planetário, que é uma das bases para o alargamento dos contextos (como foi discutido no capítulo 1). As redes são ainda, densidades informacionais. Isso porque, elas trazem consigo um conteúdo normativo e informacional, em função das informações que por elas são comunicadas. *"(...) a rede á também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam"* (SANTOS, 1996:209).

Segundo RAFFESTIN (1993), existem as redes de circulação — por onde passam os fluxos materiais — e as redes de comunicação — por onde circulam os fluxos imateriais: as informações.

As redes geográficas ligam lugares, que se tornam seus nós. Segundo Milton Santos (1996:211), *"na realidade, nem há mais propriamente redes; seus suportes são pontos"*. São esses pontos, os nós das redes que realizam as conexões geográficas no mundo contemporâneo.

As redes não são distribuídas homogeneamente por todo o território, assim como as possibilidades de usá-las também não o são. *"Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e regulação do seu funcionamento"* (SANTOS, 1996:213).

As redes são verticalidades, que são instaladas seletivamente nos lugares segundo intencionalidades de organização do espaço e conforme os usos do território que essa organização deve possibilitar.

A rede geográfica é uma das forças produtivas materiais (LOJKINE, 1995) do espaço geográfico, é uma verticalidade imprescindível para a distribuição dos bens materiais, das pessoas, do dinheiro e das informações pelo território. As redes

modificam a dinâmica espacial, principalmente a relação espaço/tempo de acontecimento e percepção dos eventos espaciais. O tempo aqui é o “(...) *das ações que animam os objetos técnicos*” (SANTOS, 1996:213). As redes possibilitam a integração do território, que se torna fluido, mas essa integração é funcional e seletiva, porque o uso e a localização das redes no território são funcionais e seletivos para determinados agentes.

As redes geográficas características do atual sistema técnico planetário, e sua configuração pelo território brasileiro possibilitam os processos de centrifugismo e centripetismo da produção, como foram discutidos no capítulo 3, principalmente com relação à difusão das redes de telecomunicações, que permitem um controle à distância da produção e da distribuição desta. As redes geográficas são verticalidades essenciais para a integração e articulação funcional do território, ou seja, para a realização das conexões geográficas.

A Região Metropolitana de Campinas sempre foi um ponto estratégico no território brasileiro no que diz respeito à quantidade e qualidade dos nós das redes geográficas que ela abriga. Campinas e muitos dos seus municípios vizinhos surgiram a partir de vilas que se formaram ao longo de importantes rios que eram utilizados como redes geográficas de circulação no interior do Estado de São Paulo, durante o período de colonização. Esses rios juntamente com algumas trilhas ligavam Santos e São Paulo a outras cidades de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Na época da introdução do café no interior do estado de São Paulo, as ferrovias passaram a ser implementadas como o principal meio de transporte e articulação e integração territorial. A região de Campinas, uma das principais produtoras de café do Estado, foi logo cortada por algumas das principais ferrovias — Mogiana, Paulista e Sorocabana —, tornando-se novamente um nó de articulação territorial. O aumento da fluidez na região gerou uma nova dinâmica de urbanização, principalmente em função do desenvolvimento das atividades comerciais e de serviço do município de Campinas.

A partir da década de 1930, o governo brasileiro intensifica a implementação do modelo rodoviário, para ser o principal meio de transporte no território. Esse modelo modificou a organização, a articulação e a dinâmica de uso do território brasileiro. Na RMC, a implementação das rodovias gerou uma nova dinâmica de urbanização ao longo dos eixos viários. As rodovias se tornaram os novos eixos da expansão urbana e industrial no país.

O principal eixo rodoviário que a Região Metropolitana de Campinas abriga é a Rodovia Anhanguera. Desde os anos 70, com o processo da “interiorização industrial” no Estado, a Anhanguera foi o eixo mais importante para a localização das indústrias que estavam saindo da capital, e foi o eixo onde a urbanização foi mais intensa. A Rodovia Anhanguera determinou, em grande parte, a dinâmica de expansão urbana, conurbação e desenvolvimento industrial nos municípios da RMC — Americana, Sta. Bárbara D’Oeste, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Monte-Mor, Campinas, Valinhos e Vinhedo. A principal atividade econômica desses territórios é a industrial, pois foi principalmente por esse eixo que a indústria da capital se expandiu para o interior do Estado.

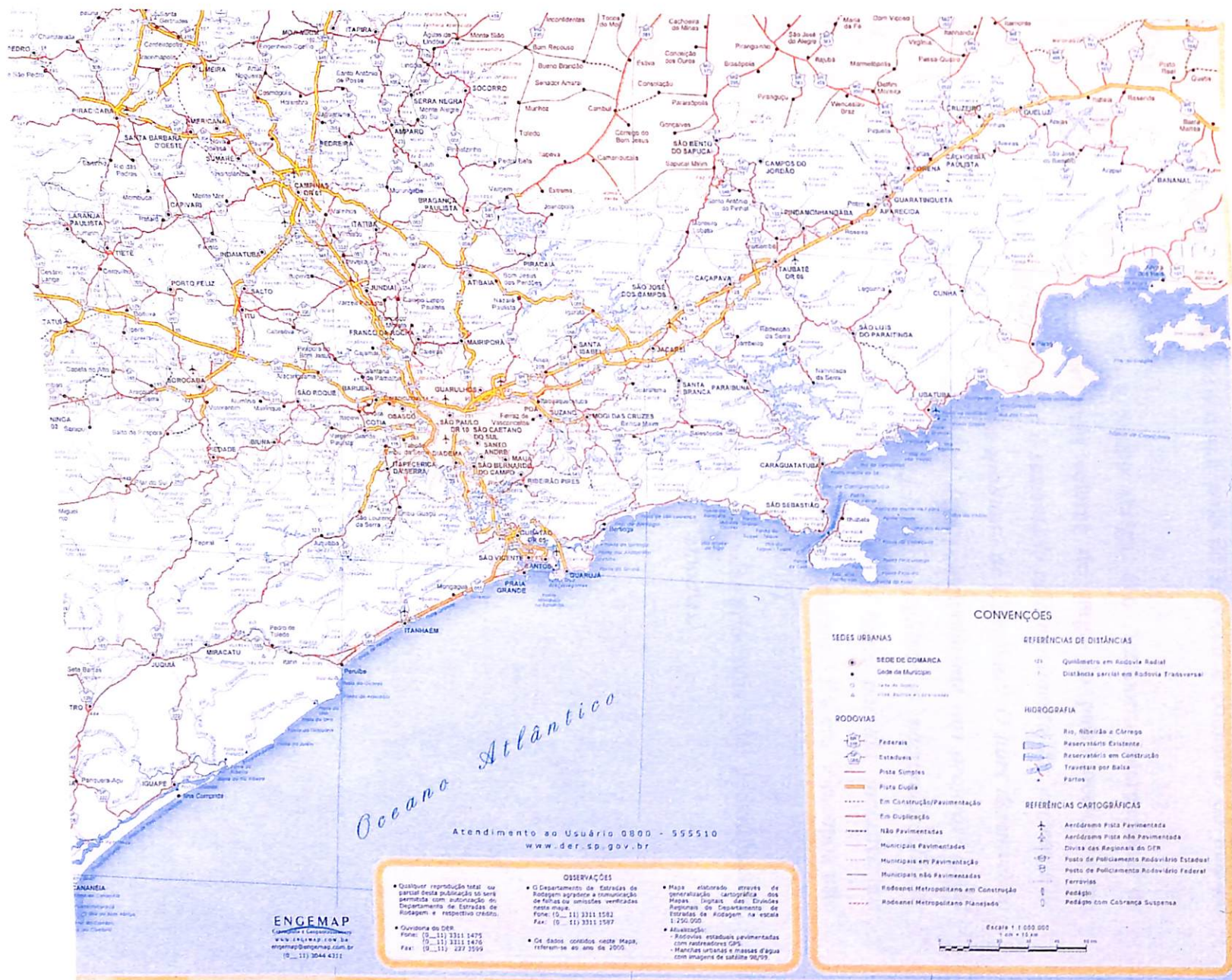
As rodovias mais importantes que passam pela região são: a Anhanguera – liga a região à capital e ao interior do Estado; a Bandeirantes - liga a região com São Paulo; a Santos Dumont – liga a região com o sudeste do Estado; a D. Pedro I – liga a região com o interior do Estado e com a Via Dutra, que faz a conexão com o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro; e a Rodovia Campinas – Mogi-Mirim - liga a região ao Sul de Minas Gerais.

Essas redes de circulação foram denominadas pela Emplasa (Empresa de Planejamento Urbano do Estado de São Paulo) como *Vetores de Expansão Urbana*.

A partir da década de 1990, os municípios da RMC cortados por esses vetores passaram a abrigar novos tipos de atividades, como o setor de serviços e empresas altamente especializadas, que demandaram uma modernização das redes de comunicação e a revitalização de algumas redes de circulação, como, por exemplo, as ferrovias (através de programas de privatização) e a ampliação do aeroporto de Viracopos, instalado em Campinas no ano de 1960.

Além disso, pode-se perceber⁹ como cresceu a importância de alguns eixos rodoviários, como por exemplo, as Rodovias Heitor Penteado (Campinas-Jaguariúna), Luiz de Queirós (Sumaré - Sta. Bárbara D’Oeste) e o vetor General Milton Tavares de Souza (Campinas - Cosmópolis). O aumento dos fluxos nesses eixos ocorreu tanto em função de novas atividades produtivas, principalmente industriais, instaladas nos municípios ao redor de Campinas, que têm a necessidade de escoar sua produção, como também em função do crescimento e expansão das atividades industriais e de serviços em todo o território da *Região Concentrada* (SANTOS e SILVEIRA, 2001). A Região Concentrada abarca as regiões Sul e Sudeste do Brasil, em função da alta concentração

MAPA 9 - Transportes



de densidades técnicas e informacionais nessa área do território, em relação ao restante do país.

O aumento dos fluxos nesses eixos rodoviários é reflexo também, das novas atividades terciárias que surgiram ao longo das últimas duas décadas, principalmente no município de Campinas, que se tornou um pólo de serviços e comércio do interior paulista.

Outra rede importante que a região abriga, é o Aeroporto Internacional de Viracopos, terceiro maior aeroporto em volume de carga do país, localizado em Campinas. *"O aumento das exportações é sustentado pelo movimento das empresas de alta tecnologia instaladas na região metropolitana de Campinas. O bom desempenho da estrutura aeroportuária de Viracopos se deve principalmente aos projetos 'Linha Azul' - implantado com o objetivo de facilitar e agilizar a nacionalização de mercadorias - e Recof - de desembarço de cargas 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana - entre outros"* ("Exportações aumentaram 35% em Viracopos este ano", Gazeta Mercantil Planalto Paulista, 14 de set. 2000).

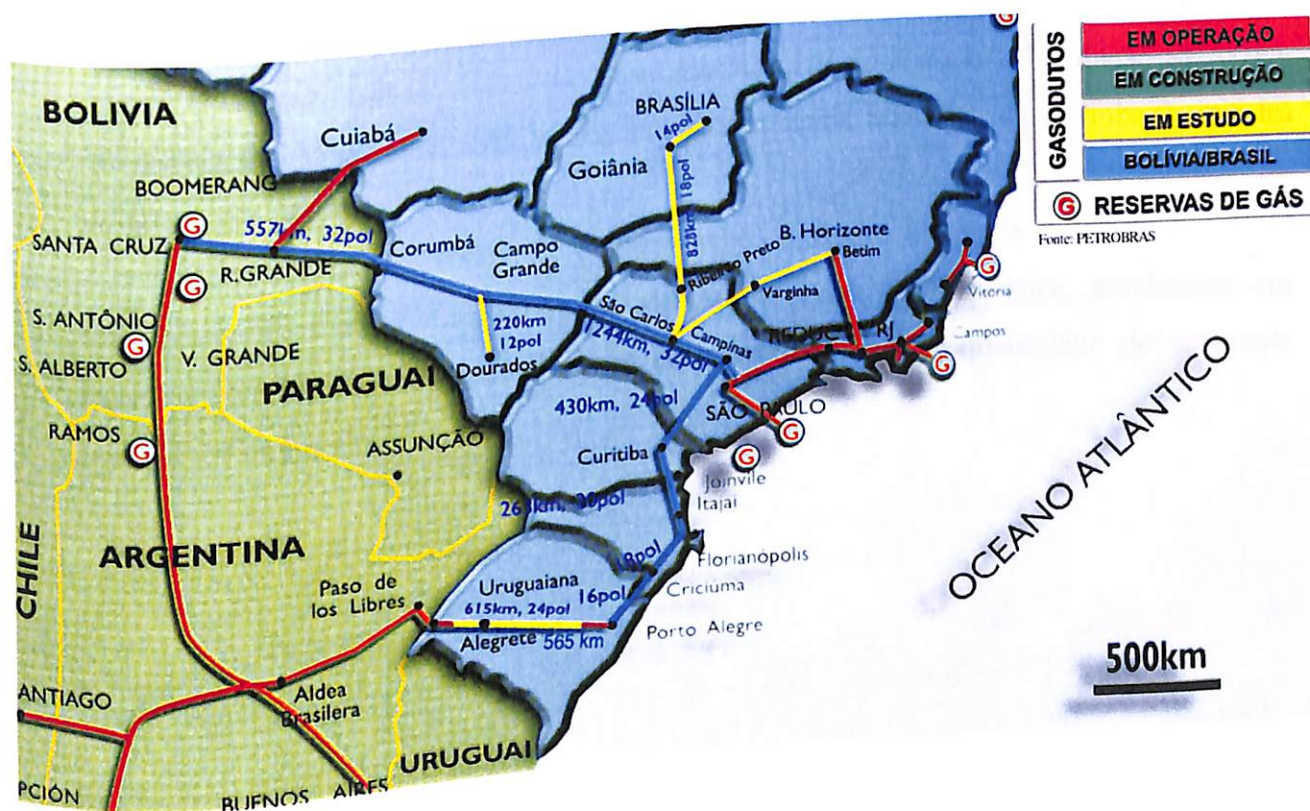
Os Mapas 9, 10 e 11 mostram a configuração das principais redes geográficas de circulação que cortam a Região Metropolitana de Campinas.

⁹ Ver Mapas 13 e 14 (EMPLASA, 1994), anexos 2 e 3.

MAPA 10 – TERMINAIS HIDROVIÁRIO



MAPA11 – GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

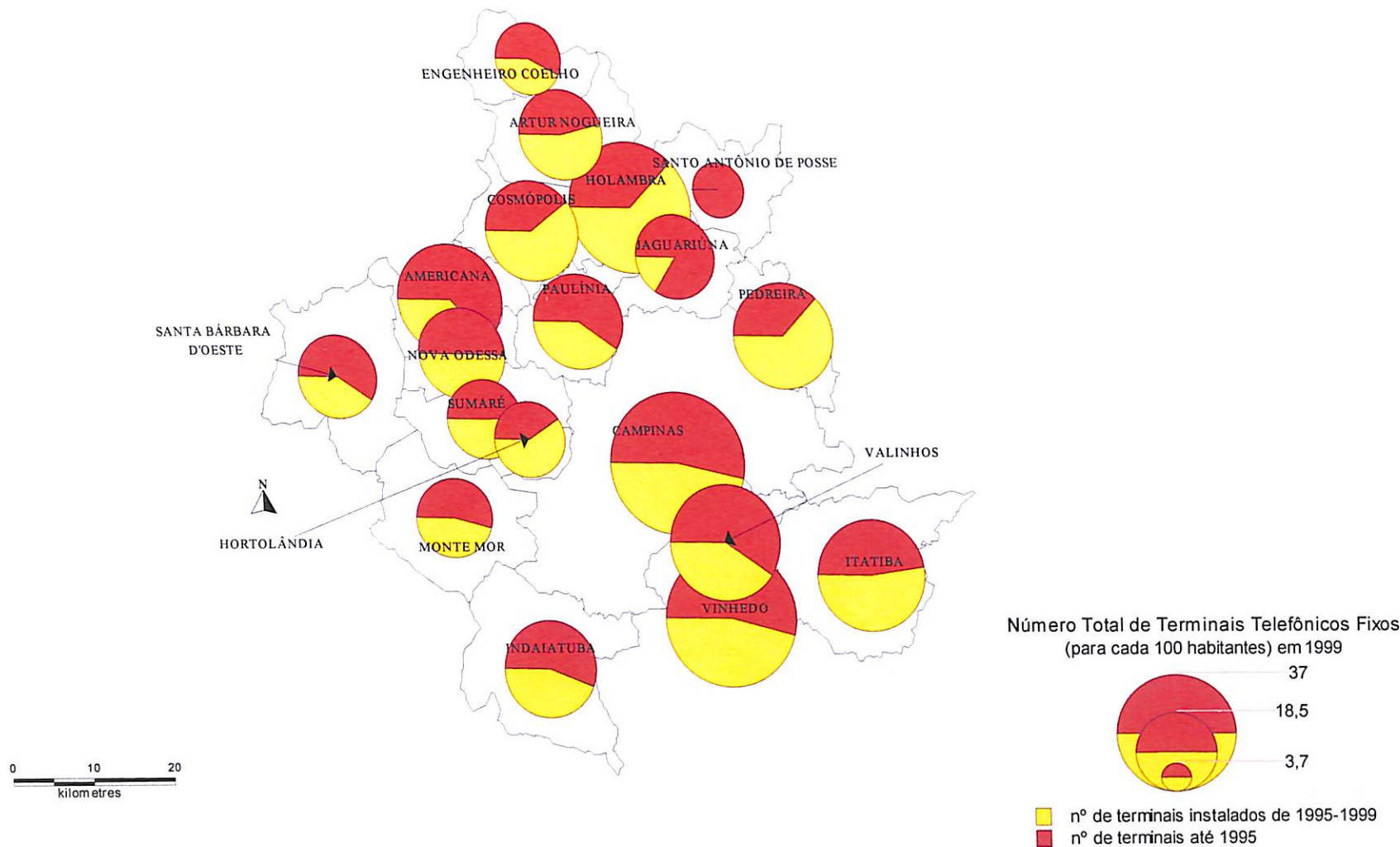


A região se localiza na chamada zona de influência (EMPLASA, 2001) da Hidrovia Tietê-Paraná, já com 2.400km plenamente navegáveis, que faz a ligação da região com os Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e o Paraguai. *“Em Itaipu, um transbordo rodoviário, de 38km, permite a interligação fluvial com Buenos Aires, formando a chamada Hidrovia do Mercosul, com 7 mil km, integrando Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia”* (site Fundação SEADE).

Outra rede que corta a região, é o Gasoduto Bolívia-Brasil. O gás natural está se transformando numa importante fonte de energia para o Brasil, em função das políticas energéticas do Governo FHC. *“Campinas é uma das cidades que primeiro será beneficiada pela rede de distribuição de gás natural no Estado”* (Fundação SEADE). Na cidade de Americana, está sendo instalada a usina termelétrica Carioba 2, que irá utilizar o gás natural.

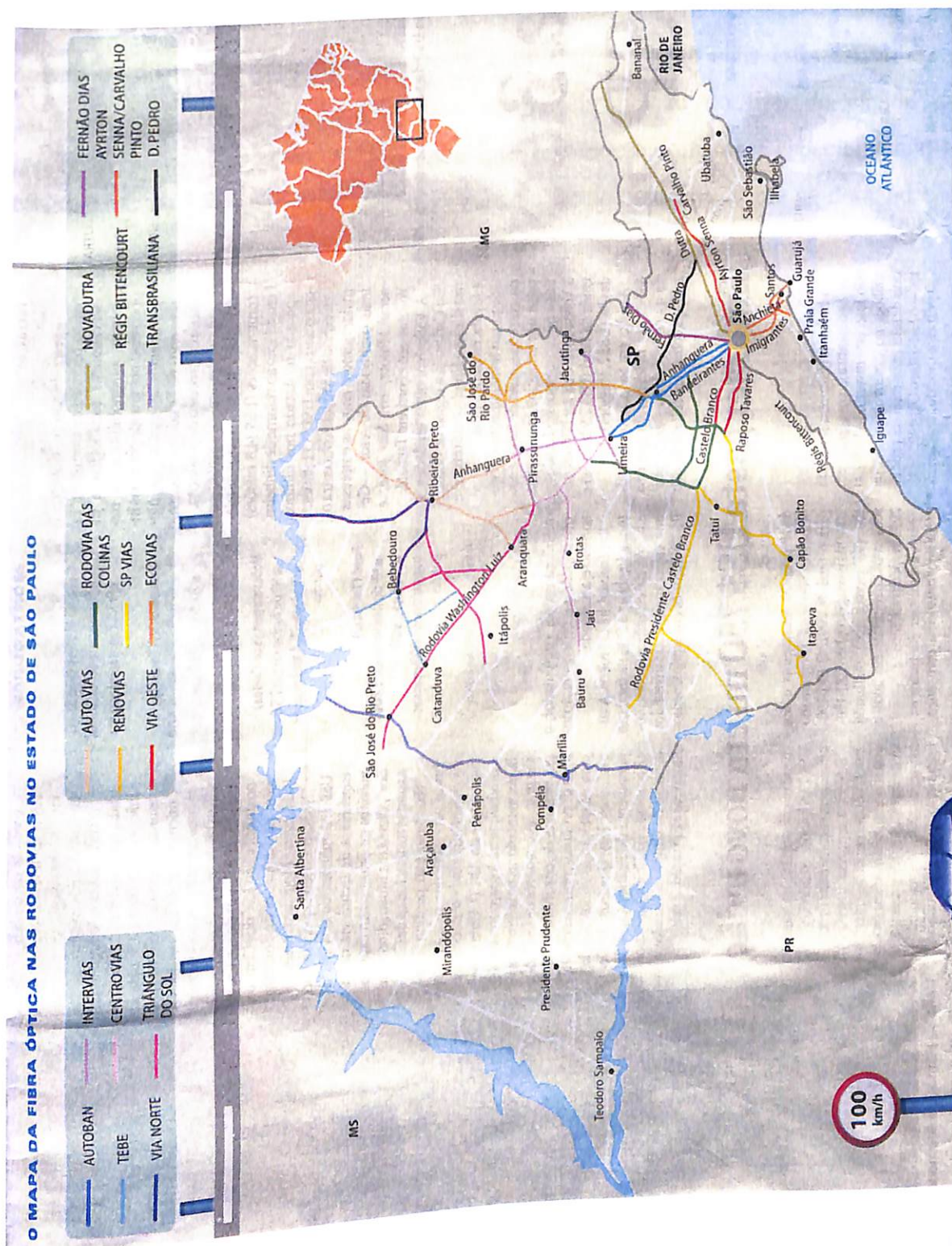
Com relação às redes de comunicação, a RMC é bem servida de terminais telefônicos fixos e móveis, redes de satélites e redes de fibra-ótica, atualmente em expansão na região. O Mapa 12 trás informações sobre a quantidade de terminais telefônicos na região.

MAPA 13 – Região Metropolitana de Campinas – Número de Terminais Telefônicos Fixos



Fonte: Fundação SEADE, 2002.
91

A fibra-óptica é uma das tecnologias mais modernas, que existem hoje, em termos de comunicações e transmissão de dados. Ela está sendo implantada no território da Região Metropolitana de Campinas, ao longo das principais rodovias. O Mapa 13 mostra a expansão da fibra-óptica no Estado de São Paulo.



A Região Metropolitana de Campinas se configura como um verdadeiro “nó” de articulação territorial no país, no que diz respeito à quantidade e qualidade das redes que ela abriga e aos fluxos materiais e imateriais que ela mobiliza. Atualmente, os municípios da região buscam modernizar e diversificar tanto suas infra-estruturas de circulação como de comunicação. Isso ocorre em função do tipo de capital que pretendem atrair e do tipo de atividade que pretendem fomentar, especializando-se, dessa forma, como uma força produtiva espacial mais moderna frente às demandas do mercado mundial.

A Fluidez Territorial

“A nova importância adquirida pelo fenômeno geral da movimentação no território, seja de mercadorias, de pessoas, de ondas eletromagnéticas ou de informações, cuja raiz está na maior intensidade da divisão territorial do trabalho, parece requerer da disciplina geográfica um novo conjunto de conceitos que dêem conta dessa realidade atual” (CONTEL, 2001:357).

A fluidez territorial (SANTOS, 1996), seria um desses conceitos. Ela significa a possibilidade de circular e de comunicar que o território oferece, em função da existência e da configuração das redes geográficas nesse território. Quanto maior for a qualidade e a difusão das redes geográficas pelo território, maior será sua fluidez territorial.

A fluidez é cada vez mais essencial no período técnico-científico-informacional, dada a complexidade das divisões territoriais do trabalho que se estabelecem entre os lugares no mundo. Ela também é cada vez maior, dada a constituição e a difusão do sistema técnico mundial, que cria uma unicidade técnica entre os lugares, possibilitando que eles realizem cada vez mais conexões geográficas entre si. Os fluxos materiais e informacionais entre os lugares são cada vez maiores e mais específicos, seletivos e racionalmente regulados.

Dessa forma, a Região Metropolitana de Campinas está completamente inserida nas atuais condições de reprodução do capitalismo, fundamentalmente no que se refere à fluidez territorial que ela representa no território brasileiro, dadas as redes geográficas que ela abriga.

A fluidez torna a Região Metropolitana de Campinas um ponto estratégico no território brasileiro, porque a região se configura como um verdadeiro “nó” de articulação territorial, como foi verificado anteriormente. Os fluxos ultrapassam a região, mas os nós das redes que possibilitam esses fluxos estão na região. Os lugares da região que abrigam as redes geográficas, passam a ser seus verdadeiros nós, se tornando espaços fluidos.

Ao mesmo tempo em que a fluidez produz uma integração do território, produz uma fragmentação, pois as redes não estão em todos os lugares. As redes chegam a lugares selecionados e não a qualquer lugar. O território se torna, então, extremamente fragmentado, hierarquizado e fluido. A Região Metropolitana de Campinas representa uma parte do território brasileiro que é extremamente fluida, mas, mesmo entre os municípios que a constituem, não há uma homogeneização quanto a difusão das redes geográficas.

Além disso, a fluidez é seletiva. Porque o uso dessas redes é seletivo. Não são todos os agentes do espaço geográfico que podem usar todas ou determinadas redes para realizarem suas ações. Quem pode usar o sistema técnico planetário, em sua totalidade, são os agentes capitalistas hegemônicos. *“Devemos, assim, distinguir entre a produção de uma expectativa de fluidez, isto é, a criação das condições para a sua existência e o uso da fluidez por um agente, isto é, sua efetivação empírica”* (SANTOS, 1996:220).

A fluidez dá um valor ao território, pois determina o quanto ele é funcional às atividades capitalistas hegemônicas. No atual período, a circulação e a comunicação são mais imprescindíveis do que a produção, *“(...) os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação”* (SANTOS, 1996:214). Quanto mais fluido, mais funcional e mais valorizado é o território para o capital hegemônico, mais competitivo ele se torna para a atração de investimentos em relação aos outros lugares.

A Região Metropolitana de Campinas é um território muito valorizado pelo capital hegemônico, em função da fluidez que ela representa. Isso faz dessa região um território muito competitivo na atração de investimentos, frente a outros lugares e regiões do território brasileiro.

Capítulo 5. A SOLIDARIEDADE ORGANIZACIONAL

O Papel dos Fluxos

Vidal de La Blache dizia, em seus estudos regionais, que *“cidades e estradas são as grandes iniciadoras de unidade: elas criam a solidariedade das áreas”* (in KAISER, 1968:03).

A solidariedade organizacional que se constitui hoje na Região Metropolitana de Campinas é principalmente caracterizada pela produção de espaços luminosos, que se especializam na produção tecnológica, e pela quantidade e qualidade dos fluxos que a região gera no território. As redes geográficas que se configuram nessa região são parte vital para a existência dos processos que nela se realizam e que a definiram como tal.

As redes são seletivas, elas se instalam nos lugares em processo de modernização, por isso, geram uma integração do território que também é seletiva. Redes de telecomunicações são menos rígidas, podem chegar em qualquer lugar, desde que exista a intencionalidade política para isso. Já as redes de circulação são mais rígidas, ou seja, dependem de uma série de fatores para serem instaladas no território. Como foi visto no capítulo anterior, os municípios da região já foram, em outro período, favorecidos pela difusão dessas redes de circulação no território paulista. O importante é verificar como essas redes estão sendo utilizadas hoje, e a qualidade e quantidade dos fluxos que elas veiculam. *“Os fluxos são o resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou que se instalam nos fixos(...)”* (SANTOS, 1996:50).

As conexões geográficas são funcionais a produção capitalista porque ligam os lugares densamente tecnificados e selecionados para o desenvolvimento de determinadas atividades capitalistas. No caso da Região Metropolitana de Campinas, as conexões interligaram territórios que se modernizam e se especializam como forças produtivas do Tecnopólo de Campinas.

A RMC se torna cada vez mais um território especializado como Tecnopólo, dotado de fixos que demandam cada vez mais fluxos. *“Hoje não basta produzir. É indispensável por a produção em movimento, pois agora é a circulação que preside a produção”* (SANTOS, 1996:219). Isso demonstra como a fluidez territorial é fundamental para a reprodução capitalista no atual período e, portanto, é como ela é fundamental para a competitividade territorial na atração de investimentos.

Os estudos dos fluxos materiais intra-regionais foram importantes para a definição, por parte do Estado, dos limites da Região Metropolitana de Campinas, como demonstram os Mapas 14 e 15 elaborados pela EMPLASA (1994). Esses fluxos demonstram o aumento da divisão territorial do trabalho na região.

Apesar disso, seria mais interessante realizar um estudo sobre os fluxos¹⁰ materiais e imateriais que a região troca com o seu exterior, dadas as características da nova divisão do trabalho neste período. Talvez, um estudo sobre os fluxos provenientes das conexões que a região realiza, seja mais interessante para demonstrar a configuração da solidariedade organizacional que serviu de base para a definição da RMC. Quanto mais especializados forem seus municípios, quanto mais eles se inserirem na divisão internacional do trabalho, quanto mais nós das redes do sistema técnico planetário eles abrigarem, mais conexões eles farão com o mundo. Essas conexões mundiais independem das conexões que cada um dos municípios realizam entre si, dentro dos limites estabelecidos politicamente como região metropolitana. O objetivo da modernização do território e da sua especialização funcional é justamente o de possibilitar o aumento das conexões geográficas desse território com o mundo. Então, o grande fluxo que define a Região Metropolitana de Campinas não está dentro dela, mas sim, fora dela, ou seja, os fluxos que são resultados das conexões geográficas que ela realiza com o seu exterior.

¹⁰ Não foi possível realizar um estudo desse porte, para esta de monografia.

contigüidade espacial também representa a possibilidade de expansão do uso do território por parte das grandes empresas hegemônicas, já que nem todos os lugares dessa região foram ainda atingidos pelas modernizações.

A contigüidade espacial torna a Região Metropolitana de Campinas uma unidade territorial funcional à produção capitalista de alta tecnologia. *“O caso das regiões metropolitanas é o exemplo limite. São áreas onde diversas ‘cidades’ interagem com frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infra-estruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas”* (SANTOS, 1996b:66). As políticas territoriais dos municípios da RMC têm como prioridades preparar cada vez mais os territórios para as grandes empresas de alta tecnologia, objetivando tornar a região metropolitana uma unidade de expansão do Tecnopólo constituído em Campinas.

O Uso do Território

A institucionalização Região Metropolitana de Campinas é resultado de um recorte político ideológico do território usado. No entanto, esse recorte não tem como base o território usado em sua totalidade, mas sim, determinados usos do território.

“O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS e SILVEIRA, 2001:21).

A concentração de grandes empresas, na Região Metropolitana de Campinas, revela o processo de formação de belts modernos de produção. O belt de produção tecnológica que representa essa região, só pode existir mediante a preparação do seu território para ser funcional a essa produção e acolher os vetores da modernidade — densidades técnicas e informacionais.

“Amplia-se a descentralização industrial, despontam belts modernos e novos fronts na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em porções do país que apenas no período atual puderam acolher vetores da modernidade” (SANTOS e SILVEIRA, 2001:105).

São esses usos do território que solidarizam de maneira organizacional os territórios municipais, constituintes da Região Metropolitana de Campinas. *“As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:248).

As ações que se articulam no âmbito da região são aquelas que resultam do uso corporativo do território, ou seja, aquele feito pelas grandes empresas capitalistas corporativas. Somente essas ações se realizam por todo o território regional, utilizando-o como um recurso, usando suas materialidades e normas, sua organização, da forma mais racional possível, segundo as lógicas produtivas corporativas.

São essas ações que articulam a solidariedade organizacional entre os lugares, ou seja, os processos regionais de uso e organização do território estruturadores da região.

que por ela passam: aqueles que podem ser vistos — como exemplificado pelos Mapas 13 e 14 —, e aqueles que não podem ser vistos — os fluxos informacionais — mas que comandam os fluxos materiais. A partir desses dados pode-se ter uma idéia melhor sobre o poder de uso do território das grandes empresas capitalistas hegemônicas nessa região, e como ela se organiza para atender a esse uso.

O Papel da Contigüidade

A contigüidade espacial é um dado da região. O conceito de região implica numa idéia de plano — contigüidade espacial entre lugares — e não de ponto. Apesar disso, os processos de uso do território que serviram como base para a definição da Região Metropolitana de Campinas, não se realizam em toda sua extensão territorial, mas apenas em alguns pontos selecionados. Esses usos são seletivos, assim como, a solidariedade organizacional criada por eles.

No entanto, a contigüidade espacial é um dado interessante para a reprodução capitalista no território.

Em primeiro lugar, porque o território é dotado de algumas infra-estruturas que possuem um alcance maior do que os lugares, como por exemplo, as redes de circulação e comunicação. *“A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infra-estruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo”* (SANTOS e SILVEIRA, 2001:140). A contigüidade permite que políticas territoriais possam ser realizadas em conjunto pelos municípios, para favorecer, por exemplo, o suprimento de infra-estruturas regionais favoráveis aos sistemas produtivos.

Em segundo lugar, porque a contigüidade representa uma integração do território que inclui a diferenciação espacial nos lugares, ou seja, as desigualdades geográficas existentes na escala dos lugares, dos municípios, que são aproveitadas pelo capitalismo. O lugar é a escala mais elementar do desenvolvimento geograficamente desigual, pois os resultados desse desenvolvimento se concretizam nos lugares, e é deles que o capitalismo tira sua força maior de reprodução (SMITH, 1988).

E em terceiro lugar, porque a contigüidade permite uma concentração de capital e trabalho num determinado espaço. A contigüidade espacial entre os municípios da RMC, possibilita uma concentração maior de capital e trabalho, em função da própria sinergia gerada pelas densidades técnicas e informacionais já instaladas ali. A

Parte III. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NO CONTEXTO TERRITORIAL BRASILEIRO

Capítulo 6. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: TERRITÓRIO NORMADO E COMO NORMA

De acordo com SMITH (1988), o desenvolvimento desigual e combinado, que permite a reprodução e a existência capitalista, não permite que exista uma homogeneização do espaço. Analisando as diferenças e desigualdades espaciais, podemos identificar subespaços que são mais ou menos funcionais à reprodução capitalista. Os espaços mais funcionais são os espaços luminosos. Mas, esses subespaços só são funcionais dentro de uma totalidade que é maior do que eles. No período técnico-científico-informacional, a totalidade que se revela aos lugares é o mundo.

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas só faz sentido, como um recorte político ideológico do território usado, dentro dessa totalidade. Essa região se diferencia de outros lugares no mundo e dentro do território nacional, pela sua organização e pelos processos de uso do território que ela abriga, que fazem dela um espaço luminoso.

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas significa um recorte político ideológico de um espaço luminoso do território brasileiro, que se destaca como um recurso para as corporações capitalistas, e que passa a se constituir como uma unidade política de planejamento territorial cujo objetivo estaria voltado para a ampliação da produção de espaços luminosos na região.

“Em nosso país, torna-se difícil separar teoria e prática regional, pois as regionalizações, divisões regionais e a Geografia Regional produzidas emanaram ou foram solicitadas, em regra geral pelo Estado” (SOUZA, 1993:86).

A Região Metropolitana de Campinas foi teorizada pelo Estado brasileiro para ser funcional as suas práticas de planejamento e modernização do território. Como, no atual momento histórico, a política territorial do Estado está vinculada ou quase que

A importância das conexões externas que essa região realiza, pode ser constatada pela presença cada vez maior de grandes empresas transnacionais em seu território. A produção dessas empresas está baseada no uso de territórios especializados para sua produção e, ao mesmo tempo, especializados para a circulação dessa produção e de informações que regulam a produção e sua distribuição mundial. *“Os fluxos daí decorrentes são mais intensos, mais extensos e mais seletivos”* (SANTOS, 1996:167).

As conexões geográficas são o grande mote da reprodução capitalista no mundo de hoje. Sem a possibilidade de conexões, o capitalismo hegemônico não poderia usufruir do desenvolvimento geograficamente desigual existente no planeta, como uma totalidade, que ele mesmo ajudou a produzir, para sua sobrevivência.

A difusão e a configuração das redes geográficas são reveladoras da difusão do poder capitalista hegemônico mundial. Segundo RAFFESTIN (1993), as redes geográficas de circulação representam a parte do poder que pode ser visto. *“É verdade que a circulação é a imagem do poder e há poucas chances de ser de outra maneira, pois a circulação no sentido que a definimos, é visível pelos fluxos de homens e de bens que mobiliza, pelas infra-estruturas que supõe. Nesse caso, o poder não pode controlar que seja ‘visto’, que seja ‘controlado’”*¹¹ (RAFFESTIN, 1993:202). Já o poder que se utiliza das redes de comunicação, não pode ser visto, apesar da existência dos nós dessas redes nos lugares revelar a existência desse poder no território. *“O ideal do poder é ver sem ser visto. É o porquê de a comunicação ter adquirido uma tal importância na sociedade contemporânea: ela pode se dissimular. Nesse caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto”* (RAFFESTIN, 1993:202).

As redes geográficas que a região abriga são aquelas que fazem parte do sistema técnico mundial, onde as redes se solidarizam tecnicamente para que possam solidarizar, conectar os lugares. As redes são também hegemônicas, são as condutoras do poder capitalista hegemônico e condição vital para sua existência, para que o capital possa se instalar nos lugares e deles usufruir.

Para entender a definição da Região Metropolitana de Campinas, a partir das conexões geográficas que ela realiza, é preciso verificar a quantidade e a qualidade das redes geográficas que ela abriga. Além disso, é necessário buscar dados sobre os fluxos

¹¹ A circulação significa para o autor, a transferência de seres e de bens *lato sensu*. Já a comunicação significa a transferência de informações.

subordinada à política de uso do território das grandes empresas hegemônicas, a regionalização promovida visa uma prática regional que é a da prioridade de uso do território por essas empresas. Dessa maneira, a Região Metropolitana de Campinas é resultado de uma ideologia política de organização territorial que favorece o uso corporativo do território brasileiro.

Guerra Fiscal no Território Brasileiro

A guerra fiscal é uma guerra entre territórios, entre lugares e está diretamente ligada às solidariedades institucionais municipais e estaduais, ou seja, ao território normado.

A inserção dos lugares no sistema técnico planetário e na divisão internacional do trabalho facilita a ação das empresas pelo mundo, porque cada vez há mais lugares conectados entre si, que se diferenciam como território normado e como norma, representando diferentes possibilidades de uso dos territórios para as empresas.

“A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares. Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento regional e local adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é necessária também, uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas, etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos investimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida de valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências” (SANTOS, 1999b).

Com a inserção de cada vez mais lugares na divisão internacional do trabalho, o capital tem um leque de escolha de lugares muito maior, para a localização de sua produção. Isso gera uma competição mundial entre os lugares, onde cada um oferece ao capital vantagens específicas para sua reprodução. *“A guerra fiscal diz respeito às empresas que se valem das fronteiras para obter vantagens fiscais”* (CATAIA, 2001:172). Essas fronteiras são aquelas políticas, dos territórios. Na escala nacional, a

guerra fiscal pode se dar no âmbito estadual ou municipal. Os estados e municípios competem para a atração do capital, organizando seus territórios e oferecendo vantagens fiscais. Isso significa que as empresas se beneficiam das diferenciações territoriais, no que diz respeito às normas fiscais específicas de cada um, e das vantagens de isenção ou menores taxas, que eles oferecem como atrativo para as empresas.

Na Região Metropolitana de Campinas, as empresas podem escolher entre se instalarem em Campinas ou se instalarem nos outros municípios, de acordo com as materialidades e normas que cada um oferece. *“Diferentes índices de cobrança de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), por exemplo, têm levado muitas empresas a deslocarem-se pelos municípios metropolitanos à procura de menores taxas”* (CATAIA, 2001:192). Mesmo que elas se instalem nos municípios menos densamente tecnificados, as empresas ainda se mantêm dentro de uma unidade territorial — a região metropolitana —, que agrega um alta densidade técnica e informacional. As empresas usufruem da mão-de-obra, da infra-estrutura de circulação e comunicação, das universidades, dos institutos de pesquisa, do mercado consumidor, mas tiram proveito das diferenciações quanto às políticas territoriais, como por exemplo, das diferenças dos valores dos impostos municipais, ou dos descontos e isenções desses impostos, como o ISS e o IPTU. *“As regiões metropolitanas seriam lugares privilegiados para esse tipo de política corporativa, em função da concentração de atividades econômicas”* (CATAIA, 2001:188), e dos distritos industriais.

Apesar de estarem localizadas fora do território campineiro, estão dentro de uma região metropolitana que agrega territórios municipais dispostos se organizarem de acordo com a ideologia das grandes empresas transnacionais de uso do território. Os territórios municipais constituintes dessa região pretendem ser cada vez mais organizados e regulados segundo uma racionalidade capitalista hegemônica, com o objetivo de atrair grandes investimentos empresariais nos setores tecnológicos. Por tudo isso, os municípios da região metropolitana se tornam atrativos para as empresas. Apesar de essa atração gerar uma competitividade interna na região, esses municípios se tornam muito mais competitivos frente a outros no território paulista, porque fazem parte dessa unidade territorial — a região cujos territórios se unem em prol dessa organização racional e já compartilham de uma alta densidade técnica e informacional. *“Pouco ou nenhum efeito surte quando um município concede isenções fiscais, mas seu*

território não possui uma infra-estrutura mínima exigida pelas empresas para suas atividades” (CATAIA, 2001:203).

A criação da Região Metropolitana de Campinas serviria como um “abrigo” para os municípios que a compõem frente a guerra fiscal com outros municípios do território. Esse fato fica evidente quando se analisa o marketing territorial criado para a região, como forma de torná-la um ímã de atração de capital.

O território é um híbrido formado pela *“base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política”* (SANTOS, 1999b). É essa combinação que determina suas características como território normado e como norma e, portanto, sua competitividade territorial na atração do capital hegemônico, frente a outros territórios.

Quem determina essa competitividade é o discurso do mercado global segundo sua ideologia de uso dos territórios. A guerra fiscal e o discurso do mercado global geram uma competitividade entre os espaços luminosos do território, provocando uma grande fragmentação política interna, que contribui para o fortalecimento do poder político das empresas hegemônicas nos territórios frente às decisões do Estado, quanto às políticas territoriais a serem adotadas.

Dessa forma, a criação da Região Metropolitana de Campinas significa a delimitação de um lugar que é densamente tecnificado e racionalmente organizado, e que é muito competitivo frente aos outros lugares, não tanto pelas vantagens fiscais que oferece, mas por esse território normado e como norma que representa.

Marketing Territorial

A solidariedade organizacional estabelecida nos lugares é o fator que mais reflete o modo como o território é organizado para atender a determinados interesses de uso desse território. O território que for mais funcional à reprodução capitalista, se torna mais competitivo frente a outros territórios no mundo.

É perante essa competitividade, que surge o *marketing territorial* em analogia ao chamado *“City Marketing”*. Os governos fariam o marketing para atrair determinado tipo de capital especializado para o qual prepararam seus territórios.

A Região Metropolitana de Campinas nasce já com um forte marketing territorial — *“RMC: O REINADO DA TECNOLOGIA”* (EMPLASA, 2001) —, que

evidencia a ideologia política que deu origem à região: a satisfação das demandas do mercado global de uso do território para a reprodução do capitalismo moderno ligado à produção tecnológica. Esse fato proporciona às grandes empresas globais um grande poder político frente aos Estados e, conseqüentemente, um grande poder de uso dos territórios nacionais. *“Tal poder [de uso do território] tanto se exerce frente ao processo direto da produção (...) quanto no que se refere aos processos políticos ou à fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo”*.(SANTOS e SILVEIRA, 2001:295).

“Se nos anos 70 vendia-se o projeto – o planejamento, hoje procura-se vender a cidade, ou seja, o planejamento realizado” (GARCÍA, 1997:30). No caso da Região Metropolitana de Campinas, procura-se vender a região ou seja, toda a sua organização funcional, ao capitalismo hegemônico — equipamentos, infra-estruturas, normas, densidades técnicas e informacionais — e as possibilidades de uso do território dela decorrentes. *“E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã”* (SANTOS, 1996:214).

O marketing territorial visa reconstruir a imagem do território, como no caso do *City Marketing*. A imagem do território está muito mais vinculada à propaganda exterior, objetivando atração de investimentos externos ao território, do que à propaganda interior, ou seja, à criação de uma imagem para ser consumida por seus cidadãos. A imagem-síntese (GARCÍA, 1997) do território revela e justifica o objetivo da organização e uso de seu espaço. A imagem é criada com o objetivo de promover uma refuncionalização do território em função do novo valor que lhe é dado dentro do modo-de-produção capitalista hegemônico atual.

A imagem-síntese do território deve tornar-se um consenso. *“Pode-se postular que esta luta pela conquista do consenso torna-se fundamental não apenas para o fortalecimento do poder mas também para o redirecionamento dos fluxos modernos de consumo e de circulação de bens e serviços na metrópole”* (GARCÍA, 1997:25).

A imagem-síntese criada para o território revela um campo articulado de práticas e interesses políticos e econômicos de uso e organização desse território. A solidariedade organizacional que se forma na Região Metropolitana de Campinas é a base de sua influência política dentro do contexto nacional de divisão territorial do trabalho. Sua imagem-síntese decorre dessa solidariedade, já que procura enfatizar a

competitividade da região no território brasileiro e sua constituição como um espaço luminoso, na busca de atração de investimentos.

A imagem do território serve, em primeiro lugar, como marketing para atração de investimentos selecionados e, em segundo lugar, como justificativa à organização do espaço para a atração desses investimentos e os novos processos de uso do território que se realizam.

O uso do marketing territorial tem contribuído para o aumento da seletividade do poder de atração de investimentos no território e, conseqüentemente, para o aprofundamento da especialização dos lugares como forças produtivas ao capital hegemônico.

Atualmente a ideologia do mercado mundial é ditada pelo capital corporativo. Seu discurso prioriza a circulação, a mobilidade e a diversidade dos lugares. A atual política de planejamento territorial está associada à logística de uso do território pelo capital global, que por sua vez utiliza-se de recursos como o marketing moderno, a organização gerencial e a organização da produção e da distribuição. O marketing territorial está associado a essa demanda de uso do território segundo a ideologia do mercado, assim como o *City Marketing*.

“O marketing, em si, é uma prática baseada em diferenças, e quanto mais diferença houver mais as estratégias de marketing encontram campo para se desenvolver” (NEGRI E HART, 2001:170). Então, à medida que o território se fragmenta e seus lugares se especializam como espaços funcionais do capital corporativo, esses espaços se tornam diferenciados entre si, dentro de uma divisão territorial do trabalho, e é a partir dessa diferenciação que surge o marketing territorial. Cada lugar passa a criar o seu marketing territorial em função das densidades técnicas e informacionais que abriga e do tipo de investimentos que pretende atrair. Um exemplo desse processo, é o marketing criado para a Região Metropolitana de Campinas — *O REINADO DA TECNOLOGIA* (EMPLASA, 2001) . Ela se torna um espaço privilegiado para a reprodução do capital corporativo, ligado a setores específicos de alta tecnologia, diferenciando-se do restante do território a partir da sua especialização funcional como tecnopólo, vinculado à produção de tecnologia de ponta em telecomunicações, informática e produtos químicos, entre outros.

O marketing territorial surge como um recurso político que procura enfatizar a competitividade de determinados territórios frente a outros. *“A política global da diferença estabelecida pelo mercado mundial é definida não pela liberdade de ação e*

pela igualdade, mas pela imposição de novas hierarquias, ou, na verdade, por um constante processo de hierarquização” (NEGRI E HART, 2001:172).

O uso do marketing territorial também está vinculado com as políticas de guerra fiscal. O marketing revela ainda o quanto um determinado lugar está inserido no processo de produção hegemônico.

O território torna-se um produto a ser consumido pelas empresas e por seus “cidadãos”, que já não são mais assim tratados, mas como verdadeiros consumidores (SANTOS, 1998). O marketing territorial faz parte do processo de alienação do território, porque justamente o trata como um produto a ser consumido — uso de alguns —, em contraposição à idéia e consciência de *espaço banal* (SANTOS, 1996)— uso de todos.

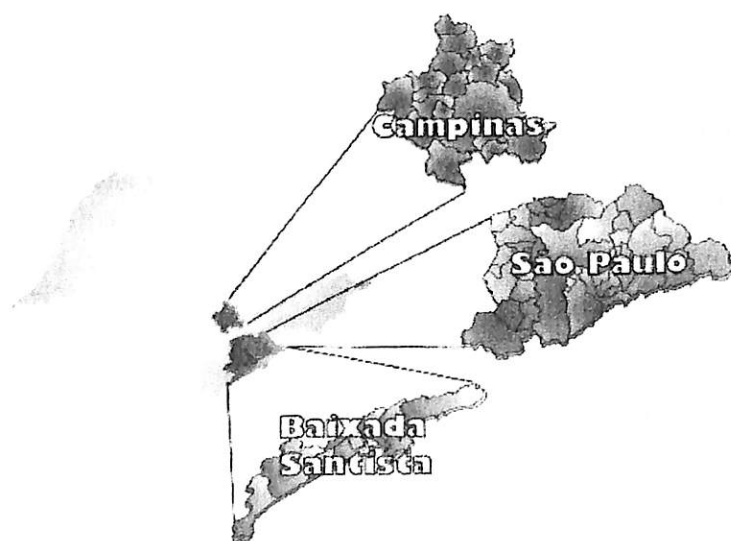
Alguns exemplos do marketing territorial da Região Metropolitana de Campinas:

- *“Campinas é hoje um dos mais importantes centros econômicos e científicos da América Latina. A região metropolitana responde por 9% do PIB brasileiro — o equivalente ao PIB de países como Chile, Portugal e Dinamarca. Principal cidade do interior de São Paulo, é o centro de uma região com cerca de 5,2 milhões de habitantes, taxa de urbanização de mais de 90% e terceiro pólo industrial do país, com mais de 17.500 indústrias. Além da força dos setores produtivos, Campinas destaca-se como pólo científico e tecnológico, onde estão sediados grandes centros de pesquisa, incluindo a UNICAMP, uma das principais universidades brasileiras. A qualidade de vida é outra marca da cidade. Com renda per capita de US\$ 9.800 (superior à média do Brasil e do estado de São Paulo), a população da cidade de Campinas faz o varejo movimentar cerca de US\$ 5 bilhões/ano.”* (RAC – Rede Anhanguera de Comunicação).
- *“Campinas reúne, sem dúvidas, as melhores vantagens competitivas para a atração de novos investimentos no Estado de São Paulo, está situada no mais dinâmico e diversificado centro de desenvolvimento da indústria, agronegócios e serviços do estado”* (Fundação SEADE).
- *“A articulação desses fatores (oferta abundante de gás natural e de energia elétrica, modernização do complexo logístico e multimodal de transportes – hidrovia, ferrovia, rodovia, aeroporto internacional e porto – proximidade de centros universitários de excelência –*

Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, em Piracicaba – e de um mercado consumidor de quase 5 milhões de habitantes, constituído pelas populações da Região Administrativa de Campinas) indica privilegiadas condições para o desenvolvimento de novos negócios, em setores que demandam facilidade de escoamento da produção e de matérias-primas, alta tecnologia, e grande escala de produção” (Fundação SEADE).

- *“[A Região Metropolitana de Campinas] Cresce seis novos habitantes a cada hora. GANHOU meio milhão de habitantes nos últimos dez anos. É a maior concentração de empresas de telecomunicações do país. É um dos mais importantes pólos de pesquisa científica do país. Um terço da carga aérea do país passa por aqui. Tem um PIB maior do que o da Coreia do Sul e Suíça e equivalente ao da Espanha” (EMPLASA).*
- *Além disso, a região faz parte do que a EMLASA (2002), denominou como complexo metropolitano expandido. Esse complexo é formado pelas regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e de Santos (recentemente instituída). “O complexo metropolitano expandido é um mundo de oportunidades expressas pela grande concentração populacional e de riquezas”.*

FIGURA 2 – O Complexo Metropolitano.



BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Abadia da Silva. "Município de Indaiatuba" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001a. V.08
- ALVES, Maria Abadia da Silva. "Município de Jaguariúna" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001a. V.10.
- AZEVEDO, Ricardo. "Município de Pedreira" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.14.
- BERNARDES, Adriana. "A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)" in SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.
- BESSA, Vagner de Carvalho. "Município de Artur Nogueira" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001a. V.09.
- BESSA, Vagner de Carvalho. "Município de Itatiba" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001b. V.09.
- BRAGA, Tânia Moreira. "Município de Holambra" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.06.
- BRANDÃO, Carlos A. "Município de Paulínia" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.13.
- CAIADO Maria Célia. "Município de Monte Mor" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001a. V.11.
- CAIADO Maria Célia. "Município de Nova Odessa" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região*

Metropolitana de Campinas, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001d. V.12.

CAIADO Maria Célia. "Município de Santa Bárbara D'Oeste" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001c. V.15.

CAIADO Maria Célia. "Município de Santo Antônio de Posse" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001b. V.16.

CAIADO, Aurílio S. C., PPIRES, Maria C. S., SANTOS, Sarah M. M. dos. e MIRANDA, Zoraide A. L. "Município de Campinas" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2002. V.03.

CASTILLO, Ricardo, JÚNIOR, Rubens de T., ANDRADE, Júlia. *Três Dimensões da Solidariedade em Geografia*, in: Revista Experimental, ano 2, nº3, set. 1997, São Paulo, Edusp.

CATAIA, Márcio Antônio. "Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro", Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2001.

CONTEL, Fábio. "Os sistemas de movimento do território brasileiro" in SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.

CORREIO POPULAR. *Caderno Economia*, p.1 e 2, Campinas, 25 de abril de 2002.

EMPLASA. *Caracterização dos Municípios da Região de Campinas*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993.

EMPLASA. *Cenário Regional: Região de Metropolização de Campinas: Aspectos Físico-Ambientais e Sociais*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1994 a.

EMPLASA. *Circulandô: Informativo da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos*, ano 5, nº25, 2002.

EMPLASA. *Estudo de Fluxos como Subsídios à Regionalização: Regiões de Metropolização de Campinas e Baixada Santista*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1994b.

EMPLASA. *Por Dentro da Região Metropolitana de Campinas* (CD-Room), Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2001.

EXAME, *Maiores e Melhores*, junho de 2000.

- FARIA, César Augusto Cardoso de. "Município de Vinhedo" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.19.
- FERNANDES, Ana Cristina de A. e VENTURA, Kátia S. "Município de Engenheiro Coelho" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.05.
- FERNANDES, Beatriz L. *Sistema de Transportes, Meio Ambiente e Cidade: estudo de caso do município de Campinas*, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Caderno Especial "Tecnologia"*, set. 2000.
- GARCÍA, Fernanda E. S. *Cidade e Informação: o papel organizador do City Marketing* in: Revista Experimental, ano 2, nº3, São Paulo, Edusp, set. de 1997.
- GAZETA MERCANTIL PLANALTO PAULISTA. "Exportações aumentaram 35% em Viracopos este ano", 14 de set. 2000.
- GAZETA MERCANTIL. "Turismo da Rmc Longe Da Crise", 02 de abril de 2002.
- ISNARD, H. *O Espaço Geográfico*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.
- KAISER, Bernard. "A Região como Objeto de Estudo da Geografia" in: GEORGE, Pierre, *Geografia Ativa*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, USP, 1968.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Campinas, Papirus, 1993.
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*, São Paulo, Cortez, 1995.
- MARTINEZ, José Walter. "Município de Valinhos" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2002. V.18.
- NEGREIROS, Rovená e TEIXEIRA, Marina P. "Município de Hortolândia" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2002. V.07.
- NEGREIROS, Rovená e TEIXEIRA, Marina P.. "Município de Sumaré" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.17.

- NEGRI E HART, Antonio e HARDT, Michael. *Império*, Record, Rio de Janeiro, 2001.
- OLIVEIRA, Ana Maria Franklin. *Os Dilemas da Municipalização da Saúde no Contexto de uma Região Metropolitana: o caso de Campinas*, Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, 1995.
- PUPO, Fernando Vaz. "Município de Americana" in BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 2001. V.1.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, 1993.
- SANTOS, Antônio da Costa. *Compra e Venda de Terras e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas no Mato Grosso de Jundiá 1732-1992*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.
- SANTOS, Milton, *Guerra dos Lugares*, artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 08/08/1999b.
- SANTOS, Milton. "Por um Novo Planejamento Urbano-Regional" in: *Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*, Anais do IVº Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, maio de 1991.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: razão e emoção, técnica e tempo*, São Paulo, Hucitec, 1996a.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1996b.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*, São Paulo, Hucitec, 1985.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*, Nobel, São Paulo, 1998.
- SANTOS, Milton. *O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise* in Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XII, nº2, p.15-25, 1999 a.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "A Região Administrativa de Campinas" in: *São Paulo no Limiar do Século XXI*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, Fundação SEADE, 1992. V.08.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, J. Zahar, Rio de Janeiro, 1993.
- SOUZA, Maria Adélia A. de, SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *Território: Globalização e Fragmentação*, ANPUR, Hucitec, São Paulo, 1996.

SOUZA, Maria Adélia A. de. *A "Explosão" Do Território: Falência Da Região?* in: Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VII, nº1, Abril de 1993.

SOUZA, Maria. Adélia A. de et al. (orgs.). *Metrópole e Globalização*, São Paulo, Cedesp, 1999.

SOUZA, Maria. Adélia A. de. *Conexões Geográficas: um Ensaio Metodológico* in: Boletim Paulista de Geografia nº71, 1995.

SOUZA, Maria Carolina A. F. de e GARCIA, Renato. "O Arranjo Produtivo de Indústrias de Alta Tecnologia da Região de Campinas — Estado de São Paulo — Brasil" in *Globalização e Inovação Localizadas: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposições de Política de C & T*, NEIT-IE/UNICAMP, Instituto de Economia – UFRJ, 1998.

ANEXOS

EMPLASA

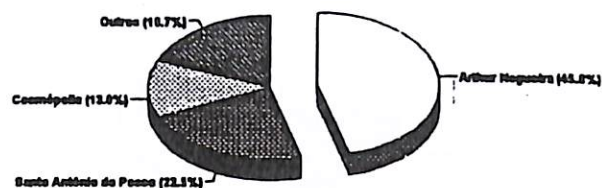
Região de Metropolização de Campinas

Área Total e Relativa (Culturas Permanentes) - 1990

Quadro I

Produção de Laranja

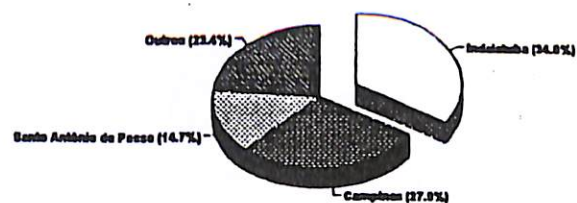
Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Arthur Nogueira	13 250	45,8	81,3
Santo Antônio de Posse	6 500	22,5	
Cosmópolis	3 750	13,0	
Outros	5 407	18,7	
TOTAL	28 907	100,0	



Quadro II

Produção de Café

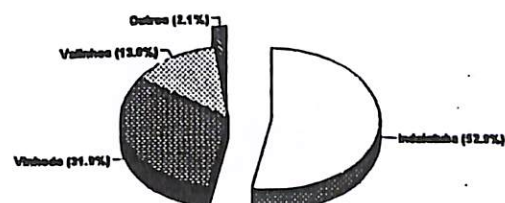
Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Indaiatuba	3 000	34,0	76,6
Campinas	2 460	27,9	
Santo Antônio de Posse	1 300	14,7	
Outros	2 065	23,4	
TOTAL	8 825	100,0	



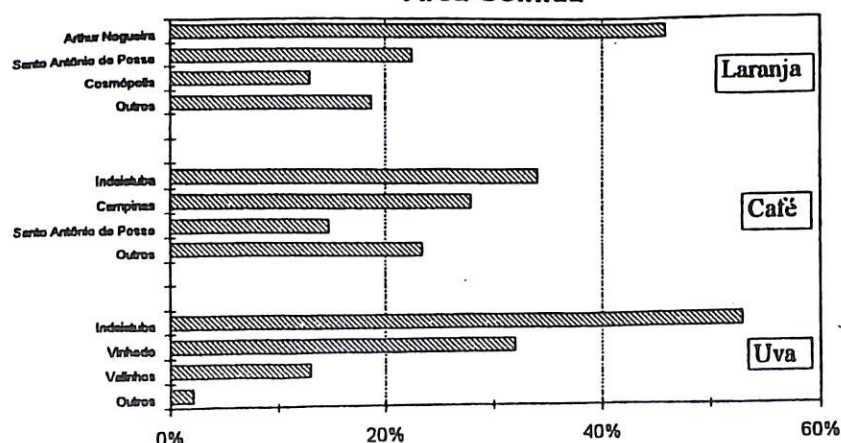
Quadro III

Produção de Uva

Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Indaiatuba	800	52,9	97,9
Vinhedo	482	31,9	
Valinhos	197	13,0	
Outros	32	2,1	
TOTAL	1 511	100,0	



Principais Culturas Permanentes Área Colhida



EMPLASA

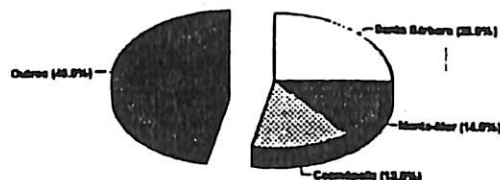
Região de Metropolização de Campinas

Área Total e Relativa (Culturas Temporárias) - 1990

Quadro I

Produção de Cana-de-Açúcar

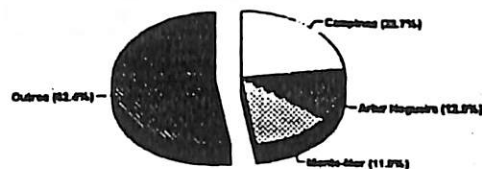
Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Santa Bárbara	12 000	25,0	53,1
Monte-Mor	7 000	14,6	
Cosmópolis	6 499	13,5	
Outros	22 528	46,9	
TOTAL	48 027	100,0	



Quadro II

Produção de Milho

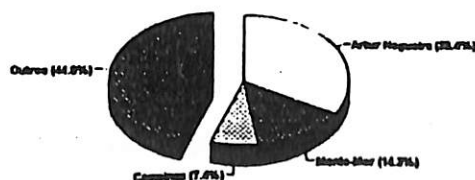
Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Campinas	2 280	22,7	47,6
Artur Nogueira	1 300	12,9	
Monte-Mor	1 200	11,9	
Outros	5 270	52,4	
TOTAL	10 050	100,0	



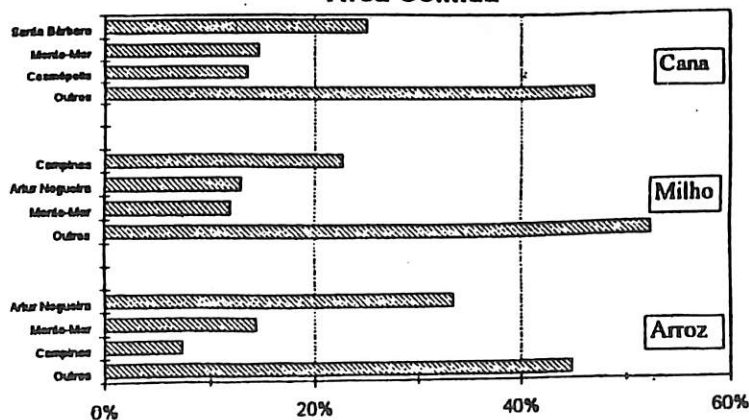
Quadro III

Produção de Arroz

Municípios	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Artur Nogueira	1 170	33,4	55,2
Monte-Mor	500	14,3	
Campinas	260	7,4	
Outros	1 568	44,8	
TOTAL	3 498	100,0	



Principais Culturas Temporárias Área Colhida



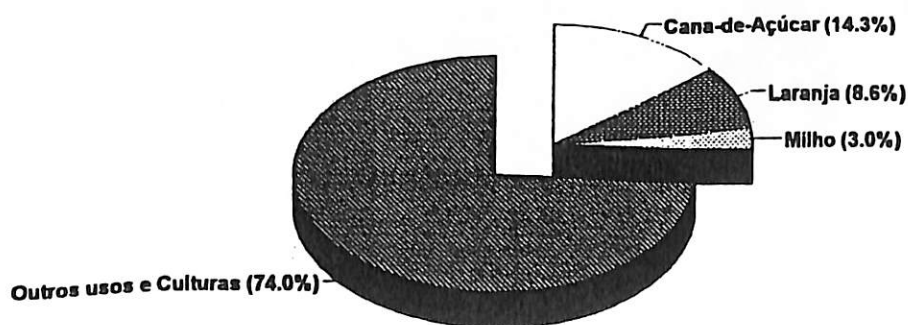
Fonte: Sumário de Dados da Região de Campinas / SPG - Emplasa / 1993.

EMPLASA

Região de Metropolização de Campinas

Área Colhida dos Principais Produtos Agrícolas - 1990

Produtos	Área (ha)	%	
		Total	Acumulado
Cana-de-Açúcar	48 027	14,3	26,0
Laranja	28 907	8,6	
Milho	10 050	3,0	
Outros usos e Culturas	247 816	74,0	
TOTAL	334 800	100,0	



Fonte: Sumário de Dados da Região de Campinas / SPG - Emplasa / 1993.

Obs.: A Área da Região de Metropolização de Campinas (18 Municípios) é de 334.800 ha.

Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo por Região Administrativa 1995-98



FONTE: Fundação Seade / Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

MAPA 10 – TERMINAIS HIDROVIÁRIOS



MAPA11 – GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

